

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLA MARTINS DE OLIVEIRA

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA HISTÓRIA: PROPOSTA METODOLÓGICA
PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

CURITIBA

2019

CARLA MARTINS DE OLIVEIRA

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA HISTÓRIA: PROPOSTA METODOLÓGICA
PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná como requisito para o título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Roseli Terezinha Boschilia

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Oliveira, Carla Martins de

O protagonismo das mulheres na história : proposta metodológica para ensino fundamental. / Carla Martins de Oliveira. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Roseli Boschilia

1. Mulheres – Historiografia – Estudo e Ensino. 2. História - Ensino fundamental. 3. Mulheres na história – Livros didáticos. 4. Professores de história – Formação. I. Título.

CDD – 305.40907

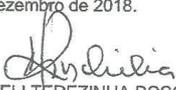


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO DE HISTÓRIA -
31001017155P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado Profissional de **CARLA MARTINS DE OLIVEIRA**, intitulada: **CONTRIBUIÇÃO PARA PROFESSORAS E PROFESSORES DE HISTÓRIA NA ABORDAGEM DOS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 14 de Dezembro de 2018.


ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA
Presidente da Banca Examinadora


CARLA CRISTINA NACKE CONRADI
Avaliador Externo (UNIOESTE)


NADIA MARIA GUARIZA
Avaliador Externo (UNICENTRO)

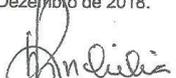
ATA N° 10

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM ENSINO DE HISTÓRIA.**

No dia quatorze de dezembro de dois mil e dezoito às 09:30 horas, na sala 609, DEHIS do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição da Mestranda **CARLA MARTINS DE OLIVEIRA** para a Defesa Pública de sua Dissertação de Mestrado Profissional intitulada: **CONTRIBUIÇÃO PARA PROFESSORAS E PROFESSORES DE HISTÓRIA NA ABORDAGEM DOS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA (UFPR), NADIA MARIA GUARIZA (UNICENTRO), CARLA CRISTINA NACKE CONRADI (UNIOESTE). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a(o) discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela Aprovação da aluna. A Mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de Mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, **ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA**, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Observações: sendo em vista as facilidades do relatório apresentado, a banca se posicionou pela aprovação condicionada da aluna. Conforme reza o Art. 45 da Res. 32/17: CEPE a aluna terá o prazo máximo de 90 dias para entrega a versão final corrigida do trabalho.

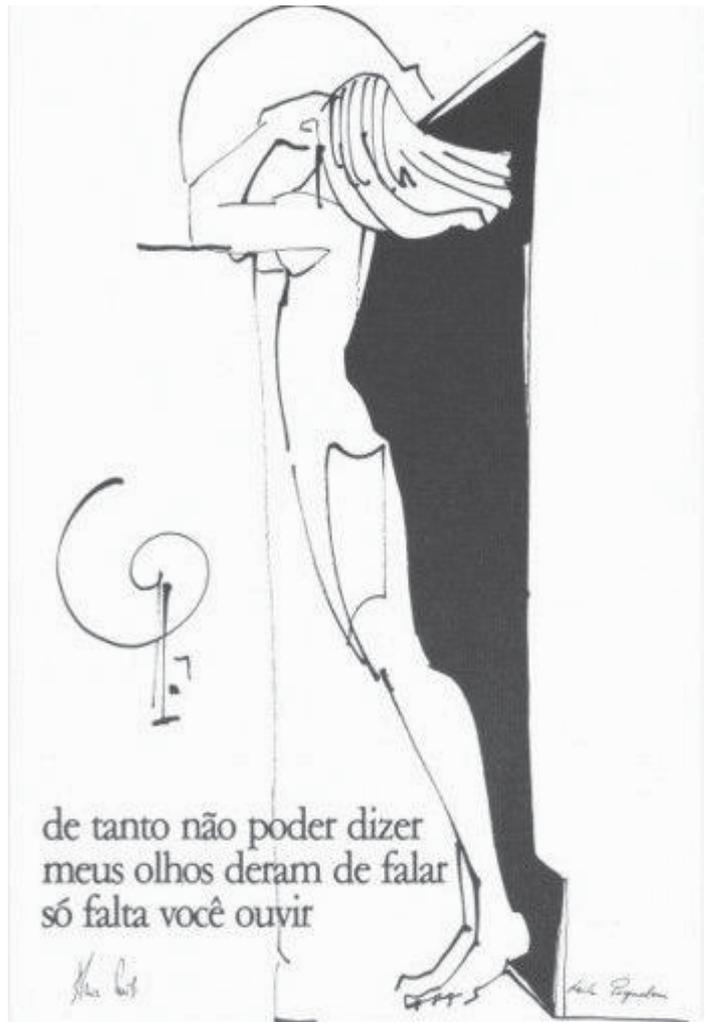
Curitiba, 14 de Dezembro de 2018.


ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA
Presidente da Banca Examinadora


NADIA MARIA GUARIZA
Avaliador Externo (UNICENTRO)


CARLA CRISTINA NACKE CONRADI
Avaliador Externo (UNIOESTE)

Cabe informar ainda que, de acordo com as correções, dadas com o parágrafo 1º do referido artigo, as correções indicadas pela banca deverão ser atendidas pelo discente e aprovadas pelo orientador. Informo ainda que houve alteração no título da dissertação, conforme segue abaixo:
"O protagonismo das mulheres na história: proposta metodológica para o ensino fundamental".



RIMAGENS

ALICE RUIZ - LEILA PUGNALONI
1985

Poesia de Alice Ruiz
Desenhos de Leila Pugnali
Edição P.A. Publicidade
Curitiba - PR

AGRADECIMENTOS

Em uma produção desta natureza, muitas são as pessoas que contribuem. As vezes a pessoa nem sabe que está ajudando, mas contribui com uma fala, uma reflexão, uma pergunta.

Não posso deixar de citar aqueles que foram imprescindíveis: meu marido Rossano, parceiro de longa data, companheiro de todas as horas e dificuldades. Seguir a vida ao seu lado me faz mais forte.

Minha filha Cecília, que com sua repetida pergunta: “já terminou teu texto, mãe?” me incentivou a seguir. Sua alegria, vivacidade, esperteza e tagarelice me faz acordar todo dia e ter a certeza que devo lutar por um mundo melhor. Que ela possa usufruir da liberdade de ser mulher, sem jamais ser silenciada.

À minha família: pai, mãe, irmã e irmão pelo apoio incondicional. À memória da minha avó, que nos deixou há pouco tempo.

Minha orientadora querida, Roseli Boschilia, que com sua paciência sempre me orientou quando eu estava desorientada. Seu otimismo, expresso sempre na sua fala, é um grande incentivo. Seus conhecimentos sobre a diversidade dos estudos sobre as mulheres, as suas próprias pesquisas, a compreensão que consegue ter ao aliar a realidade da Universidade com a realidade da escola de educação básica, expressa o grau de compromisso político que tem na sua profissão. À Roseli, meus mais sinceros agradecimentos.

À Professora Joseli Mendonça que com coragem assumiu a responsabilidade pelo programa de Mestrado do ProfHistória levando consigo um time da mais alta qualidade.

Aos colegas do programa, povo de grande garra e sempre disposto a defender as causas coletivas: André, Fabiano, Fernando, Giancarlo, Izabella, Joice, Luiz Gabriel, Luana, Maurício, Maria Bethânia e Sheyla. Sinto falta das aulas que tivemos juntos, dos cafés, das angústias compartilhadas e das risadas.

As professoras da banca de qualificação: Nádia Guariza e Carla Conradi que muito ajudaram com suas orientações.

RESUMO

O presente trabalho faz uma abordagem da historiografia sobre as mulheres, bem como a importância do feminismo na reivindicação para que o ocultamento das mulheres na história fosse superado. Neste contexto, a contribuição das abordagens utilizando a categoria de gênero foram importantes, inclusive com a vasta pesquisa nesta área no estado do Paraná. O trabalho procura fazer uma análise sobre a ausência das mulheres, também, no ensino de História, utilizando estudos sobre o ocultamento das mulheres nos livros didáticos. Apresenta como proposta metodológica, tema a ser estudado nas aulas de História, que dá destaque à participação das mulheres na Constituinte de 1985-1988, tendo como parâmetro a organização curricular do estado do Paraná. Tal proposta é direcionada à professores/as de História.

Palavras-chaves: Ensino de História. Mulheres. Constituinte (1985-1988). Processo histórico.

ABSTRACT

The present study takes an approach to historiography on women, as well as the importance of feminism in claiming that the woman concealment in history be overcome.

In this connection, the contribution of approaches drawing on gender category were important, including the huge research in this area in the State of Paraná. The paper seeks to analyze the woman's presence, also, in history education, making use of studies about the women concealment in textbooks. Presented as a methodological proposal for four topics to be studied in History classes that highlight the participation of the women in the 1985-1988 Constituent, having as a parameter the educational organization of Paraná State. The proposal is addressed to History's professors.

Keywords: History teaching. Women. Constituent (1985-1988). Historic process.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES	
1.1 OS AVANÇOS DOS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES	23
1.2 O GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE E SUA REPERCUSSÃO NO BRASIL.....	33
1.3 DEBATE ENTRE A HISTÓRIA SOCIAL E AS TEORIAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO.....	39
2 AS MULHERES NO ENSINO DE HISTÓRIA	
2.1 UM ENSINO SEM MULHERES NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA	42
2.2 QUE APRENDIZAGEM HISTÓRICA SOBRE AS MULHERES DEFENDEMOS?	48
2.3 AMPARO LEGAL: A LEGISLAÇÃO. AMPARO LEGÍTIMO: O CURRÍCULO.....	51
3 E AS MULHERES APARECEM...	
3.1 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTITUINTE DE 1985-1988 NO BRASIL.....	56
3.1.1 Problemática.....	58
3.1.2 A Bandeira do Henfil.....	60
3.1.3 Encontro Nacional Mulher e Constituinte.....	62
3.1.4 Cartas de Mulheres aos Constituintes.....	64
3.1.5 Carta do Movimento das Mulheres entregue aos Constituintes.....	68
3.1.6 Tempo Presente: Balanço Político.....	72
3.1.7 Tempo Presente: reportagens sobre as mulheres no mercado de trabalho, números da violência e participação política.....	75
3.1.8 Produção Narrativa Final.....	83
ANEXOS.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
FONTES.....	94
REFERÊNCIAS.....	96

INTRODUÇÃO

Produzir uma pesquisa na área de História não é uma tarefa fácil. Mas acredito¹ que seja ainda mais difícil produzir uma pesquisa que contemple a historiografia e que esteja alinhada com o ensino de História tendo como destino a prática escolar. Como uma produção historiográfica sobre a história das mulheres ou das relações de gênero estaria alinhada às necessidades da sala de aula? Como se materializaria em um produto – sendo este uma exigência do programa de mestrado do qual participo – que pudesse ser utilizado por professores/as e principalmente que chegasse até às escolas de maneira descomplicada? Contribuição importante veio de Oliveira, ao responder o que produz o profissional de História, afirmou:

Entendo que esse profissional produz conhecimentos históricos em duas dimensões: na pesquisa acadêmica e no ensino escolar.

Produzir conhecimento histórico na pesquisa acadêmica é partir de uma problemática tendo o tempo como categoria principal. Faz-se uma investigação por meio de fontes, utilizando instrumentos teóricos e metodológicos e consubstancia-se o resultado desse caminho percorrido em um texto acadêmico.

Produzir conhecimento histórico na dimensão do ensino escolar é construir coletivamente conhecimentos históricos (que serão novos apenas para os alunos) a partir do conjunto de saberes aceitos pela tradição historiográfica. É preciso ter em mente que a forma de construção do conhecimento histórico na pesquisa serve como referência na produção do conhecimento escolar. Suas particularidades justificam sua necessidade como saber específico, que dialoga com um código disciplinar construído pela tradição escolar.²

A autora reforça que o que fundamenta a necessidade do ensino de História é a teoria do conhecimento histórico, que seria a base para os estudantes pensarem historicamente, de reconhecerem-se “como sujeitos de uma sociedade diferente de outras sociedades que convivem no mesmo tempo ou que se construíram em tempos históricos diferentes.”³ Dessa forma seria necessário aliar minha formação de historiadora com a de professora. Iniciei uma reflexão pensando na minha própria prática docente. E de que forma poderia contribuir com os/as colegas professores/as de História. Refleti sobre um tema que pudesse subsidiar professores/as na tarefa de levar os estudantes a pensar historicamente. Refleti sobre o uso das fontes no ensino de História entendendo que o

¹ Ao longo do texto dissertativo será usado o tempo verbal na terceira pessoa do plural. Nesta Introdução por tratar-se de uma experiência particular será usado a primeira pessoa do singular.

² OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *História: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 11.

³ Idem, p.12.

conhecimento histórico contribui para a formação da identidade do indivíduo, bem como para sua formação política cidadã enquanto indivíduo pertencente a uma coletividade.

A contribuição desse trabalho vem, sem dúvida, da própria prática docente aliada aos debates acadêmicos. Vem do compromisso da disciplina de História em oferecer aos/as estudantes ferramentas conceituais que permitam se localizarem e se posicionarem diante do mundo, que compreendam a dinâmica de funcionamento da sociedade, bem como suas temporalidades e que possa fortalecer os laços identitários, reconhecendo na história a ciência capaz de oferecer elementos para a compreensão do tempo presente.

O interesse em analisar o protagonismo das mulheres no ensino de História justifica-se pela baixa representatividade das mulheres livros didáticos. Ao folhear o livro didático parece que a história é feita apenas por homens, visto que as mulheres são menos nomeadas que os homens, as mulheres são menos citadas e são também as que menos aparecem em imagens nos livros didáticos, como apresentado no capítulo 2. Mesmo em episódios aonde as mulheres tiveram um papel fundamental, a elas é reservado um rodapé, um box, quando muito um complemento de página inteira. Ao analisar o lugar da mulher nos livros didáticos de História, Mistura e Caimi, apontaram que:

O livro didático parece ter, de fato, uma extrema dificuldade em integrar as renovações historiográficas propostas pela história de gênero. Com isso, define papéis normativos não só aos gêneros, mas também aos sujeitos históricos, que ainda aparecem predominantemente circunscritos aos grandes personagens. As questões de gênero permeiam e fazem parte do ambiente escolar, porém um dos grandes instrumentos do ensino de história ainda não dá conta de suprir os questionamentos que a própria disciplina histórica já apropriou e discutiu. O livro didático, por seu papel político, ideológico e cultural, ao mesmo tempo em que apresenta papéis masculinos como exemplos históricos e determina, ao longo do tempo, os lugares permitidos à aparição feminina na história, sempre estreitos e genéricos, exclui majoritariamente de seu discurso a mulher brasileira, civil e contemporânea.⁴

Sem desmerecer o papel exercido pelo livro didático como recurso pedagógico da área de História, é preciso reconhecer os avanços alcançados nos últimos anos em termos de abordagem do conteúdo e de metodologia. Cabe lembrar que as universidades têm cumprido importante papel no processo de avaliação das obras didáticas, o que tem impulsionado mudanças metodológicas e a ampliação dos objetos de estudo, também na área do ensino.

⁴ MISTURA, Leticia e CAIMI, Flávia Eloisa. *O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010)*. Aedos, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 229-246, julho 2015, p. 243/244.

A defesa dos avanços visíveis na produção dos livros didáticos não exclui, entretanto, a análise de que se configura numa lucrativa indústria que tem como mercado certo, na sua esmagadora maioria, o Estado brasileiro. Todas as escolas públicas do país recebem o Guia do livro didático, produzido pelo PNLD – Programa Nacional do Livro Didático – que contam com observações e avaliações sobre cada coleção para serem selecionados pelo corpo docente das escolas, de acordo com as diferentes áreas do conhecimento. É inegável o protagonismo do livro didático nas salas de aula de todo o país. Trata-se de material acessível a todos/as os/as estudantes e professores/as e que oferece importante suporte de apoio pedagógico.

O PNLD segue critérios de avaliação na área de História que leva, em consideração, dentre outras coisas, o currículo, agora a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), e o respeito às leis de inclusão da cultura indígena e afro-brasileira.⁵ Não obstante, nos critérios e eixos centrais do PNLD, não há a obrigatoriedade da inclusão das mulheres nos conteúdos não apenas da História, mas também de qualquer outro componente curricular.

Destarte as transformações da sociedade contemporânea, tem-se levado à questionamentos que são fruto direto do momento histórico vivido. São comuns os questionamentos, principalmente de estudantes meninas, sobre “aonde estavam as mulheres do passado?” Fruto direto de um tempo, que reivindica a presença feminina e que brada por representatividade.

Esse movimento faz com que os/as professores/as fiquem alertas e busquem trabalhar em suas aulas a representatividade feminina no passado e no presente, entendendo que é possível contribuir, através do conteúdo das aulas de História, com o fortalecimento das identidades, com o sentimento de pertencimento, incentivando a compreensão sobre as rupturas e permanências através do tempo.

Somos fruto direto do nosso tempo. Portanto, o tempo presente dialoga com o passado. A disciplina de História tem na sua concepção a tarefa de possibilitar a compreensão do tempo presente, utilizando o passado como elemento desta compreensão. Qual professor ou professora nunca foi provocado com a pergunta: “por que tenho que saber se isso aconteceu há tanto tempo atrás?” A relação presente – passado – presente não se materializa de forma simples na sala de aula. Exige do/a professor/a grande

⁵ Inclui-se o tratamento escolar das fontes históricas e das questões da temporalidade histórica, a relação entre texto-base e atividades.

empenho para pensar e preparar suas aulas. Exige também um olhar para além do livro didático disponível nas escolas, que traz um conteúdo consolidado enquanto saber disciplinar.

Cainelli já alertou que “cada sociedade marca e reproduz passados ancorados na história que nos contam.”⁶ Dessa forma, o passado está sempre presente. “Mas nem sempre este passado está referendado pela investigação histórica.”⁷ Temos recortes do passado, uma seleção daquilo que foi em dada época julgado como importante: “O que ensinamos de história na escola é parte dos conhecimentos historiográficos produzidos pelos/as historiadores/as e ainda uma parte destes conhecimentos é aquele que está nos programas de cursos e currículos para as disciplinas e também nos livros didáticos.”⁸ Conforme Oliveira:

A história escrita é um recorte desse passado [...] porque o objetivo da produção do conhecimento histórico [é] problematizar o passado. Não se estuda História para contar tudo o que aconteceu, mas para construir uma problemática sobre o passado ou sobre um tema em perspectiva histórica. É importante ressaltar ainda, que essas motivações são sempre desencadeadas no presente.⁹

Corroborando com isso, Michel Winock, historiador francês, afirma que a história:

Contribui, em primeiro lugar, para entendermos o mundo presente. Como em uma cidade coexistem através da arquitetura, das crenças, dos mitos e superstições do passado e presente. A História também ajudaria a entender que além de tudo o que está gravado na pedra ou sepultado debaixo da terra, as atitudes e os comportamentos humanos perante a doença, o sofrimento, a morte, as idades da vida não são eternos. Pertencem à temporalidade, têm um princípio e um fim. A história é a arte de aprender que o que é nem sempre foi, que o que não existe pôde alguma vez existir; que o novo não o é forçosamente e que, ao contrário, o que consideramos por vezes eterno é muito recente. Esta noção permite situarmo-nos no tempo, relativizar o acontecimento, descobrir as linhas de continuidade e identificar as rupturas.¹⁰

O desafio do ensino de História não se ampara, como já exposto, no fato de estudar tudo que aconteceu no passado, mas sim na capacidade que as aulas de História

⁶ CAINELLI, Marlene. *O que se ensina e o que se aprende em História*. Brasília: Ministério da Educação, 2010, p. 20.

⁷ Idem. p. 20.

⁸ Idem. p. 20.

⁹ OLIVEIRA, Op cit, p.10.

¹⁰ WINOCK, Michel apud MATOZZI, Ivo. *A história ensinada: educação cívica, educação social ou formação cognitiva*. Revista da História. Braga: Universidade do Minho, 1998, p. 26.

têm – por ação dos/as professores/as – em contribuir para que os/as estudantes aprendam a pensar historicamente. De acordo com Rüsen “significa desenvolver a capacidade de transitar de um modo de argumentar para outro, de relacionar a experiência humana com a vida prática de cada um.” Para Rüsen esse pensar historicamente se “concretiza a partir da constituição da narrativa quando o indivíduo interpreta o passado seguindo os princípios e regras da ciência da história.”¹¹

A narrativa histórica é a forma de apresentação [do] conhecimento e se refere à comunicação entre os sujeitos. O narrar é um procedimento fundamental da aprendizagem histórica [...]. Essa compreensão passa a ter uma função de orientação temporal na cultura contemporânea. Rüsen afirma que, para a narrativa histórica, é decisivo que a constituição do sentido se vincule à experiência do tempo de maneira que o passado possa tornar-se presente no quadro cultural de orientação da vida prática contemporânea. Ao tornar-se presente o passado adquire o estatuto de história.¹²

Por isso quando o/a professor/a de História seleciona os conteúdos, que estão prescritos no currículo, os organiza, faz recortes neste conteúdo, seleciona fontes e elabora atividades é necessário que tenha como objetivo, segundo Cainelli “a perspectiva da formação do pensamento histórico e a importância da narrativa como método de aprendizagem em história.”¹³ Levando em consideração que o movimento de pensar historicamente, está diretamente relacionado a “discutir evidências, a levantar hipóteses, a dialogar com os sujeitos, os tempos e os espaços históricos.”¹⁴ Dessa forma, a narrativa histórica é o princípio, de acordo com Isabel Barca, organizador dessas ideias.¹⁵

Diante da frequente escassez dos recursos disponíveis em sala de aula, cabe aos/as professores/as nas aulas de História problematizarem as narrativas presentes também nos livros didáticos. É possível trabalhar com conceitos de temporalidade, espaço, documento histórico, rupturas e permanências, levantar explicações e hipóteses que valorize o pensamento histórico e não apenas o acúmulo de informações.

A narrativa escolar seja a do livro didático, a do professor ou a do [a] aluno [a], precisa acima de tudo resolver problemas com a perspectiva de expressar

¹¹ RÜSEN, Jorn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência Histórica*. Ed. Universidade de Brasília, 2001, p. 57.

¹² SECRETARIA ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Educação Básica: História. 2008, p. 58.

¹³ CAINELLI, Op cit, p. 26.

¹⁴ Idem, p. 27.

¹⁵ BARCA, Isabel. *O pensamento histórico dos jovens: ideias dos adolescentes acerca da provisoriedade da explicação histórica*. Braga: Universidade do Minho, 2000, p. 36.

ideias em torno do conhecimento histórico. A narrativa demonstra a relação entre a consciência histórica, valores morais e argumentação.¹⁶

A consciência histórica é tida como uma condição da existência do pensamento humano, ou seja, é inerente à condição humana. As experiências dos sujeitos se expressam em suas consciências. Sendo que os sujeitos se constituem a partir das suas relações sociais em determinado tempo e espaço do processo histórico. Para Rüsen:

A consciência histórica é o conjunto das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da mudança temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo. É, portanto, a constituição do sentido da experiência do tempo.¹⁷

Nesta perspectiva, a construção dessa consciência histórica, dá-se ao longo de toda a vida, contudo, é na escola e nas aulas de História que existe a real possibilidade de, através da narrativa histórica, tornar o passado presente, “sempre em uma consciência de tempo na qual o passado, presente e futuro formam uma unidade integrada, mediante a qual, justamente, constitui-se a consciência histórica”¹⁸.

A consciência histórica permite ao indivíduo entender seu papel social diante da sua realidade presente. Fornece elementos de compreensão desta realidade e permite atuar politicamente na sua constituição enquanto cidadão ou cidadã. Há uma marcante diversidade econômica, social, cultural (étnica, religiosa) e política presente entre os sujeitos da escola. A estes sujeitos deve ser garantido o pleno acesso à socialização do conhecimento, a fim de contribuir na compreensão e crítica das contradições sociais, políticas e econômicas presentes nas estruturas da sociedade contemporânea.

Um conhecimento que contribua na compreensão da produção científica, na reflexão filosófica e artística nos contextos que a constituíram. De acordo com Pinsky, é o conceito de cidadania é capaz de oferecer subsídios na compreensão do movimento que as diferentes sociedades têm empreendido para sua conquista:

Diante de todos os tipos de luta [que] foram travados para que se ampliasse o conceito e a prática da cidadania e o mundo ocidental o estendesse para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias. [Pode-se]

¹⁶ RÜSEN, Op cit, p. 66.

¹⁷ RÜSEN, Op cit, In. SECRETARIA ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Educação Básica: História. 2008, p. 57.

¹⁸ Idem, p. 57.

afirmar que, na acepção mais ampla, cidadania é a expressão completa do exercício da democracia¹⁹.

A reivindicação de valores como cidadania e direitos humanos provocaram mudanças no ensino de história. A luta pela inclusão de sujeitos até então excluídos da história foi impulsionada pelas diferentes abordagens historiográficas e metodológicas. Mas também foram e são fruto de pressões e embates dos movimentos sociais. Trata-se de um movimento dialético. Os casos mais notórios referem-se aos estudos sobre as populações afro-brasileiras e indígenas²⁰.

Sua presença no currículo e conseqüentemente nos livros didáticos é fruto direto da organização desses grupos, que ao discutir a invisibilidade imposta a esses povos na construção da nação brasileira, omitindo por muito tempo suas batalhas pela existência e a permanência de ideias preconceituosas e pejorativas que justificavam as violências empreendidas sobre eles, propuseram e pressionaram à sua inclusão nos estudos da história.

A exemplo dos indígenas e afro-brasileiros, a representatividade das mulheres na história foi fruto direto, também, de um movimento social: o feminismo. Que reivindicou, dentre outras inúmeras bandeiras, o direito de as mulheres se tornarem visíveis. Esse movimento mobilizou inúmeras mulheres, no ambiente acadêmico, a pesquisarem e problematizarem anos de ocultamento e silenciamento da presença feminina na história. Ao problematizarem a ausência das mulheres nos documentos e fontes históricas tiveram que buscar em outros registros a sua presença²¹. Ao questionarem a existência de um sujeito universal na história – que era masculino, branco, heterossexual e de tradição judaico-cristã – buscavam romper com uma tradição que trazia consigo a concepção do sujeito histórico corporificado na figura do herói e que distanciava a história da vida da pessoa comum.

¹⁹ PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 10

²⁰ Lei 11.639/03 que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira, seguida das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Lei 11.645/08 que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil.

²¹ Entre as mulheres trabalhadoras, a voz foi lhes restituída a partir dos ruidosos gritos nas feiras livres, nos casos que foram levados à polícia, nos registros dos jornais escritos, nas caricaturas, nos registros das fábricas, por vezes, nos jornais e documentos das associações operárias. Entre as mulheres de elite, nos registros dos clubes literários, nas associações filantrópicas, nas colunas sociais dos jornais, nos saraus e bailes ou na vida estudantil.

Foi a partir da década de 1970, com forte aporte no movimento feminista²² e articulado ao crescimento da história das mentalidades que a ausência das mulheres passou a ser problematizada e gradativamente desvelada. Pesquisadoras passaram a dedicar seus trabalhos a essa temática, buscando em fontes não oficiais, como registros íntimos, cartas e diários, a presença pulsante e fervilhante das mulheres na história.

Foram as próprias mulheres que se organizaram e exigiram o direito de aparecer. Tratava-se de um embate político, fruto direto da mobilização feminina na luta também por direitos civis, sociais e políticos, sem deixar de mencionar o direito à memória. Os avanços políticos que as mulheres tiveram por meio do feminismo, devem ainda hoje ser salvaguardados por todos aqueles que defendem os direitos humanos e em especial pelas próprias mulheres. A defesa constante e vigilante das suas bandeiras é atemporal. Não são raros os momentos que se ameaçam as conquistas pelo controle do seu corpo, da sua vida, da sua vida profissional, do seu papel social enquanto mulher, mãe, trabalhadora, dos seus direitos trabalhistas, da sua presença política enquanto ser social provido de direitos.

No Brasil, na década de 1990, a categoria gênero contribuiu significativamente para ampliar os estudos sobre as mulheres, discutindo o caráter social da formação do sexo. Provocando questionamentos sobre determinados comportamentos amparados até então na biologia, e que foram analisados à luz da formação social destinada à cada indivíduo.

A partir das lutas das mulheres foi-lhes garantido o direito a memória, cabe a escola de educação básica também defender e garantir este direito. Não vivenciamos no campo escolar um movimento sequer parecido com o que as universidades vivenciaram

²² O movimento feminista, em sua primeira onda tem o movimento sufragista como foco e Bertha Lutz como referência, sendo também uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Recebeu forte influência das feministas europeias e estadunidenses. Segundo Pinto, seria um feminismo “bem-comportado”, culto e oriundo das elites. Não questionava a opressão da mulher, lutava por incluir às mulheres como cidadãs. Portanto, a bandeira defendida nesta fase era o acesso aos direitos políticos, neste momento o direito de votar e ser votada se manifestava com maior força. No entanto, nesta mesma onda, entre as mulheres operárias anarquistas e comunistas, organizadas na “União das costureiras, chapeleiras e classes anexas”, mesmo sem reivindicar o termo feminismo – por classificá-lo demarcado por um recorte de classe – havia forte caráter de denúncia das condições de trabalho e vida a que as mulheres estavam submetidas. Esta primeira fase do movimento feminista iniciou nas duas últimas décadas do século XIX até 1932, quando foi promulgado o novo Código eleitoral brasileiro. Passado um período de vácuo na organização feminista, uma segunda fase – segunda onda – se reorganiza no Brasil a partir do final de década de 1960, mais especificamente em 1968, impulsionada pelos movimentos libertários europeus e estadunidenses, que apontavam a necessidade de construir novos laços entre homens e mulheres e que a mulher tivesse autonomia sobre sua vida e seu corpo.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Feminismo, História e Poder*. Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010, p. 16.

num passado recente, de embate político na inclusão das mulheres na história, na busca pelo direito de as mulheres reivindicarem a memória. Cabe, portanto, aos professores e professoras de História a necessidade de problematizar a ausência das mulheres no material didático e também de mostrar a partir de abordagens que contemplem as mulheres que elas sempre estiveram presentes. Para isso, exige do profissional um empenho ainda maior de pesquisa de material que contemple esta temática.

Entendendo que, nos propomos a “construir valores democráticos em uma sociedade não sexista e a possibilitar ações afirmativas”²³, as questões de gênero fazem parte deste debate nas salas de aula, especialmente nas aulas de História.

A importância em se atentar para a recuperação da mulher como sujeito histórico fortaleceu-se após os anos 1970, sobretudo a partir da mirada da história cultural. No Brasil, foi nessa época que se intensificaram os estudos sobre a condição feminina, questionadores da visão da mulher como um ser pertencente ao espaço privado da casa e da família. Esses estudos possibilitaram a compreensão de que as relações entre homens e mulheres são construídas historicamente.²⁴

Como já foi afirmado anteriormente, ao estudar as mulheres como sujeitos históricos foi preciso superar os limites dos arquivos que as silenciaram e as tornaram invisíveis, arquivos que são fruto de procedimentos de registro que traduziam o olhar de homens sobre homens.²⁵ Leite possibilitou importante compreensão do estudo das mulheres no ensino de História:

Ao valorizar a construção da compreensão da mulher como sujeito histórico, a aula de História pode resgatar os procedimentos do historiador com o trabalho com as fontes. [...] Problematizar como as mulheres vêm lutando para superar um sistema no qual eram submissas e exploradas e conseguiram se tornar visíveis na história faz parte do processo de construção de uma análise crítica sobre os usos do passado. Desvelar a história da mulher no ensino de História inclui problematizar também outros aspectos e relações relativos à vida privada, como, por exemplo, a história da infância e da família.²⁶

O objetivo é possibilitar ao/a estudante a capacidade de pensar historicamente, tendo no passado uma referência de compreensão do presente. O tempo presente nos oferece subsídios de análise a partir do uso de fontes sobre as mulheres que permitem impulsionar uma reflexão sobre as rupturas e permanências na história.

²³ LEITE, Juçara Luzia. *Fazendo gênero na história ensinada: uma visão além da (in)visibilidade*. História: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, 2010, p. 193.

²⁴ Idem, p. 195.

²⁵ Idem, p. 196.

²⁶ Idem. p. 196/197.

Casos de feminicídios podem ser problematizados, através do uso de documentos oficiais do Estado brasileiro ou reportagens, sobre casos de violência contra a mulher, por exemplo. A partir destes dados, pode-se recorrer ao passado a fim de identificar momentos históricos aonde a figura feminina era vista com subalternidade: como o não reconhecimento das mulheres como cidadãs na cidade-Estado de Atenas ou mesmo na Revolução Francesa; ou a ausência de cuidado com a educação escolar das mulheres no Brasil colônia.

A compreensão de como era o tratamento dispensado às mulheres no passado permite relacionar com o seu ocultamento nos registros da história, problematizando o passado e identificando elementos de permanência temporal ao constatar que as mulheres, ainda hoje, são tratadas como propriedade do pai ou do marido, haja vista os alarmantes casos de agressão as mulheres.

Na atualidade temos a possibilidade de conhecer mulheres que se destacam na sua área de atuação e que com frequência entram em confronto direto com um sistema de dominação e questionam as relações de poder tão arraigadas na sociedade brasileira. Será que no passado as mulheres também faziam isso?

Refletindo sobre isso foi pensada esta dissertação. A escolha do tema “Participação das mulheres na Constituinte de 1985-1988” foi justamente para tratar de um assunto pouco presente nas aulas de História do 9º ano do ensino Fundamental. O conteúdo específico: Abertura política, pós ditadura civil-militar (1964-1985) encontra-se no currículo, geralmente apontado para o 3º ou 4º bimestre. Nos livros didáticos de História faz-se um apanhado geral da situação do Brasil e uma sequência de presidentes da chamada “nova República”, bem como um resumo das relações econômicas adotadas pelos diferentes governos.

O tema da Constituição de 1988 geralmente é mencionado, porém sem uma abordagem sistematizada do processo político que levou a sua elaboração. São feitas citações à nova carta Constitucional de maneira genérica. Escolheu-se este tema, com o recorte das mulheres na Constituinte, por entender que se configurou em um importante espaço de debate sobre os direitos das mulheres, no Brasil, que impulsionadas por uma conjuntura que congregou uma correlação de forças favorável, as mulheres construíram um forte movimento colocando em pauta questões importantes, como a igualdade entre os sexos em todos os campos da esfera da vida: trabalho, cultura, economia e sociedade.

Buscou-se apresentar o momento histórico estudado com o uso de variadas fontes, que possibilitem ao/a professor/a utilizá-las, tendo como exemplo a preparação de uma

aula, nos moldes da “aula-oficina”. De acordo com Isabel Barca o/a estudante “é visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, [buscam ser] diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação”.²⁷

Buscou-se ter o cuidado de expressar o caráter do movimento reivindicatório, enquadrado como fruto direto das lutas feministas do passado. A fim de contribuir na construção do pensamento histórico do/a estudante de ensino fundamental, com o objetivo de que sua consciência histórica seja calcada em valores humanitários que levem em consideração a produção científica, artística e filosófica daquele período.

Os capítulos desta dissertação foram organizados da seguinte forma: no capítulo 1, fez-se uma abordagem historiográfica sobre a história das mulheres, destacando o processo histórico que levou as próprias mulheres a questionarem a sua ausência nos registros da história e como respaldadas por um movimento social, o feminismo, foram travadas as lutas que buscavam lhes dar visibilidade. O uso de fontes não oficiais, foram fundamentais para localizar a presença feminina. É dado destaque as diversas produções acadêmicas que permitiram romper com o ocultamento imposto às mulheres. Para isso, seguiu-se a trajetória histórica das pesquisas, a importância da categoria de Gênero e sua repercussão no Brasil, compreendendo que o uso da categoria Gênero também tem sua historicidade, por isso dedicou-se um espaço para o debate historiográfico entre a história social e as teorias das relações de gênero.

No capítulo 2, é abordado as mulheres no ensino de História. Não há nos currículos a obrigatoriedade do ensino da história das mulheres, ele está incluído aos temas gerais da disciplina. Porém, destaca-se que nos livros didáticos, ainda as mulheres pouco aparecem. A abordagem sobre as mulheres, ainda está na disposição do/a professor/a em preparar suas aulas incluindo esta temática ou abordando-a da maneira que julgar conveniente.

No capítulo 3, é apresentado um conjunto de fontes capazes de possibilitar o/a professor/a abordagem do tema sobre o processo que possibilitou a Constituição de 1988, localizando a participação das mulheres na busca de seus direitos. Dessa forma, foi preparado um modelo de aula, partindo de um texto do próprio livro didático, problematizando a ausência das mulheres na narrativa selecionada.

²⁷ BARCA, Isabel. *Pensamento histórico e consciência histórica: teoria e prática*. Curitiba: W.A. editores, 2018, p.79.

O ensino de História tem como base a metodologia histórica. Metodologicamente realiza-se em conjunto com os/as estudantes e tem fins específicos, que como afirmado, busca contribuir no processo de construção do “pensar historicamente”. Para tanto, a fim de tornar claro como é produzida a pesquisa histórica, seguiremos esses itens:

1. Escolha de uma problemática;
2. Tem-se o tempo como categoria principal;
3. Dialoga-se com o tempo por meio das fontes;
4. Utilizam-se instrumentos teóricos e metodológicos;
5. Constrói-se uma narrativa/interpretação/análise.

Ao problematizar o conteúdo a ser trabalhado, é importante compreender que ensinar História é construir um diálogo entre o presente e o passado, não se trata de reproduzir conhecimentos prontos e acabados. Schmidt e Cainelli defendem que sejam trabalhados conteúdos que dizem respeito à vida dos sujeitos, “na sua esfera pública, privada, individual e coletiva”.²⁸ As ideias históricas dos/as estudantes são marcadas pelas experiências de vida e estão em constante transformação, isso deve ser levado em consideração pelo/a professor/a.

Para o historiador inglês Eric Hobsbawm, o sentido do passado na sociedade é localizar suas mudanças e permanências²⁹. Bittencourt reforça que recorrer ao uso de vestígios e fontes históricas nas aulas de História pode favorecer o pensamento histórico e a iniciação aos métodos de trabalho do/a historiador/a. A intenção do trabalho com documentos em sala de aula é de desenvolver a autonomia intelectual adequada, que permita ao aluno realizar análises críticas da sociedade por meio de uma consciência histórica.³⁰

Fundamentar o conhecimento na historiografia significa compreendê-lo em suas práticas, suas relações e pela multiplicidade de leituras e interpretações históricas possíveis.³¹ A produção de narrativas, que podem ser escritas, um debate, uma peça teatral, um desenho, permitem aos/as estudantes que “recontem [as histórias], submetê-las a um exame crítico, criando um sentido da sua naturalidade, assim como da sua lógica.” Que seja possibilitado envolver a história narrada em dúvidas, que “significa

²⁸ SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004, p. 56

²⁹ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³⁰ BITTENCOURT, Circe Maria. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004 apud SECRETARIA ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Educação Básica: História. 2008, p. 69.

³¹ SECRETARIA ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Educação Básica: História. 2008, p. 71.

relacionar as histórias a alguns princípios organizadores como: ideias de causa, continuidade e mudança.”³²

A referida produção dissertativa estará à disposição de professores e professoras via portal dia a dia educação³³, site mantido pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, no link Educadores/sala de aula/História. Assim espera-se ter maior visibilidade devido ao fácil acesso do portal e por ser um veículo de comunicação já consolidado entre os educadores da rede estadual, sendo também procurado por profissionais de outras redes de ensino.

³² GEVAERD, Rosi Terezinha Ferrarini. *A narrativa histórica como uma maneira de ensinar e aprender história: o caso da história do Paraná*. Tese de doutorado em Educação. UFPR: Curitiba, 2009.

³³ <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=896>

1. ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES

“Mesmo que sombreada, a mulher estava lá; é apenas necessário iluminar sua exígua vida para compreender o movimento do tempo.”³⁴

1.1 OS AVANÇOS DOS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES

É relativamente recente – menos de 50 anos – na historiografia brasileira o estudo sobre as mulheres. As produções foram, majoritariamente, produzidas pelas próprias mulheres a partir da sua inserção no mercado de trabalho acadêmico. Ocorreu a partir da década de 1970, impulsionadas principalmente pelo movimento feminista, que trazia consigo “traços evidentes de uma vontade feminina de emancipação”.³⁵ As investigações, neste início notadamente demarcadas no campo marxista, privilegiaram questões relativas ao trabalho feminino, em especial o fabril.

A produção da história, essencialmente masculina por longo período de tempo, ocultou a presença feminina da historiografia. Não que elas não participassem, elas sempre estiveram presentes, o que ocorre é que elas não apareciam, não eram lembradas ou melhor eram ocultadas, num contexto de reafirmação de grandes marcos históricos e de grandes heróis masculinos. Tânia Swain, afirma que:

Em termos históricos é um contrassenso afirmar a ausência pura e simples das mulheres das dimensões religiosas, sociais, políticas, da arte, da criação em todos os domínios, uma vez que se tenha em mente a historicidade absoluta das relações sociais. Nada escapa à construção e interpretação do real e, se a história não fala das mulheres é por pura e simples exclusão androcêntrica, apoiada em valores que se confundem com fatos.³⁶

Desta feita, a autora é enfática ao afirmar que o silêncio é político e não falar [...] ou apagar as construções sociais não patriarcais é uma estratégia de poder³⁷. Balizado em um sistema de dominação que cria e confere aos homens poderes sobre as mulheres, o patriarcado também “é dotado de uma historicidade incontornável e considerá-lo permanente ao longo do tempo é aderir a um sistema interpretativo de crenças e valores,

³⁴ PENA, Maria Valéria Juno. *Mulheres e Trabalhadoras*. RJ: Paz e Terra, 1981, p.84.

³⁵ RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira, p.81. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

³⁶ SWAIN, Tânia Navarro. *História: construção e limites da memória social*. In RAGO, Margareth (org). *Subjetividades antigas e modernas*. SP: Annablume, 2008, p.29.

³⁷ Idem, p.30.

cuja força reside em sua própria repetição”³⁸. Foram as pesquisadoras mulheres, das diversas ciências humanas, impulsionadas pelo movimento feminista na sua segunda onda (pós 1968), que tornaram visíveis essas mulheres, deram-lhes voz e reivindicaram o direito de ocupar o seu lugar de sujeito na história.

De acordo com Soihet e Pedro, fundamentando-se em Scott, “uma das mais importantes contribuições das historiadoras feministas foi o descrédito das correntes historiográficas polarizadas para um sujeito universal.”³⁹ E acrescentam:

A história das mulheres com suas compilações de dados sobre as mulheres no passado, com suas afirmações de que as periodizações tradicionais não funcionavam quando as mulheres eram levadas em conta, com sua evidência de que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública, com sua insistência de que a vida privada tinha uma dimensão pública, implicava a negação de que o sujeito da história constituía-se numa figura universal.⁴⁰

A produção sobre as mulheres, em seu ponto de partida, tem como referência teórico-metodológica a história social. Suas pesquisas buscavam identificar os rastros da presença feminina no cotidiano, identificando a forte presença do patriarcado e do capitalismo sobre as mulheres. Segundo Tilly, a história social das mulheres partia da premissa do respeito a iniciativa humana, que colocasse problemas, descrevesse, analisasse os dados disponíveis e explicasse, “uma história que [tratasse] das grandes questões históricas e [contribuísse] para resolver problemas já inseridos na agenda da história”.⁴¹

As temáticas mais valorizadas nas pesquisas sobre as mulheres no Brasil, na década de 1970 e primeiros anos da década de 1980, foram: o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a denúncia das formas perversas desta integração: péssimas condições de trabalho, salários inferiores aos dos homens, assédio sexual, inúmeras formas de violência machista.⁴²

A demanda por esses temas de pesquisa vinha no “contrapelo” às pesquisas já consolidadas sobre movimento operário brasileiro, que priorizaram as análises sobre os operários. A curiosidade sobre as operárias e suas especificidades no mundo do trabalho,

³⁸ Idem. p.30.

³⁹ SOIHET, Rachel e PEDRO, Maria Joana. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Revista brasileira de história. São Paulo, v.27. n°54, p.281-300, p.286.

⁴⁰ Idem

⁴¹ TILLY, Louise A. *Gênero, história das mulheres e história social*. Cadernos Pagu (3), 1994, p.52

⁴² RAGO, Op cit, p.82.

serviram para uma melhor compreensão sobre o universo fabril brasileiro, no seu processo de consolidação do sistema capitalista em sua fase industrial. As pesquisadoras buscavam compreender esse momento histórico, agregando análises sobre a mulher fora do espaço laboral, dessa forma, a discussão sobre patriarcado contribuía no entendimento aos limites das práticas políticas femininas, frente às lutas sociais por exemplo.

As pesquisadoras – sociólogas em sua maioria – ao discutir o patriarcado, problematizavam sobre a massiva presença das mulheres no mercado de trabalho. Porém sua ausência nos espaços deliberativos, como os sindicatos ou em cargos de comando na fábrica, por exemplo, eram um indício, de que social e culturalmente haviam empecilhos à uma participação plena das mulheres em cargos de comando. Tocaram em um ponto central, balizadas pelo materialismo histórico, que a opressão não se baseava apenas em relações sociais desumanas, mas também em “relações que constituem e solidificam estratégias de classe que mantêm e sustentam as relações de exploração da força de trabalho.”⁴³ E que este elemento tinha um peso maior ainda para as mulheres, pois sofriam a opressão no espaço privado e no espaço público.

De acordo com Tilly – analisando o caso norte-americano, mas que também pode ser identificado no Brasil – um aspecto da história das mulheres que a distingue particularmente das outras é o fato de ter sido uma história diretamente ligada a um movimento social, “por um longo período, ela foi escrita a partir de convicções feministas [...] poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres.”⁴⁴ E acrescenta, que mesmo as pesquisadoras sendo ou não membros de organizações ou grupos feministas, seus trabalhos foram fortemente marcados pelo movimento feminista de 1970 e 1980.

Considera-se um marco o livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, da socióloga Heleieth Saffiotti. É fruto da pesquisa que a autora realizou com trabalhadoras têxteis e professoras primárias e que resultou na sua tese de livre docência em 1967. Analisava a sociedade brasileira com centralidade na teoria do patriarcado, identificando os signos da opressão masculina e capitalista sobre as mulheres, manifestada na exploração, na opressão e na violência. Demonstrou, que mesmo as mulheres estando inseridas no mercado de trabalho, elas eram integradas de maneira periférica. Analisou a divisão internacional do trabalho para compreender a condição

⁴³ SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. *Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica*. Temporalis, Brasília, ano 15, n.30, jul/dez 2015, p. 490.

⁴⁴ TILLY, Idem, p.31.

feminina no capitalismo, identificou que a marginalização da mulher servia para manter um padrão de equilíbrio do sistema capitalista. A originalidade da sua pesquisa foi perceber que as classes sociais são atravessadas pelo sexo e este funciona como fator de inferiorização social.⁴⁵

O estudo da socióloga Maria Valério Junho Pena, *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*, publicado em livro em 1981, é um outro exemplo da primeira fase da tipologia da abordagem sobre a história das mulheres no Brasil. Na obra, a autora afirma que a sujeição da mulher ao homem não se originou com o capitalismo, mas com ele se intensificou e por isso analisa o capitalismo e o patriarcado juntos para compreender o processo de formação do operariado brasileiro e a inserção das mulheres no meio fabril, em meio a escassez de mão de obra. Examina um duplo movimento, baseando-se nas relações de trabalho na indústria e na organização entre os sexos na família. A obra, rica em dados, traz análises sobre o trabalho feminino na sociedade fabril de meados do século XIX até 1950, explorando a predominância do trabalho feminino antes mesmo do desenvolvimento do capitalismo industrial. Analisa a incorporação de grande quantidade de mulheres e crianças utilizadas nos primeiros anos de industrialização e sua sucessiva expulsão e substituição como mão de obra nos anos posteriores.

Ainda em 1981, com a publicação do estudo da brasilianista June E. Hahner sobre *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*, é que as historiadoras entram em cena. Neste estudo, Hahner “focaliza a emergência do feminismo no Brasil, no início do século XX, com a movimentação das mulheres da elite e da criação de sua imprensa.”⁴⁶ E principalmente, contribui na ampliação ao uso exploratório de documentos históricos, transformados em fontes como: crônicas familiares, registros notariais ou judiciais, testamentos, materiais impressos de congressos, jornais e revistas.

A produção historiográfica sobre as mulheres no decorrer nos anos 1980, de acordo com Matos, “incorporou abordagens variadas, além de acompanhar o cotidiano fabril, lutas e greves, ação-exclusão nos espaços dos sindicatos, procurou recuperar as múltiplas estratégias e resistências criadas e recriadas no cotidiano”⁴⁷. Neste momento é reforçada a ideia de que a atuação feminina é reconhecida como sujeito histórico, dessa

⁴⁵ BEZERRA, Elaine. *A originalidade do pensamento de Heleieth Saffioti na análise crítica sobre a condição da mulher na sociedade capitalista*. Lutas Sociais, São Paulo, v.17, nº31, p.170-173, jul/dez.2013.

⁴⁶ RAGO, Op cit, p.82.

⁴⁷ MATOS, Maria Izilda Santos. *História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas*. Mandrágora, v.19, n.19, 2013, p.6.

forma enfatiza-se a sua capacidade de luta e sua participação ativa na transformação das condições sociais, “focalizaram-se as relações entre público e privado, social e íntimo, demográfico e político, destacando o papel das mulheres na família, casamento, maternidade, sexualidade e as questões de prostituição.”⁴⁸ Também se destacaram obras que abordavam a educação imposta às mulheres, a disciplinarização e modelos de conduta.⁴⁹

As pesquisas de Michellet Perrot⁵⁰, na década de 1970, que ressoaram no Brasil na década seguinte, contribuíram na ampliação da abordagem sobre a mulher e no uso de uma gama variada de fontes históricas. Nessa quadra histórica, também identifica-se a influência das ideias de E. P. Thompson⁵¹, que embora não seja um autor vinculado aos estudos sobre as mulheres, possibilitou às historiadoras problematizar o caráter genérico da classe e refletir sobre o caráter político das relações de classe, ao dimensionar politicamente a formação da classe através das experiências dos seus sujeitos históricos. Maria de Fátima da Cunha classificou esse momento como uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres:

(...) trazendo à tona um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando suas práticas cotidianas, criando estratégias informais de sobrevivência, construindo formas diferenciadas de resistência à dominação masculina e classista, enfatizando a capacidade de luta fortemente influenciados na análise do historiador inglês E.P.Thompson.⁵²

A ampliação na interpretação reforçando as mulheres como sujeitos ativos na história, questionando as imagens de passividade e confinamento ao lar, abriram caminho para recuperar testemunhos femininos. Neste quadro a obra de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*⁵³ nos ajuda a identificar, a partir

⁴⁸ Idem, p.7.

⁴⁹ Estudos de DIAS, 1984; ENGEL, 1989; ESTEVES, 1989; LEITE, 1984; RAGO, 1985; SAMARA, 1989; SOIHET, 1989. Apud Matos.

⁵⁰ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005 e *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁵¹ A obra de Edward P. Thompson que melhor sintetiza essa contribuição é *A miséria da Teoria ou um planetário de erros*, publicado no Brasil pela Editora Zahar, em 1981. Nesta obra, Thompson, ao estudar a cultura plebeia inglesa, vai incorporando cada vez mais elementos relacionadas aos problemas de gênero. Posteriormente, na obra *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, aprofunda e identifica as experiências femininas, numa sociedade pré-industrial, ressalta as resistências aos fenômenos tidos até então como a expressão da opressão às mulheres, caso do artigo sobre a venda das esposas e no artigo sobre economia moral.

⁵² RAGO, Margareth. *A mulher na historiografia brasileira*, 1994 In: CUNHA, Maria de Fátima da. *Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença*. História Ensino, Londrina, v.6, p.141-161, out 2000, p.150

⁵³ DIAS, Maria Odila L.S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

da São Paulo do começo do século XIX, os papéis históricos das mulheres das classes oprimidas, livres, escravas e forras no processo de urbanização da cidade e revela a força da resistência das mulheres pobres. Um ano antes, Laura de Mello e Souza em *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*,⁵⁴ já abordava o cotidiano de homens e mulheres pobres, enfatizando temas como a pobreza, o abastecimento, e o dia a dia de pessoas ordinárias.⁵⁵ *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar* de Margareth Rago⁵⁶ resgata formas de resistência informal das operárias, anarquistas em especial, às regras disciplinares impostas, resgatando nomes de vanguardistas como Maria Lacerda de Moura, que Miriam Moreira Leite⁵⁷, em *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*, já havia apresentado um ano antes.

De acordo com Rago, nesta época outros estudos se seguiram, como o de Maria Clementina P. Cunha sobre o Juquery; o de Magali Engel sobre a prostituição e o discurso médico; de Martha de Abreu Esteves, que considera casos de sedução de meninas perdidas, no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX e o de Raquel Soihet, que trata a experiência da violência contra as mulheres nos primórdios da República⁵⁸.

Nesta conjuntura, segundo Soihet e Pedro, a preocupação com os excluídos da história: operários, camponeses, escravos, pessoas comuns, presentes na história social, que os coloca na condição de objetos e sujeitos da história e a “preocupação com a inter-relação entre o micro e o contexto global permite a abordagem do cotidiano, dos papéis informais e das mediações sociais.”⁵⁹ Agrega a isso, o desenvolvimento de novos campos, como a história das mentalidades e a história cultural, que reforça o avanço na abordagem do feminino, apoiando-se em outras disciplinas, como literatura, linguística, psicanálise e a antropologia.⁶⁰

⁵⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

⁵⁵ BOSCHILIA, Roseli. *As mulheres imigrantes portuguesas sob o véu da invisibilidade: um balanço historiográfico*. *Diaspore 7: Mobilidade humana e circularidade de ideia. Diálogos entre a América Latina e a Europa*. p.41-54, 2017.

⁵⁶ RAGO, M. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁵⁷ LEITE, M. M. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

⁵⁸ CUNHA, M. C. P. *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; ENGEL, M. *Meretrizes e doutores. O saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1988; ESTEVES, M. de A. *Meninas perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro de Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; SOIHET, R. *Condição feminina formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. Apud RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira, p.81. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995, p.83

⁵⁹ SOIHET, Rachel e PEDRO, Maria Joana. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. *Revista brasileira de história*. São Paulo, v.27. nº54, p.281-300, p.285.

⁶⁰ SOIHET, Rachel e PEDRO, Maria Joana. *Idem*, p.286.

Aproximando-se da história das mentalidades e da inserção de novos objetos, Laura de Mello e Souza apresenta-nos as feitiçeras em *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, enquanto Mary Del Priore estuda o sentido da feminilidade e o discurso moral da Igreja no Período Colonial. Utilizando métodos quantitativos de demografia, Eni de Mesquita Samara trabalha com a rede de relações familiares e os sistemas de dote no século XIX, desfazendo antigas representações da família na historiografia. Leila Mezan investiga as formas da sociabilidade feminina nos espaços dos conventos e dos recolhimentos da Colônia.⁶¹

Rago considera estes estudos de fundamental importância, pois “registra-se uma forte preocupação em resgatar a presença de mulheres pobres e marginalizadas, trabalhadoras ou não, como agentes da transformação”⁶², reforça que estas pesquisas trouxeram elementos que questionavam às práticas “misóginas elaboradas pelos homens da ciência para justificar sua inferioridade intelectual, mental e física em relação aos homens e sua exclusão da esfera dos negócios e da política.”⁶³

Matos reforça que a marca deste período foi a historiografia buscando dar visibilidade as experiências femininas, dando certo destaque a opressão histórica sobre as mulheres. Por isso, as críticas foram contundentes, no sentido de alertar para uma certa vitimização da mulher e no outro extremo, reforçar a rebeldia e onipotência, que levou a uma heroização de algumas outras mulheres. “As críticas sinalizavam que não se tratava apenas de incorporar as mulheres no interior de uma narrativa pronta [...], pois assim, perderia a multiplicidade do ser feminino e poderia cair numa perspectiva essencialista.”⁶⁴ Na defesa, Rago afirma que não se trata apenas da incorporação das mulheres em grandes narrativas, pois a inclusão das mulheres “significou enveredar por outros campos temáticos e buscar novas referências metodológicas.”⁶⁵

Neste debate, Matos afirma que:

⁶¹ MELO e SOUZA, L. de. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; PRIORE, M. del. *No sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colonial*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo; SAMARA, E. de M. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo - século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, 1988; MEZAN, L. *Honradas e devotas; Mulheres da colônia: estudos sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do Sudeste*. São Paulo, 1992. Tese (Doutoramento) - Universidade de São Paulo. Apud RAGO. Op cit, p. 83.

⁶² RAGO, Margareth. Margareth. As mulheres na historiografia brasileira, p.83. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

⁶³ Idem.

⁶⁴ MATOS, Maria Izilda Santos de. Op cit, p.7.

⁶⁵ RAGO, Margareth. Op cit, p.84.

Enfrentando a preocupação em desfazer noções abstratas de ‘mulher’ enquanto identidades únicas (a-histórica e essencialista), buscou-se reconhecer a diferença dentro da diferença, apontando que as mulheres não constituem simples aglomerados; elementos como cultura, classe, raça/etnia, nacionalidade, geração, crença religiosa e ocupação devem ser ponderados e entrecruzados num desafio de desvendamento que evitem tendências a generalizações.⁶⁶

Naquele contexto de debate, o conceito de gênero passa a ganhar fôlego para oferecer um robusto suporte teórico às novas demandas nas pesquisas sobre as mulheres. Pois buscou superar as afirmações generalizantes do que é ser mulher ou homem, baseadas em uma essência feminina ou masculina. Buscou situar o debate no campo do social, entendendo que é neste campo que se reproduzem as relações sociais desiguais entre os sujeitos. Levando em consideração que as concepções de gênero não variam apenas entre as diferentes sociedades e diferentes tempos históricos, mas também no interior de uma dada sociedade, com suas diferentes etnias, diferentes classes e diferentes crenças e culturas.

Dada a demarcação territorial do espaço que ocupamos, julgamos importante situar o leitor sobre algumas obras produzidas no estado do Paraná que contribuíram para romper com o silenciamento imposto às mulheres. De acordo com Silva, “o que a análise mais perspicaz das fontes nos mostrou foi uma nova face da mulher brasileira, bem menos recolhida ao lar do que se julgava, bem menos submissa ao homem do que se acreditava.”⁶⁷ As pesquisas sobre as mulheres no Paraná incorporaram elementos importantes da história social e da história cultural, desenvolvendo a categoria de análise sobre o gênero.

Pesquisa acadêmica transformada em livro, que pode ser considerada um marco da produção historiográfica sobre as mulheres no estado do Paraná foi: *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na primeira República* de Etelvina Maria de Castro Trindade⁶⁸.

A autora utilizou diversos tipos de documentos para compreender a educação, a cidade, a religiosidade e as mulheres curitibanas nos primeiros quarenta anos da República. Analisou um momento histórico marcado pelo desejo de autoafirmação dos valores republicanos, identificou os conflitos presentes na sociedade que, imbuída da

⁶⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. Op cit, p.7/8.

⁶⁷ SILVA, Tania Maria Gomes da. *Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil*. Politeia: Vitória da conquista, BA, v.8, nº1, p.223-231, p. 228.

⁶⁸ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

ideologia positivista, colocava em evidência a presença da mulher, pois tinha forte preocupação com a sua formação: uma mulher instruída, seria uma mãe instruída. Por isso a ambiguidade da sua formação: ela era educada para o lar, mas também teria que ser educada para o espaço público. Localizou as mulheres da elite – a literata, a musicista, a pintora, a filantropa – mas também as mulheres do povo, barulhentas e ativas – prostitutas, verdureiras, leiteiras comerciantes, operárias, domésticas. Que disputavam, com os homens, os espaços públicos da cidade. Aliás, Etelvina Trindade foi a precursora no estudo sobre as mulheres no Paraná. Suas pesquisas serviram como base a uma outra geração de pesquisadoras das mulheres, que utilizavam o gênero como categoria de análise. Provavelmente, se estivesse em São Paulo ou Rio de Janeiro, a repercussão de suas pesquisas teria sido muito maior.

O trabalho de pesquisa de Roseli T. Boschilia: *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos: a mulher no espaço fabril (1940-1960)*⁶⁹, é importante na historiografia paranaense e também nacional, porque situa a mulher trabalhadora com o olhar da história. A presença feminina no mercado de trabalho, foi estudada com muito mais afinco nas ciências sociais, a história, quando assumiu para si essa tarefa, demonstrou interesse por outro viés da sua presença em espaços para além do trabalho, que de certa forma a obra de Trindade contempla.

Boschilia capturou elementos presentes na história social, como a intenção de conhecer as experiências das operárias, bem como a formação da sua identidade e incorporou um debate que estava tomando corpo no Brasil, que era o estudo de gênero. A obra situa a mulher trabalhadora em um momento da história aonde era assegurada com direitos sociais e quando havia diminuído significativamente a participação das mulheres na atividade fabril. Utilizou como fontes os registros das fábricas e os relatos em entrevistas feitas pela autora, que identificou elementos importantes de análise das trabalhadoras: primeiro, uma forte presença paternalista nas relações de trabalho, depois uma negativa, em alguns relatos, das mulheres ao seu passado enquanto trabalhadoras ou uma lembrança idealizada da sua permanência nas fábricas. Uma característica peculiar que foi identificada na pesquisa de Boschilia foi que as mulheres trabalhadoras, não se identificavam como tal, alegavam ter sido esta uma tarefa transitória até o casamento, mesmo que esta atividade tenha sido exercida por décadas ou mesmo tenha coexistido com o próprio casamento.

⁶⁹ BOSCHILIA, Roseli. *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba: Artes e Textos, 2010.

Identificou dois grupos distintos de trabalhadoras, ambas com pretensão ao matrimônio: as *ajustadas*, aquelas com maior escolaridade, descendentes de imigrantes na sua maioria, que transplantaram para o local de trabalho valores como obediência e submissão. E as *insurgentes*, que tinham sido preteridas das fábricas com serviços mais leves, que trabalhavam em fábricas maiores, em locais mais insalubres, com alta rotatividade de mão de obra, que se rebelavam com frequência, reclamando, agredindo ou xingando, mas não participavam das lutas por melhores condições de trabalho e igualdade de direitos.

Seguindo o percurso dessas duas obras, outras tantas ganharam fôlego na historiografia paranaense sobre as mulheres: A ampliação de fontes, diferentes abordagens e novos objetos se materializava na pesquisa de Ana Paula Vosne Martins⁷⁰ ao trabalhar as memórias de jovens universitárias dos anos 50 e 60, utilizando como fonte os registros da Casa da Estudante Universitária de Curitiba (CEUC) – o livro de plantão da CEUC – e depoimentos em entrevistas orais, buscando identificar os processos de construção da identidade feminina de jovens que saíam do interior para estudar na capital do estado.

Cynthia Roncaglio⁷¹ ao estudar a dicotomia entre o espaço público e o privado reservado a mulher e situar essa demarcação nos marcos dos diferentes conceitos de cidadania ao longo da história. As mulheres para além da fábrica foram pesquisadas por Ana Maria Ganz⁷², que resgatou causos e casos da imprensa sobre as ruidosas mulheres que frequentavam os espaços públicos da cidade de Curitiba entre 1925 e 1945. O diálogo travado através da imprensa entre mães e os médicos na preocupação com a saúde das famílias entre os anos de 1910 e 1935, num contexto de disputa entre o saber médico – científico – e o saber popular. Contribuição de Ângela Lúcia Ganz.⁷³

O trabalho de pesquisa de Wilma de Lara Bueno, sobre as singularidades das mulheres polonesas, buscando conhecer suas condições de trabalho e de vida.⁷⁴ Nádia

⁷⁰ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Um lar em terra estranha. A aventura da individualização feminina. A casa da estudante universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1992.

⁷¹ RONCAGLIO, Cynthia. *Pedidos e recusas: mulheres, espaço público e cidadania (1890-1934)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1994

⁷² GANZ, Ana Maria. *Vivências e falas. Trabalho feminino em Curitiba, 1925-45*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1994.

⁷³ GANZ, Ângela Lúcia. *Vozes do diálogo: mães e médicos de Curitiba de 1910-1935*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1996.

⁷⁴ BUENO, Wilma de Lara. *Curitiba, uma cidade bem amanhecida: vivência e trabalho das mulheres polonesas no final do século XX*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1996

Maria Guariza⁷⁵, que analisou as dimensões da representação materna católica e as propostas oficiais da Igreja católica quanto aos papéis atribuídos às mulheres, bem como a receptividade das mulheres a esses papéis. Kety Carla de March⁷⁶ que analisou os processos crime de defloramento no interior do Paraná. Claudia Priori⁷⁷ que estudou a violência feminina e o encarceramento de mulheres entre os anos de 1970 e 1995. Carla Cristina Conradi⁷⁸ analisou a participação militante de mulheres contra a ditadura civil-militar em Curitiba.

Como apontado anteriormente, o desvelamento da participação das mulheres e a reivindicação de que aparecessem foi fruto direto das lutas organizadas pelas próprias mulheres. Todas as pesquisas aqui apresentadas trazem consigo um compromisso político de grande envergadura. As batalhas travadas para visibilizar as mulheres estiveram umbilicalmente ligadas a um movimento social que mesmo sofrendo ataques, constituiu-se em um sólido movimento em busca da igualdade de direitos.

1.2 O GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE E SUA REPERCUSSÃO NO BRASIL

O interesse pela realidade das mulheres, que agitou as Ciências Sociais na década de 1960 e pela história das mulheres, que impulsionou a Ciência Histórica a buscar vestígios da participação das mulheres na vida social e política surgiu da demanda de um movimento social: o feminismo, que busca igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres.

Trata-se da luta organizada de uma categoria social específica: mulheres, em prol de avanços sociais, políticos e civis. O desenvolvimento deste movimento tem relação direta com a luta pela superação das desigualdades, historicamente estabelecidas, entre

⁷⁵ GUARIZA, Nádía Maria. *As guardiãs do lar: a valorização materna no discurso ultramontano*. Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 2003.

⁷⁶ MARCH, Kety Carla de. *Incorporação e (re)criação nas margens: trajetórias femininas no catolicismo nas décadas de 1960 e 1970*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2009.

⁷⁷ PRIORI, Claudia. *Entre promessas e reparações: processos-crime de defloramento em Guarapuava (1932-1941)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2010.

⁷⁸ PRIORI, Claudia. *Mulheres fora da lei e da norma: controle e cotidiano na Penitenciária feminina do Paraná (1970-1995)*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2012.

⁷⁸ CONRADI, Carla Cristina Nacke. *Memórias do sótão: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura na Paraná (1964-1985)*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2015.

homens e mulheres. A pauta de reivindicação do movimento feminista varia de acordo com o momento histórico.

O movimento feminista brasileiro pode ser dividido em momentos distintos: o precursor no final do século XIX até 1932; um segundo momento no pós 1968; o terceiro na década de 1980, vinculado ao processo de redemocratização pós ditadura civil-militar; um quarto momento, na década de 1990 com a ingerência de Organizações Não Governamentais (ONGs) e dos anos 2000 com a tentativa de autoafirmação de sua existência, disputa por uma ratificação legal das suas bandeiras de luta e criação de estruturas institucionalizadas mantidas pelo Estado.

No plano internacional, Louro localiza no final de década de 1960, especificamente a partir de 1968, um movimento de rebeldia que impulsionou a contestação sobre verdades absolutas em todas as esferas da vida, também o papel reservado às mulheres passou a ser questionado. Tal movimento contou com forte protagonismo de intelectuais, estudantes, negros, mulheres, jovens e assinala que:

Será no desdobramento da assim denominada ‘segunda onda’ – aquela que se inicia no final da década de 1960 – que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero.⁷⁹

A publicação de um artigo da historiadora norte-americana Joan Scott *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*⁸⁰. possibilitou uma fértil discussão entre as pesquisadoras e pesquisadores brasileiros em torno do gênero, como uma nova categoria de análise. De acordo com Scott, foi através das feministas inglesas que *gender* passou a ser usado como distinto de *sex*, buscavam “rejeitar o determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual e acentuavam, através da linguagem, o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”⁸¹

Na esteira da crítica à história social, ligada a ideia de preocupar-se em mostrar a similaridade da atuação das mulheres e dos homens ou em outro extremo, que buscava

⁷⁹ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petropolis, RJ: Vozes, 1997, p. 15.

⁸⁰ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise*. Indicamos a leitura do texto com tradução de DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia. Encontrado em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf

⁸¹ LOURO, Op cit, p.21.

revelar sua diferença numa cultura feminina própria, classificando a categoria mulher como entidade social e empírica fixa que acabava por perder a multiplicidade dos sujeitos⁸², uma nova tendência historiográfica se fortalecia, a história cultural. Aproximando-se muito das formulações de Foucault, o “sujeito aparece como efeito, como subjetivação resultante das práticas discursivas que o codificam e de tecnologias disciplinarizantes que o esquadriham e normatizam.”⁸³

Dá-se um deslocamento do objeto “mulheres” à categoria de “gênero”. Investe-se na desconstrução da generalização mulheres para considerar as multiplicidades e para se pensar as diferenças sexuais enquanto construções sociais e culturais. Essa nova proposta metodológica propõe-se a pensar as relações de gênero enquanto relações de poder, dessa forma, a dominação não se localiza num ponto fixo, mas se constitui nos jogos relacionais e de linguagem.⁸⁴

Scott define primeiramente gênero como um “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, [sendo] um primeiro modo de dar significado às relações de poder”⁸⁵. Dessa forma compreende a categoria gênero como aquela capaz de requerer um novo estatuto de história, uma nova demarcação de métodos e um diálogo constante com outras áreas das ciências humanas.⁸⁶

Nas palavras de Scott:

O termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais”.⁸⁷

Joan Scott buscou analisar, como as sociedades constroem representações sobre as diferenças – masculino/feminino – e não se essas representações encontram respaldo ou não na natureza mesma do ser. Por isso, a prática discursiva, na concepção de Scott, é sempre uma prática de poder, pois tudo o que se torna objeto pelo conhecimento é sempre

⁸² RAGO, Margareth. Margareth. As mulheres na historiografia brasileira, p.86. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

⁸³ Idem, p.87.

⁸⁴ Idem, 88.

⁸⁵ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise*. 1990. In: CUNHA, Maria de Fátima. *Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença*. História Ensino: Londrina, v.6, p.141-161, out 2000, p.156.

⁸⁶ CUNHA, Maria de Fátima. *Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença*. História Ensino: Londrina, v.6, p.141-161, out 2000, p.156.

⁸⁷ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise*. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, v.6, nº2, 1990, p.75.

cultural, na medida em que está sempre mediado pela historicidade do próprio ato de conhecer.⁸⁸

Ao afirmar o caráter essencialmente social, a categoria gênero não nega a biologia, mas enfatiza a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Dessa forma, o debate é recolocado no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações – também desiguais – entre os sujeitos. Ao afirmar o caráter social do feminino e do masculino, leva em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos que estão sendo tratados, afastando proposições essencialistas sobre os gêneros. O foco passa a ser o processo, uma construção, não algo que existe *a priori*. Por isso, possibilita a ampliação da abordagem, exigindo um pensamento plural, ao perceber que os projetos e representações sobre homens e mulheres são diversos.⁸⁹

O valor da linguagem demanda, portanto, da prática discursiva encontrada nas mais variadas formas e instituições. Forjam verdades vivenciadas nas relações de gênero que cristalizam identidades sexuais, hierarquizam as diferenças e naturalizam o sexo. A categoria gênero busca, dessa forma, “contestar os paradigmas da história recomendando a desconstrução como método que permita ao historiador verificar como as diferenças sexuais, por exemplo, vistas em seu contexto, são construídas hierarquicamente e dadas como real, como coisas dadas ou como estando na natureza das coisas”.⁹⁰

De acordo com Matos, o uso da categoria gênero apontou a necessidade de se libertar de conceitos abstratos e universais, apontou a necessidade de se historicizar os conceitos e as categorias, de compreender a transitoriedade dos conceitos e do conhecimento, entendendo a efemeridade das perspectivas, a instabilidade das categorias analíticas, que são desconstruídas e reconstruídas constantemente e aceitar a historicidade inerente ao processo de conhecimento.⁹¹

O conceito de gênero trazia na sua concepção a compreensão de que gênero se difere entre diferentes sociedades levando em consideração os diversos grupos étnicos, religiosos e de classes presentes no interior de cada sociedade, e também leva em

⁸⁸ BESSA, Karla M. *O crime de sedução e as relações de gênero*, 1994. In: CUNHA, Maria de Fátima. *Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença*. História Ensino: Londrina, v.6, p.141-161, out 2000, p.156.

⁸⁹ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.22/23.

⁹⁰ CUNHA, Maria de Fátima. *Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença*. História Ensino: Londrina, v.6, p.141-161, out 2000, p.156.

⁹¹ MATOS, Maria Izilda Santos. *História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas*. Mandrágora, v.19, n.19, 2013, p. 69.

consideração os diferentes momentos históricos. No Brasil as idiossincrasias nacionais também serão levadas em consideração. De acordo com Cunha, no Brasil a categoria de gênero surge fazendo uma crítica à mulher como redentora ou como sujeito da revolução, descobrindo diferenciadas lutas e múltiplos sujeitos na história das mulheres, pois “procura incorporar o estudo do relacional entre homens e mulheres”.⁹²

Na historiografia brasileira, muitas têm sido as pesquisadoras a utilizar a categoria gênero. Foi dessa maneira que Cleci Eulália Favaro, falando das famílias italianas que migraram para o Rio Grande do Sul, mostrou o estabelecimento de hierarquias no significado do que era ser ‘feminina’ entre sogras e noras.⁹³ Rachel Soihet apontou a forma como o antifeminismo atua na constituição do gênero.⁹⁴ Maria Bernardete Ramos Flores observou, nas décadas de 1920 e 1930, o reforço do gênero através dos discursos que enfatizavam a maternidade nas campanhas de regeneração nacional que se vinculavam à eugenia e à higiene.⁹⁵ E, no Rio Grande do Sul, Aurea Tomatis Petersen mostrou, em sua tese de doutorado, como as mulheres entraram no Banco do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, em substituição aos homens que foram para a guerra, mudando, assim, a relação de poder no interior do Banco.⁹⁶ Marlene de Faveri, em sua tese de doutorado, narra como homens e mulheres de diferentes etnias envolveram-se de maneira diferenciada com o cotidiano da guerra, em Santa Catarina. Mostra como a guerra teve um significado diferente para cada pessoa, em vista do gênero e da etnia.⁹⁷

Por sua vez, várias autoras, tais como Margareth Rago, Maria Izilda Matos, Cristina Scheibe Wolff, Roselane Neckel, Tania Navarro-Swain e Mônica Schpun⁹⁸, entre

⁹² CUNHA. Op cit, p.155.

⁹³ FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas. Contradições, ambivalências e violências*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. Apud. PEDRO, Maria Joana e SOIHET, Rachel. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.27, nº54, p.281-300, 2007, p. 291.

⁹⁴ SOIHET, Rachel. *Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas*. Estudos Feministas, v.5, n.1, p.7-29, 1997. Apud. PEDRO, Maria Joana e SOIHET, Rachel. Op cit, p.291.

⁹⁵ RAMOS, Maria Bernardete. *O Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt*. Estudos Feministas, v.10, n.1, p.11-37, 2002. Apud. PEDRO, Maria Joana e SOIHET, Rachel. Op cit, p.291.

⁹⁶ PETERSEN, Aurea Tomatis. *Trabalhando no banco: trajetória de mulheres gaúchas desde 1929*. Tese (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 1999. Apud. PEDRO, Maria Joana e SOIHET, Rachel. Op cit, p.291.

⁹⁷ FAVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC; Itajaí (SC): Univali, 2004. Apud. PEDRO, Maria Joana e SOIHET, Rachel. Op cit, p.291.

⁹⁸ RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001; MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2001; WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história do Alto Juruá – Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999; NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. Tese (Doutorado em História) –

outras, têm contribuído para o conhecimento da história das relações de gênero, focalizando a maneira como o gênero se constitui num ponto de apoio para constituições de subjetividades, políticas públicas e relações com a história. E, ainda dentro dessas mesmas discussões, Durval de Albuquerque Jr. vem dando historicidade às masculinidades no Nordeste.⁹⁹

Com a contribuição de Boschilia¹⁰⁰, acrescenta-se as pesquisas de Luciano Raposo Figueiredo¹⁰¹, sobre o cotidiano das mulheres pobres em Minas Gerais no século XVIII. Sandra Graham¹⁰², sobre o trabalho feminino na sociedade escravista. Maria Izilda Matos¹⁰³, ao abordar os conflitos entre capital e trabalho nas indústrias de sacaria de café em Santos, colocando em evidência o trabalho quase invisível das mulheres. Joana Maria Pedro¹⁰⁴, com o uso de fontes jornalísticas, investigou a construção dos papéis femininos a partir da idealização da imprensa, majoritariamente masculina, na Desterro da segunda metade do século XIX. Etelvina Maria de Castro Trindade¹⁰⁵, analisou o lugar ocupado pelas mulheres na primeira República. Ana Paula Vosne Martins¹⁰⁶ e Carla Bassanezi Pinsky¹⁰⁷ analisaram questões femininas no período pós-guerra. Trindade e Martins contribuíram para dar visibilidade as pesquisas produzidas fora do eixo Rio-São Paulo. Análises que procuravam enfocar experiências de homens e mulheres em diferentes perspectivas, sempre na tentativa de recuperar práticas, resistências e lutas cotidianas, até então invisibilizadas pela historiografia.¹⁰⁸

PUC/SP, São Paulo, 2004; SCHPUN, Mônica Raisa. *Les années folles à São Paulo: hommes et femmes au temps de l'explosion urbaine (1920-1929)*. Paris: L'Harmattan, 1997; NAVARRO-SWAIN, Tania. *Entre a vida e a morte, o sexo*. Labrys – Études féministes / Estudos feministas, Brasília, Montréal, Paris, v.10, jul.-dez., 2006. Apud. PEDRO, Maria Joana e SOIHET, Rachel.

⁹⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino – uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920-1940)*. Maceió: Catavento, 2003. Apud. PEDRO, Maria Joana e SOIHET, Rachel.

¹⁰⁰ BOSCHILIA, Roseli. *As mulheres imigrantes portuguesas sob o véu da invisibilidade: um balanço historiográfico*. Diaspore 7: Mobilidade humana e circularidade de ideia. Diálogos entre a América Latina e a Europa. p.41-54, 2017.

¹⁰¹ FIGUEIREDO, Luciano Raposo. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Brasília: José Olympio; DF, EDUNB, 1993.

¹⁰² GRAHAM, Sandra. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

¹⁰³ MATOS, Maria Izilda. *Trama e poder, trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café*. Brasília: SESI, 1994.

¹⁰⁴ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed UFSC, 1994.

¹⁰⁵ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1996.

¹⁰⁶ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Um lar em terra estranha: a aventura da individualização feminina: a casa da estudante universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2002.

¹⁰⁷ PINSKY, Carla Bassanezi. *Virando as páginas, revendo as mulheres: relações homem-mulher e revistas femininas, 1945-64*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

¹⁰⁸ BOSCHILIA, Roseli. Op cit, p.45.

1.3 DEBATE ENTRE A HISTÓRIA SOCIAL E AS TEORIAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Foi a partir dos anos 1970 que a produção historiográfica, tendo suas bases teóricas assentadas na história social, preocupou-se em identificar os signos da opressão capitalista sobre as mulheres. Neste período o movimento feminista norte americano e europeu, começava a repercutir no Brasil, na sua segunda onda. As demandas das feministas visavam romper com a tradicional visão da mulher como sexo frágil e reivindicavam a condição de sujeito do seu próprio corpo, da sua sexualidade e da sua vida, exigiam maior espaço de atuação política.¹⁰⁹

Ao longo da década de 1980, em um momento que poderia ser classificado como a segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres, vem à tona um conjunto de estudos que revelavam a presença das mulheres atuantes na vida social, que reinventavam práticas cotidianas, criando estratégias de resistências. A obra de Thompson, sobre *A formação da classe operária inglesa*, mostrava as práticas e experiências dos indivíduos. Estava aberto o caminho para a escrita de uma história que atentava para os sujeitos sociais, até então tidos como sujeitos coletivos. Trabalhava na perspectiva da história vista de baixo, ampliava a compreensão da opressão/subordinação para as relações de opressão, exploração, submissão, acomodação, luta e resistência. Visualizava os sujeitos da história enquanto sujeitos políticos.¹¹⁰

Com o impulso de Thompson, se iniciam as reflexões sobre o caráter político das relações de classe, produzidas pela história social das mulheres nos 1980. No avançar das abordagens teóricas sobre as mulheres, as historiadoras feministas passam também a pensar as relações sociais fundadas a partir das diferenças de gênero. Neste florescer, as categorias de classe e experiência, cunhadas por Thompson, passam a sofrer críticas, no sentido de identificar a ausência de uma explicação sobre o significado político e cultural das mulheres no processo de formação da classe. Para algumas historiadoras, como Catherine Hall e Joan Scott, o conceito de experiência não dava conta das diferenças, o conceito de classe deveria explicar as diferentes experiências de homens e mulheres nas relações de produção, abordar as discontinuidades, as representações e as relações de poder no interior da própria classe.

¹⁰⁹ CUNHA, Maria de Fátima. *Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença*. História Ensino: Londrina, v.6, p.141-161, out 2000, p.149.

¹¹⁰ Idem, p.152.

No entanto, ao avançar os estudos de Thompson sobre as culturas subalternas, ele acaba incorporando em suas análises, temas que se preocupam com as questões de gênero. Como por exemplo no artigo sobre a economia moral, quando analisa o papel das mulheres no interior das comunidades plebeias pré-industriais e sua participação nos motins de resistência. Ou no artigo sobre a venda das esposas, expõem que não se tratava de um exemplo de opressão sobre as mulheres, mas uma forma de homens e mulheres resolverem seus problemas de desamores e descasamentos¹¹¹.

Houve um profícuo debate entre as pesquisadoras americanas em torno da categoria de gênero e a história das mulheres alicerçada na história social. Principalmente a partir das críticas apresentadas por Hall e Scott quando romperam com a história social. O pano de fundo eram as diferentes concepções sobre a história vinculada aos novos paradigmas da história cultural e também uma negativa premente das abordagens balizadas pelo conceito de classe social e suas categorias, como opressão, exploração, violência. A história cultural suprimia o conceito de classe social e incorporava o conceito de relações de poder. A cisão foi consequência do rompimento com o materialismo histórico dialético.

O contexto do debate, que ocorria principalmente nos Estados Unidos já na década de 1970, chega ao Brasil, em torno, de uma década depois. Em terras brasileiras não havia a necessidade de recuperar as divergências, até porque em dez anos elas já estavam consolidadas. Joan Scott levou consigo praticamente todas as pesquisadoras brasileiras, que passaram a reivindicar a categoria gênero como instrumento de análise explicativo e propositivo nas abordagens sobre as mulheres.

Pensamento discordante foi Heleieth Saffioti, que se manteve fiel às abordagens amparadas pelo conceito de classe e análises sobre o capitalismo dependente brasileiro e patriarcado. Reconheceu os avanços nas abordagens que utilizavam a categoria de gênero, mas apontou os limites dessas abordagens frente às investidas de adequação ao sistema capitalista. Reafirmou que o patriarcado mantém as mulheres em condição de subjugo aos homens, que coloca a mulher em condição de subalternidade e que suas bases não foram superadas, dessa forma não há possibilidade de exclusão do conceito¹¹².

Entre as historiadoras, Maria Odila Leite da Silva Dias, foi a voz dissonante.

¹¹¹ Idem, p. 154.

¹¹² SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p.116.

Discordou da necessidade da construção imediata de uma teoria feminista. A seu ver, tal reconstrução significava substituir um sistema de dominação cultural por outra versão das mesmas relações, talvez invertidas de poder, já que, o saber teórico implicaria, também, um sistema de dominação¹¹³.

Na área do ensino de História, o estudo sobre as mulheres tem sido cada vez mais reivindicado, fruto direto das lutas feministas. Entendemos ser fundamental valorizar a mulher como sujeito da história, para tanto, cabe desenvolver atitudes investigativas a partir do trabalho com as fontes. O livro didático pode ser utilizado de forma crítica, valorizando a problematização dos conteúdos e a investigação.

¹¹³ DIAS, Maria Odila L.S. *Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano*. Apud: SOIHET e PEDRO. *A emergência da pesquisa histórica das mulheres e das relações de gênero*. p.289.

2. AS MULHERES NO ENSINO DE HISTÓRIA

2.1 UM ENSINO SEM MULHERES NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Juno Pena, em 1981 alertava que no Brasil “consciente ou inconscientemente, as mulheres foram apagadas de nossa história e a leitura dos textos daqueles que se preocuparam em estudá-la provoca a impressão que esse é um país habitado somente por homens”¹¹⁴. Assim sendo, as mulheres tiveram que passar a escrever sobre elas mesmas. O que não é nenhum problema, apesar das críticas ao apelo militante das pesquisadoras, tratava-se de um embate político.

O movimento sufragista, já no início do século XX no hemisfério norte, impulsionou, entre as mulheres burguesas, a luta política pela participação feminina e o voto passou a ser reivindicado como importante veículo de inserção política. Já na década de 1960, em alguns países da Europa (Inglaterra, França e Alemanha) e nos EUA, foram as próprias pesquisadoras mulheres que reivindicaram espaço nas universidades e escolas e o fizeram de maneira bastante apaixonada e militante. Simone Beauvoir, Betty Friedman, Kate Millet, militantes feministas que levaram para a academia a necessidade de estudar a mulher. O efervescente clima de “inconformidade e desencanto aos tradicionais arranjos sociais e políticos, as grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento”¹¹⁵ as levaram a lançar as bases acerca das discussões sobre as mulheres. De lá para cá o campo de pesquisa se expandiu e a discussão de gênero tomou fôlego e ganhou espaço.

No entanto, faz-se indispensável o reconhecimento às conquistas sociais das mulheres do Leste Europeu, que com a vitória da Revolução Russa, elevaram garantias no campo do trabalho (jornada de 7 horas diárias, duas folgas semanais, 30 dias de férias), da política (Código da Família garantindo a igualdade entre homens e mulheres, direito ao voto) e dos direitos sociais e civis (licença maternidade de 1 ano e 8 meses, direito ao aborto já em 1920, direito à iniciativa do divórcio). O mundo ocidental se inspirou nessa importante experiência histórica e tirou do processo revolucionário russo suas bandeiras de luta. No ocidente, as conquistas que obtivemos são fruto direto das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras numa conjuntura de disputa ideológica entre socialismo e

¹¹⁴ PENA, Maria Valéria Juno. *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. RJ: Paz e Terra, 1981, p.13.

¹¹⁵ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. RJ: Vozes, 1997, p.16.

capitalismo, aonde este último precisou fazer concessões para manter sua hegemonia. Esse não é debate central da pesquisa, apenas um parêntese. Trata-se de um reconhecimento à história dos processos revolucionários de caráter popular que levaram, indubitavelmente, a humanidade a conquistar avanços significativos em praticamente todas as esferas da vida.

No Brasil, a historiografia passa a dedicar-se a história das mulheres, que segundo Rago nasceu:

[...] no interior de uma historiografia do trabalho, em 1970, importante lembrar que esta sofre profundas mudanças ao longo desta década, abandonando o interesse exclusivo pela história dos partidos políticos e sindicatos, para incorporar outros temas que abrangem desde o cotidiano das fábricas até a vida no interior da família, passando pelos valores, crenças e hábitos que marcaram a classe trabalhadora¹¹⁶.

Segundo Joan Scott, na década de 1980, houve o rompimento definitivo com a política e a palavra gênero tomou força. Boschilia nos esclarece que “a definição de gênero pode ser explicada por uma dupla proposição: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e, além disso, gênero é a maneira primordial de significar relações de poder”¹¹⁷. No Brasil, Rago pontua que “na década de 1980, amplia-se largamente o leque temático não apenas em relação à incorporação de novos agentes sociais, como mulheres, prostitutas, loucas, crianças, negros etc., mas principalmente em relação a dimensões da vida social privilegiadas pelos estudos da mentalidade e da sensibilidade”¹¹⁸.

A partir da década de 1990: “os estudos acerca das mulheres buscaram, por meio do gênero, compreender a condição feminina inserida numa trama de relações sociais, [definindo] a mulher enquanto ser histórico, gerado pelas relações sociais, e portanto, ligado à questão da desigualdade e do poder”¹¹⁹.

Percebe-se que entre 1970 e 1990 houve significativa ampliação dos temas e abordagens sobre as mulheres. Novos objetos de estudo, para além das relações de trabalho e militância política, foram incorporados. No leque de possibilidade que se abriu,

¹¹⁶ RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*, p. 84. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

¹¹⁷ BOSCHILIA, Roseli. *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba: Artes e Textos, 2010, p.18 e 19.

¹¹⁸ RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*, p. 84. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

¹¹⁹ BOSCHILIA, Roseli. *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba: Artes e Textos, 2010, p.19.

também permitiu compreender a mulher como sujeito da sua história nos seus espaços de atuação, não somente público, mas também no seu espaço privado.

As pesquisas de Michellet Perrot¹²⁰, na década de 1970, lançam luzes sobre a existência das mulheres nos espaços públicos e privados na França do século XIX. Analisa, através do uso de fontes não oficiais, ou seja, vestígios deixados pelas próprias mulheres, como cartas e diários, a presença das mulheres das classes mais abastadas nos espaços de filantropia, espaços que permitiam um poder de organização e participação pública consentida, que prevalecia a autonomia do trabalho social desenvolvido por elas. E das mulheres das classes populares, ao analisar o que diziam os jornais sobre as mulheres que ocupavam espaços públicos como vendedoras, lavadeiras ou domésticas e ocupavam lugar de destaque dentro do seu espaço privado, inclusive tendo a responsabilidade pela administração do dinheiro da família. Com Perrot, entendemos que a “matéria que constitui as fontes integra a desigualdade sexual e a marginalização ou desvalorização das atividades femininas.”¹²¹

A contribuição de Thompson, de acordo com Cunha, ao incorporar a compreensão de que é importante analisar o caráter político das relações de classe, abrindo caminho para o estudo das experiências dos sujeitos históricos, possibilitando às pesquisadoras feministas problematizar o caráter genérico da classe, abrindo caminho para a diversificação dos objetos de estudo.

Portanto, coube às próprias mulheres reivindicarem o direito de aparecer e a partir disso, elas mesmas passaram a produzir pesquisas que buscavam superar a invisibilidade lhes imposta. No ensino de História um processo parecido ainda ocorre, porém, ainda mais demorado. Diferentemente da academia que divulga suas pesquisas em revistas, congressos, livros, etc., na escola de ensino básico o principal instrumento de propagação do conhecimento ainda é o livro didático.

O sistema educacional brasileiro, na maioria das vezes, apresenta políticas que não levam em consideração a realidade das escolas e descredenciam a participação dos seus agentes: professores, funcionários, gestores e estudantes. Ainda nos deparamos com uma escola obsoleta do ponto de vista da tecnologia, despreparada fisicamente para a grande demanda numérica de estudantes, pedagogicamente cada vez mais fragilizada,

¹²⁰ PERROT. Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005 e *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹²¹ PERROT. Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 12.

aberta a concessões quanto ao que é fundamental ensinar e vulnerável a política de ranqueamento medida pelo IDEB.

Abertamente a escola tem perdido sua autonomia. No que se refere ao material didático, temos a opção de escolha do livro. O Ministério da Educação faz a avaliação e nos diz se está apto ou não. O livro didático é elaborado a partir das produções historiográficas mais consolidadas, baseada geralmente nas produções de São Paulo e Rio de Janeiro. Trata-se de um livro nacional, que na maioria das vezes, não aborda as regionalidades.

O debate presente na sociedade sobre as ditas “minorias” – termo usado de maneira equivocada, pois trata-se da maioria esmagadora da população – são tratados, via de regra, ao largo da discussão central. Reconhecemos o esforço dos movimentos sociais na luta pela inclusão dos indígenas e afrodescendentes, consolidados na obrigatoriedade do ensino pelas leis 10.639/03 e 11.645/08 e que de fato deu visibilidade a estes grupos. No que se refere as mulheres, ainda há muito a ser conquistado neste campo.

O livro didático é uma mercadoria para a editora e como tal é vendido para o Estado. Está sujeito às pressões do mercado, inclusive nas concessões que faz ao movimento popular que sempre reivindica maior participação, mas como mercadoria, transmite, hegemonicamente, a história ocidental, cristã, branca e masculina. No entanto, sabemos que se trata do “principal veiculador de conhecimentos sistematizados, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que têm acesso a educação escolar”¹²². Ginity afirma que:

O governo brasileiro é o principal consumidor/comprador de livros no país. O PNL 2015, incluindo compra e reposição de livro didático para os níveis fundamental e médio teve um custo, segundo o FNDE de 1.330.150.337,36, incluindo os gastos com distribuição¹²³.

Ou seja, é um mercado altamente lucrativo e por isso bastante concorrido. Sanchez informa que de acordo com os dados fornecidos pela pesquisa “produção e vendas do setor editorial brasileiro, em 2016¹²⁴ os livros didáticos compuseram 48,4% do mercado

¹²² SILVA, Edlene Oliveira. *Relações entre imagens e textos no ensino de História*. Saeculum – Revista de História [22]; João Pessoa, jan/jun2010, p.173.

¹²³ GINITY, Eliane Goulart Mac. *Imagens de mulheres nos livros didáticos de História*. Revista do Lhiste, Porto Alegre, n.3, vol.2, jul/dez.2015, p.924.

¹²⁴In: http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Pesquisa-Produ%C3%A7%C3%A3o-e-Vendas_2016_1.pdf em 04/11/2017

editorial do país e as vendas para o governo representaram 26,5% do faturamento total do setor”¹²⁵.

Dessa forma, a principal ferramenta de trabalho de que dispomos com livre acesso a todos/as os/as estudantes é o livro didático. No entanto, as mulheres não são incluídas na narrativa dos textos, sua presença se dá de maneira externa ao texto, ressaltando em alguns casos seu caráter heroico¹²⁶. “Na história escolar, ainda hoje, as mulheres aparecem nominalmente em determinadas efemeridades, em situações inusitadas, por vezes heroicas, sendo pouco visibilizadas como sujeitos de direitos e restritamente reconhecidas como parte substancial da compreensão histórica, do conhecimento do passado e da formação para a cidadania”¹²⁷.

Segundo Sanchez, ao estudar sobre a presença feminina nos livros didáticos de História, observou que na coleção mais distribuída pelo PNLD de 2015: História, Sociedade e Cidadania (Ensino Médio), de Alfredo Boulos Junior, publicada e comercializada pela Editora FTD, nos três livros de 1º, 2º e 3º ano “789 dos 859 personagens mencionados são homens e 70 são mulheres – 91,8% e 8,2% respectivamente. As mulheres aparecem muito mais nos rodapés e caixas laterais dos textos, ou seja, fora do eixo central da narrativa. Elas também são proporcionalmente menos nomeadas do que os homens”¹²⁸.

Em pesquisa elaborada por Ginity, ao analisar imagens de mulheres nos livros didáticos de história, utilizando dez livros de nove coleções aprovadas pelo PNLD de 2015 para o ensino médio, centralizando sua abordagem na história geral e do Brasil durante o século XX, percebeu que: “As mulheres representam pouco mais de 10% do total de imagens de homens, num total de 65 para 601 respectivamente. As figuras dos

¹²⁵ SANCHEZ, Giovana Romano. *Mulheres são menos de 10% dos personagens em livro de história usado em escolas públicas*. In: <http://www.generonumero.media/no-rodape-da-historia-mulheres-sao-menos-de-10-de-personagens-em-livro-didatico-usado-nas-escolas-publicas/> 06/10/2017.

¹²⁶ Olympe de Gouges, Anita Garibaldi, Berta Lutz, Olga Benário Prestes, Maria da Penha, entre tantas outras mulheres extraordinárias, que devem sim constar nos registros presentes nos livros didáticos não só de História, mas de todas as disciplinas escolares. Porém a menção apenas às heroínas da nossa história, reafirma para a criança e jovem em formação de que a história é essencialmente masculina e em determinado momento contou com valorosa contribuição de extraordinárias mulheres.

¹²⁷ MISTURA, Letícia; CAIMI, Flávia Eloisa. *O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010)*. Aedos: Porto Alegre, v.7, n. 16, p.229-246, jul.2015, p.229.

¹²⁸ SANCHEZ, Giovana Romano. *Mulheres são menos de 10% dos personagens em livro de história usado em escolas públicas*. In: <http://www.generonumero.media/no-rodape-da-historia-mulheres-sao-menos-de-10-de-personagens-em-livro-didatico-usado-nas-escolas-publicas/> 06/10/2017

dois sexos juntos somam 283 imagens”¹²⁹. Esses números reforçam, segundo a autora, “o protagonismo masculino e a representação do que se espera para homens e mulheres”¹³⁰.

Em estudo sobre a abordagem das mulheres nos livros didáticos de História, Rambaldi e Probst¹³¹ analisaram três livros didáticos do ensino médio de três décadas distintas – 1974, 1981 e 2006¹³² – tendo como objetivo analisar como as mulheres foram representadas e como foram inseridas no processo histórico e assim compreender as relações que se constituem nos diferentes tempos e espaços. As autoras concluíram que:

No livro da década de 1970 e no livro da década de 1980 as mulheres eram apenas citadas. Não se dava, nessa época, importância a sua participação na vida social, cultural, política e econômica, relegando-as à segundo plano, quando não ao esquecimento. No entanto as mulheres já apareciam, mesmo que de forma breve, nos textos, o que nos leva a acreditar que esses livros didáticos já começam a apresentar as mulheres como parte da história. [...] no livro didático de 2006 foi possível perceber que a história das mulheres foi introduzida, representando-as não apenas como apêndice da história. O livro traz reflexões e menções às pesquisas que emergiram sobre as mulheres, além de que, ao longo dos capítulos, trouxe uma representação da mulher como ativa e participante de todos os processos sociais¹³³.

Importante fazer uma ressalva, pois o livro didático produzido pela SEED/PR não se enquadra nos padrões do FNLD, nem participou dos seus processos avaliativos. Trata-se de uma iniciativa estadual que contou com forte aporte e se inseria num contexto de ampliação da historiografia com novos temas, novos objetos e novas abordagens.

O que podemos concluir é que nos livros didáticos “oficiais” e dada sua importância nas aulas de História podemos apontar que nas salas de aula também, as mulheres aparecem de forma desigual em relação aos homens. Mas como é possível desnaturalizar essa desigualdade? Como é possível inseri-las em nossas aulas, tratando-as como participantes do processo histórico?

¹²⁹ GINITY, Eliane Goulart Mac. *Imagens de mulheres nos livros didáticos de história*. Revista do Lhiste: Porto Alegre, v.2, n. 3, jul/dez.2015, p.925.

¹³⁰ Idem, p.926.

¹³¹ RAMALDI, Amália Kelly. PROBST, Melissa. As mulheres representadas nos livros didáticos: História do Brasil. Interfaces Científicas – Educação: Aracaju, v.5, n.3, p123-136, jun/2017

¹³² Serviram como fonte de pesquisa os seguintes livros didáticos: História do Brasil de Maria Célia Freira e Marlene Odorñez. Editora Ática, 6ª edição, 1974. 198 páginas. História das Sociedades Americanas de Rubim Santos Leão Aquino, Nivaldo Jesus Freitas de Lemos e Oscar Guilherme Pahl Campos Lopes. Editora Livraria Eu e Você, 1981. 400 páginas. Livro produzido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, escrito por Altair Bonini, Fábio de Oliveira Cardoso, Marli Francisco, Siumara Sagati, Sueli Dias e Vanderleia Canha, 2006. 376 páginas.

¹³³ RAMALDI; PROBST. p.131.

2.2 QUE APRENDIZAGEM HISTÓRICA SOBRE AS MULHERES DEFENDEMOS?

Eric Hobsbawm já nos alertou que o simples fato de fazermos parte de uma comunidade humana já nos situa em relação ao passado desta comunidade. E que todo ser humano tem consciência do passado pelo fato de conviver com pessoas mais velhas, portanto, “o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”¹³⁴. Sendo a história o estudo do passado da humanidade, não há consciência humana sem a história.

Nos situamos em relação ao passado, fazendo paralelos e projeções. Isso ocorre independente da ação da educação formal, que por excelência tem um caráter difusor da cultura. Por óbvio, reivindicamos o papel da educação formal, dada sua importância na sociedade, pois é ela que educa a vida social através do conhecimento.

Dessa forma, o ensino de História pode possibilitar, através de seus conteúdos, organizados didaticamente, a elevação do nível de consciência. Entre outras coisas, a dar voz a setores historicamente destinados aos rodapés das histórias. Assim, o estudo sobre as mulheres cumpre uma função social. Possibilitar ao estudante compreender que não há uniformidade na História, que nem todas as mulheres pensavam e agiam da mesma forma, que a elas cabe um protagonismo nas suas vidas particulares e também na sua vida social. A vida e a luta de pessoas desconhecidas ao longo da história da humanidade lançaram os alicerces da nossa vida. Se o ensino de História possibilitar o reconhecimento identitário desse legado muito se contribui para a emancipação humana.

Historicamente o ensino de História passou a ser concebido e delineado a partir da formação do Estado Nacional brasileiro. Porém não livre de embates e disputas ideológicas: de um lado setores das classes dominantes que defendiam uma história sagrada, com valores humanísticos subordinada à moral religiosa, de outro lado, setores também dominantes, que defendiam a laicidade da História, influenciados pelas ideias positivistas ressaltavam seu caráter científico, formadora de uma moral cidadã capaz de potencializar a noção de nacionalismo, de pertencimento à Nação e nesse quadro a defesa da construção de uma história oficial¹³⁵.

¹³⁴ HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.22.

¹³⁵ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana*. In Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. FFLCH, USP. 1993, p.194.

O marco que instituiu a História como disciplina obrigatória foi em 1837, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. No entanto foi somente no final do século XIX que apareceram mudanças curriculares de caráter científico, quando o Brasil iniciava seu processo de urbanização e industrialização. Foi neste período que a disciplina de História “passou a configurar-se como forma de conhecimento delimitado por objetivos e métodos pedagógicos”.¹³⁶

Contudo, foi na década de 1930 que o sistema republicano no Brasil passou a comprometer-se com a oferta da educação e passou também a preocupar-se com o conteúdo dessa educação, sendo a constituição dos sistemas de ensino os instrumentos capazes de organizar os programas curriculares. Portanto, o Estado assume a tarefa de formação dos cidadãos comprometidos com a construção do regime republicano. O Estado age como um poder centralizado, capaz de organizar uma legislação de ensino, favorecendo uma padronização dos programas das disciplinas escolares. Passa a partir disso, a supervisionar e controlar a atividade docente em todo o país. Martins esclarece:

Parte da historiografia da educação aponta a Reforma Federal de 1931, durante o governo de Getúlio Vargas, como a promotora de grande mudança da educação brasileira, principalmente após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em que Francisco Campos assumiu a titularidade da pasta. A essa reforma historiadores da educação atribuem grande importância, porque imprime, em suas definições legais e normatizadoras, o efetivo que eles denominam Educação Nacional. A questão central desse período era a ampliação da rede pública e laica de ensino. Para fazer isso, o governo federal considerava necessário criar, no interior da organização do Estado brasileiro, um aparato administrativo que pudesse efetivar o sistema educacional¹³⁷.

Esta Reforma também foi um marco para o ensino de História, pois tornou a disciplina obrigatória, impôs a seriação obrigatória em todas as escolas e unificou os programas de ensino em todo o país, além de conter instruções metodológicas que objetivavam dialogar com a especificidade do ofício de professor, o Estado expunha, também, suas preocupações técnicas de caráter metodológico com o ensino.

Duas reformas promovidas pelos militares durante a ditadura militar: em 1968 a reforma universitária e 1971 a reforma do ensino de 1º e 2º graus reestruturaram todo o processo escolar. No campo da história, destacamos a implementação da licenciatura em Estudos Sociais, que buscava formar professores habilitados para ministrar aulas de

¹³⁶ Idem, p.199.

¹³⁷ MARTINS, Maria do Carmo. *A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* Bragança Paulista: Edusc, 2002, p. 95.

História e Geografia no ensino fundamental: “formação profissional menos especializada nos campos científicos, mais voltada para o exercício do magistério, atendendo às especificidades que o crescimento do sistema de ensino gerava: necessidade de mais professores formados em menor tempo.”¹³⁸

A constituição de órgãos como o Conselho Nacional de Educação – mais tarde denominado Conselho Federal de Educação - cujos conselheiros ficarão responsáveis, após a década de 1960, por indicar o núcleo comum dos currículos para o país, e que poderiam fazê-lo sem consultas aos especialistas das diferentes áreas; a criação dos cursos de licenciatura, especialmente voltados para a formação do professor, oferecidos nas Faculdades de Educação, e distantes dos centros de formação do pesquisador colaboraram para [uma] demarcação territorial, aumentando as distâncias e as diferenças entre a ciência de referência e a disciplina escolar¹³⁹.

A separação dicotômica da formação do professor com a formação do pesquisador, certamente retardou, na escola, o debate sobre a inserção de novos sujeitos da história. Na academia desde que as historiadoras trouxeram, à tona as experiências das mulheres a partir década de 1960, o campo de estudos conhecido como História das Mulheres não reivindicava simplesmente adicioná-las ou suplantá-las em uma narrativa. Passaram a questionar o conceito de sujeito histórico universal; os espaços e fontes que apresentavam maior relevância para o processo histórico; a divisão da história quadripartite; a valorização de alguns aspectos da vida em detrimento de outros e a dita neutralidade do/a pesquisador/a. Nas palavras de Miranda:

A inclusão das mulheres como sujeito e objeto do conhecimento histórico propiciaram o questionamento e a revisão de vários paradigmas que até pouco tempo conferiam legitimidade à história como ciência. Nesse sentido, quando incluímos as mulheres na história, tanto em nível acadêmico como de ensino, não se trata simplesmente de encará-las como um suplemento, somente como a inclusão de algo que estava faltando, mas a revisão de toda a história¹⁴⁰.

A autora defende que a categoria de gênero se torna fundamental para evitar que no estudo e no ensino sobre as mulheres elas não sejam tratadas como um complemento às narrativas oficiais, pois “a participação das mulheres na história [deve ser] problematizadora e não meramente descritiva”. Nas suas palavras:

¹³⁸ Idem, p.103.

¹³⁹ Idem, p. 105/106.

¹⁴⁰ MIRANDA, Anadir dos Reis. *Reflexões sobre mulheres, gênero e aprendizagem histórica*. História, Rio Grande, v.4, n.2: 103-114, 2013, p.109.

Falar sobre a participação “secundária” das mulheres nos fenômenos históricos, demonstrar que tiveram uma participação no espaço privado, nos acontecimentos do cotidiano, ou que umas “heroínas” sobressaíram na política e na ciência, enfim, mostrar que elas tiveram um papel na história, mas diferente e complementar em relação aos homens, contribui muito pouco para que alunas e alunos desenvolvam um olhar histórico e analítico quanto à participação das mulheres na história. [...] Por isso insistimos na ideia de um trabalho processual e constante de inclusão e problematização das mulheres nas aulas de história. O que significa recuperar suas experiências, dando-lhes visibilidade, historicizar e relativizar suas práticas e seus espaços de atuação em diferentes contextos, questionar o conhecimento histórico produzido, problematizar as narrativas e imagens presentes nos livros didáticos, utilizar a categoria de gênero para analisar diferentes dimensões da realidade, enfim, propiciar novos olhares para que surjam novas narrativas¹⁴¹.

2.3 AMPARO LEGAL: A LEGISLAÇÃO. AMPARO LEGÍTIMO: O CURRÍCULO

Trata-se de um privilégio próprio da espécie humana compreendermos que na história não há um pensamento único. Que em todos os momentos, do passado ou do presente, há as vozes dissonantes. Algumas dessas vozes foram ou são silenciadas de forma violenta, porém seu eco ainda se faz ouvir entre as paredes do tempo. Ao estudar a ciência histórica compreendemos que das contradições da sociedade nasce o novo, porém que nem sempre germina o melhor. Nas palavras de Mészáros: “a dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha da manutenção e/ou mudança de uma dada concepção do mundo que, por conseguinte, atrasará ou apressará a chegada de uma mudança social significativa”¹⁴².

Qual categoria obterá êxito – se a manutenção ou a mudança – dependerá, segundo Mészáros “da forma como as forças sociais conflitantes se confrontam e defendem seus interesses alternativos importantes”¹⁴³. Se defendemos uma mudança nessa sociedade desigual, devemos reconhecer e reforçar as lutas travadas pelos movimentos sociais, que se configuram em instrumentos fundamentais para expor as contradições da sociedade do capital.

Tal afirmativa deve-se ao fato de reconhecer que tem sido motivo de muita luta incluir na educação formal assuntos relativos a educação quilombola, indígena, afrodescendente e de gênero. Fruto de um embate organizado pelos movimentos sociais,

¹⁴¹ Idem, p. 110 e 112.

¹⁴² MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2008, p.50.

¹⁴³ Idem, p.50.

que articulado com um robusto debate acadêmico foram rompendo as amarras do currículo, que preconizava uma história vista de cima e firmemente arraigada com um eurocentrismo colonizador.

Na contramão do debate de inserção de “novos” sujeitos nas áreas do conhecimento, não raro acompanhamos pelas mídias, projetos que circulam nas câmaras de vereadores e assembleias legislativas que buscam cercar o debate de temas considerados polêmicos. O mais conhecido é chamado de “ideologia” de gênero.

Seus defensores afirmam que o debate sobre gênero traz consigo uma ideologia. Dessa forma, busca vincular esta categoria de análise – o gênero – à tentativa de destruição dos valores religiosos e familiares, acusando professores/as que abordam o gênero nas suas aulas de doutrinadores, que estariam incentivando as crianças a mudarem sua orientação sexual. Trata-se de uma grave inverdade. A escola vem travando uma luta histórica contra o preconceito por entender que isso tem formado uma geração de jovens socialmente doentes e potencializado os crescentes casos de violência.

A forte presença de preceitos religiosos, muitas vezes os impede de compreender que as divisões sociais, impostas a partir das diferenças sexuais, são construções sociais, que não são biológicas ou seja, não são inatas ao ser humano. Lamentavelmente buscam frear um promissor debate que visa superar as desigualdades de gênero, expressas na maioria das vezes por meio da violência física e psicológica.

De qualquer forma, sem querer menosprezar as posições contrárias, mas colocá-las no patamar que merecem, temos respaldo para abordar os mais variados temas em sala de aula. A garantia legal tem sua importância, principalmente em caso de questionamento formal à abordagem feita pelo/a professor/a. No entanto, não nos enganemos. Trata-se de um embate político que tem uma trajetória histórica de conquistas e reveses. E que sua abordagem traz consigo também um posicionamento político. Neste quadro, intimidações e ameaças não devem provocar nos/as professores/as o medo de fazer seu trabalho prezando pelo rigor científico e pela liberdade criadora que a escola deve prezar e defender.

A concepção de educação que norteia os documentos oficiais do Estado brasileiro considera o exercício da cidadania e a formação para o trabalho uma prioridade¹⁴⁴. Segundo os documentos, a educação escolar é aquela que deve promover a vinculação entre a escola, o mundo do trabalho e a prática social¹⁴⁵. Nos princípios elencados na

¹⁴⁴ BRASIL, Constituição da República Federativa do. Capítulo III, seção I, Art. 205.

¹⁴⁵ BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei 9.394/1996

Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, com adendos de 2013 e 2018¹⁴⁶, tem destaque como os “princípios explicitam um modo plural, aberto e inclusivo de conceber a educação e as modalidades de gestão que a ela se articulam”¹⁴⁷. Assim sendo, nos respaldamos, dentre os princípios na “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e no respeito à liberdade e apreço à tolerância”¹⁴⁸ para desenvolvermos, em sala de aula, um trabalho sério e comprometido com as causas das mulheres.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é colocada a necessidade da constituição da noção de identidade: “O ensino de História possui objetivos específicos, um dos mais relevantes o que se relaciona à constituição da noção de identidade [sendo] primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas”¹⁴⁹. O estudo de gênero, especificamente sobre as mulheres, trata-se de uma abordagem que visa reforçar os laços identitários, não apenas nas estudantes do sexo feminino, mas também entre os meninos. Um estudo que provoque uma reflexão sobre os papéis sociais que homens e mulheres assumiram através do tempo, que problematize como as mulheres são inseridas, invisibilizadas ou silenciadas nos registros da história ensinada.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, estabelece as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos (resolução nº1, de 3 de maio de 2012):

A educação em direitos humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos

¹⁴⁶ São estes os princípios basilares:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. ([Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013](#))
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. ([Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018](#))

¹⁴⁷ VIEIRA, Sofia Lerche. *Educação básica: política e gestão da escola*. Brasília: Liber livro, 2009, p.38.

¹⁴⁸ Incisos: II, III e IV

¹⁴⁹ BRASIL. PCNS, 1997, p.32 In. MIRANDA, Anadir dos Reis. *Reflexões sobre mulheres, gênero e aprendizagem histórica*. História, Rio Grande, v.4, n.2, 103-114, 2013, p.104.

seguintes princípios: I dignidade humana; II igualdade de direitos; III reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV laicidade do Estado; V democracia na educação; VI transversalidade, vivência e globalidade; e VII sustentabilidade socioambiental.¹⁵⁰

Se a conjuntura coloca alguns dilemas na discussão de certos temas em sala de aula, não devemos nos esquecer de que a escola possui um arcabouço teórico e legal para aprofundar diversas temáticas.

Porém, na prática cotidiana das salas de aula, ainda temos muito que avançar. No geral o/a educador/a, das diferentes áreas do conhecimento, tem acesso ao debate sobre os indígenas, afrodescendentes, gênero e diversidade nas formações oferecidas pela mantenedora da rede de ensino na qual atua.

No caso do estado do Paraná, por várias vezes um desses assuntos ou todos foram contemplados nas formações em serviço que são oferecidas aos/as professores/as. Com o auxílio de textos que são lidos e discutidos em pequenos grupos e depois no grande grupo, seguido de perguntas, estilo questionário. O método é sempre o mesmo: acrescenta-se algum fragmento de documentário e/ou filme, mas são textos e questionários que norteiam o debate. Estes assuntos, via de regra, são debatidos com mais entusiasmo pelos/as professores/as das áreas de humanas.

No caso específico dos indígenas e afrodescendentes existe nas escolas a equipe multidisciplinar, composta por todos os segmentos da escola e que debatem textos, filmes ou documentários e respondem questionários e tem como tarefa impulsionar o debate com seus pares e promover um espaço para que as atividades desenvolvidas durante o ano letivo sejam expostas e enviadas ao Núcleo de Educação.

Na prática, as obrigatoriedades legais são cumpridas. Não coube a esta pesquisa fazer um levantamento se a existência das citadas formações promoveu ou promove uma elevação no nível de consciência dos trabalhadores em educação, seguida de uma mudança de postura frente ao estudo da matemática, da física, da química, da biologia, das linguagens e das artes, para citar as áreas fora do âmbito das ciências humanas. A questão que nos apegamos é que existe a formação e que existe amparo legal para que professores e professoras desenvolvam estes temas em suas aulas. Mas também que se faz urgente avançar nos debates e que as discussões feitas nas formações pedagógicas cheguem na sala de aula.

¹⁵⁰ BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Resolução nº1, de 3 de maio de 2012.

Com a intenção de apresentar uma possibilidade de abordagem metodológica, tendo as mulheres como sujeitos da história, foi escolhido o tema “Participação das mulheres na Constituinte de 1987-8”, assunto referente ao conteúdo curricular do 9º ano do ensino fundamental. A abordagem sobre o tema nos livros didáticos é praticamente inexistente. Tomou-se um exemplo, dentre tantos que podem ser desenvolvidos em sala de aula.

Na introdução dessa dissertação, afirmamos que o ensino de História tem como base a metodologia histórica. E que essa metodologia se realiza em conjunto com os/as estudantes, tendo como objetivo possibilitar aos/as estudantes o desenvolvimento da capacidade de pensar historicamente, ou seja de articular a realidade presente com o passado estudado. Para tanto, partimos de uma problemática, que dialoga com o tempo por meio das fontes, utilizando instrumentos teóricos e metodológicos capazes de oferecer as condições que possibilitem a análise e interpretação sobre o tema, materializando-a através de uma narrativa.

O capítulo 3, busca contribuir a partir de um exemplo. Sua organização tem por base as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do estado do Paraná:

Nível de ensino: Fundamental – 9º ano

Conteúdo Estruturante: Relações de trabalho;
Relações de poder e
Relações de cultura.

Conteúdo Básico: A constituição das instituições sociais;
A formação do Estado brasileiro.

Conteúdo Específico: Participação das mulheres na Constituinte de 1987-8

3. E AS MULHERES APARECEM ...

3.1 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTITUINTE DE 1985-1988 NO BRASIL

Ao longo desta dissertação foi problematizada a ausência das mulheres nos registros da história. Foi desenvolvido um raciocínio no sentido de instrumentalizar o leitor de que a superação da invisibilidade das mulheres foi fruto direto da organização das próprias mulheres, que questionaram as produções acadêmicas que internalizavam a figura de um cidadão universal, sem tratar das especificidades do gênero feminino e que sem pudor algum as excluiu.

Foi um duplo movimento que alicerçado nos debates feministas, presentes no Brasil desde as sufragistas, ganhou corpo com a inserção das mulheres no meio acadêmico, que com suas pesquisas respaldadas por métodos científicos, problematizaram as ausências e identificaram um deliberado silenciamento imposto às mulheres.

Os debates em torno da categoria gênero e a inclusão de novas abordagens historiográficas a partir da história cultural, ampliaram o olhar das pesquisadoras a uma gama de novas pesquisas, que por sua vez, possibilitaram além de um auto reconhecimento, a consagração da história das mulheres e de gênero como campo de pesquisa.

Na área do ensino de História, ainda são muitos os desafios. Mesmo as mulheres sendo maioria nas escolas brasileiras, ainda o ensino é pensado a partir da ideia de um sujeito universal. Por certo, houve mudanças curriculares importantes que permitiram a inclusão de novos objetos e ampliação do conceito de quem são os sujeitos da história. Os debates acadêmicos chegaram até a escola. Os espaços de formação abordam novas perspectivas de ensino, fundamentadas em pesquisas. Ao/a professor/a de História cabe subsidiar as suas aulas fazendo um constante diálogo entre o presente e o passado.

No entanto, as condições materiais são fundamentais para manutenção da vida. A realidade de excesso de estudantes por sala, o constante fechamento de turmas, diminuição de hora atividade, congelamento dos salários, obriga o/a professor/a a manter uma intensa carga horária, que suprime o tempo livre, muitas vezes gasto no deslocamento de uma escola a outra. Assim, o livro didático ganha centralidade na sala de aula. Não havendo problematização dos conteúdos disponíveis no livro didático, acaba sendo uma mera ação desprovida de reflexão, que não contribui na construção da

consciência histórica. Nem na necessidade de pensar historicamente fazendo as relações com as diferentes temporalidades, tendo o tempo presente como referência.

Ao abordar o ocultamento e o silenciamento das mulheres na pesquisa histórica, podemos relacionar com o ocultamento das mulheres no livro didático. Ao identificar sua ausência no principal instrumento de trabalho disponível em larga escala em todas as salas de aula, cabe ao/a professor/a problematizar essa ausência. Para tanto, escolhemos um tema, que tem como objetivo contribuir nesta tarefa.

O debate sobre a necessidade de uma nova Constituição para o Brasil estava em pauta desde a década de 1970. Impulsionado pelos movimentos sociais que tensionavam pela efetivação de um processo de redemocratização do país¹⁵¹. No processo constituinte (1985-1988) houve forte mobilização popular, envolvendo instituições e grupos sociais organizados, que buscavam a garantia de direitos para as mulheres, indígenas, negros, portadores de deficiências, presidiários, idosos, trabalhadores do campo e da cidade, crianças e adolescentes, num processo que Versiani classificou “como participação política ampliada”¹⁵².

Em 26 janeiro de 1985 foi fundado o Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte (MNPPC). O evento contou com a participação de mais de 7 mil pessoas e foi impulsionado por entidades ligadas aos movimentos populares, cujo objetivo era incentivar as formações de grupos pró-participação na Constituinte em todos estados e municípios do país. O movimento tomou corpo e se estendeu por todo o território brasileiro. De acordo com Versiani:

As muitas instituições, entidades civis, organizações não governamentais e universidades envolvidas nesse processo tinham trajetórias, motivações e pautas de reivindicações diversas, mas, em comum, afirmavam a importância, possibilidades e necessidade da participação popular como um elemento-chave do reconhecimento da vontade política dos brasileiros. Sustentavam que uma nação democrática seria aquela em que o povo fizesse sentir a sua vontade; em que fossem amplos e abertos os diálogos entre a sociedade civil e os governantes. Esperava-se, portanto, uma presença ativa e vigilante da sociedade na pretendida reatuação política.¹⁵³

¹⁵¹ FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In. *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República*. RJ: Civilização Brasileira, 2018, p.43.

¹⁵² VERSIANI, Maria Helena. Correio político: os brasileiros escrevem a democracia (1985-1988). RJ: Contra Capa, 2014, p.97. Apud. FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In. *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República*. RJ: Civilização Brasileira, 2018, p.43.

¹⁵³ VERSANI, Maria Helena. *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988* - 2013. 284 f. Tese (doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Orientadora: Ângela Maria de Castro Gomes, p. 92.

Ressaltamos aqui que o processo de elaboração da nova Constituição Brasileira, foi fruto de uma forte articulação popular. Que iniciou antes do dia 1º de fevereiro de 1987, quando o presidente do Supremo tribunal Federal José Carlos Moreira Alves, instalou a Assembleia Nacional Constituinte. Portanto, antes também, da aprovação do texto constitucional em 5 outubro de 1988 pelos deputados e senadores constituintes.

Trataremos neste trabalho, como a “Constituinte de 1985-1988”, por entender que ela foi resultado de um longo processo de discussão, que envolveu diversos setores da sociedade. Não a trataremos como o resultado ideal das demandas sociais mais sentidas pela população brasileira, até porque compreendemos que se trata de um instrumento delimitado pelos seus próprios limites históricos e resultado do movimento de disputa política colocada naquela conjuntura.

Corroboramos com Neves ao afirmar que “de fato, não é difícil estabelecer um olhar crítico para aquilo que a Constituição de 1988 prometeu e não realizou, assim como ressaltar a desigualdade, a miséria e a violência que persistiram no pós-88”.¹⁵⁴ Mas reconhecemos a esforço de toda uma geração em discutir assuntos pertinentes à sua vida e ao protagonismo de agentes comuns, em especial as mulheres.

3.1.1. Problemática

Como professora de História na rede pública municipal (Curitiba) e estadual (Paraná), com carga horária semanal de 40 horas, convivo diariamente com duas coleções de livros didáticos que me oferecem um importante suporte. Na escola que tenho turmas de 9º ano, utilizamos o livro do projeto Araribá. O texto presente no tema 4 da unidade 7, intitulado “O processo de abertura”, é um importante ponto de partida para problematizar, e também exemplificar, o silenciamento das mulheres em um material didático destinado a milhares de estudantes. O texto destaca a Lei de Anistia, de agosto de 1979; mostra a campanha das Diretas Já; a morte de Tancredo Neves; o governo Sarney e no último subtítulo, “Uma nova Constituição”, apresenta a Constituição Federal de 1988 como obra de “Senadores e Deputados”.

¹⁵⁴ NEVES, Ozias Paese. *Imaginários e utopias na passagem entre ditadura e redemocratização: o momento constituinte em cartilhas (1985-1988)* - 2017. 301 f. Tese (doutorado) – Setor de Ciências Humanas UFPR. Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia, p.50.

Assim que foi eleito, José Sarney realizou importantes emendas à Constituição de 1967: o direito de voto estendido aos analfabetos e todos os partidos foram legalizados.

Em novembro de 1986, deputados e senadores foram escolhidos para elaborar uma nova Constituição para o Brasil. Importantes mudanças na legislação trabalhista e eleitoral foram estabelecidas pela Constituição de 1988.

*Legislação trabalhista. Em caso de demissão sem justa causa, ao trabalhador com registro em carteira foi assegurado o direito de indenização equivalente a 40% do saldo do FGTS; as horas extras seriam acrescidas de 50% de seu valor; a jornada máxima de trabalho foi fixada em 44 horas semanais, o direito de greve foi reconhecido; a licença maternidade foi estendida para 120 dias.

*Legislação eleitoral. As eleições para os cargos do Executivo passaram a ser feitas em dois turnos, definindo-se no primeiro turno apenas se um dos candidatos obtivesse mais de 50% dos votos válidos ou nas eleições para prefeito em municípios com menos de 200 mil eleitores. O direito de voto tornou-se facultativo para os eleitores entre 16 e 18 anos e com mais de 70 anos de idade.

A Constituição de 1988, ao reconhecer também a necessidade de leis de proteção ambiental, o fim da censura às produções culturais e o direito dos povos indígenas às terras que ocupam, representou um enorme avanço para a democracia no país¹⁵⁵.

Fato inegável que todas as informações disponíveis no material são de extrema importância. Mas nos apeguemos a dois elementos, o primeiro: “Em novembro de 1986, deputados e senadores foram escolhidos para elaborar uma nova Constituição para o Brasil”. Escolhidos por quem? Foram eles que possibilitaram “importantes mudanças na legislação trabalhista e eleitoral”? Sozinhos? E o segundo elemento, o texto dá certo destaque apenas aos povos indígenas, demais grupos sociais, como remanescentes de quilombos não são citados. Apenas os indígenas tiveram suas terras reconhecidas? No entanto, um grupo social em especial não é mencionado: as mulheres, que obtiveram importantes garantias legais a partir da promulgação da Constituição de 1988. Por que não foram citadas?

Trata-se aqui de um caso aonde a ausência pode ser problematizada a partir do próprio material didático disponível. Por exemplo, depois da leitura desse texto, provocar o questionamento aos estudantes sobre os dois elementos apontados acima. E estimulá-los a levantar hipóteses sobre os temas destacados. Entendendo que:

No ensino de História, problematizar é, também, construir uma problemática relativa ao que se passou com base em um objeto ou um conteúdo que está sendo estudado, tendo como referência o cotidiano e a realidade presentes dos alunos e do professor. [...] Deve-se enfatizar ao aluno que, quando se pergunta “Por quê?”, “Como?”, “Quando?” e “O quê?” não significa que estão sendo

¹⁵⁵ PROJETO ARARIBÁ: História. Organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Maria Raquel Apolinário. 4ª ed. SP: Moderna, 2014, p. 220.

construídas problemáticas. É preciso ir mais além, levantar hipóteses acerca do que aconteceu, incitando o aluno a descobrir caminhos para desvelar mistérios que envolvem o passado e a reconstruir, por meio do saber histórico e das fontes documentais, a relação entre seu presente e outras formas ou experiências do passado.¹⁵⁶

A partir desta reflexão inicial, o/a professor/a poderá conduzir a discussão sobre o não dito no texto e instigar os estudantes a levantar hipóteses sobre a ausência das mulheres no texto didático. Na sequência, apresenta-se o seguinte fragmento da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”; no inciso I: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Qual o motivo da lei afirmar, por escrito, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações? Não eram iguais em direitos e obrigações antes da existência da lei? São iguais em direitos e obrigações hoje? A igualdade estabelecida em lei se materializa na vida cotidiana das mulheres?

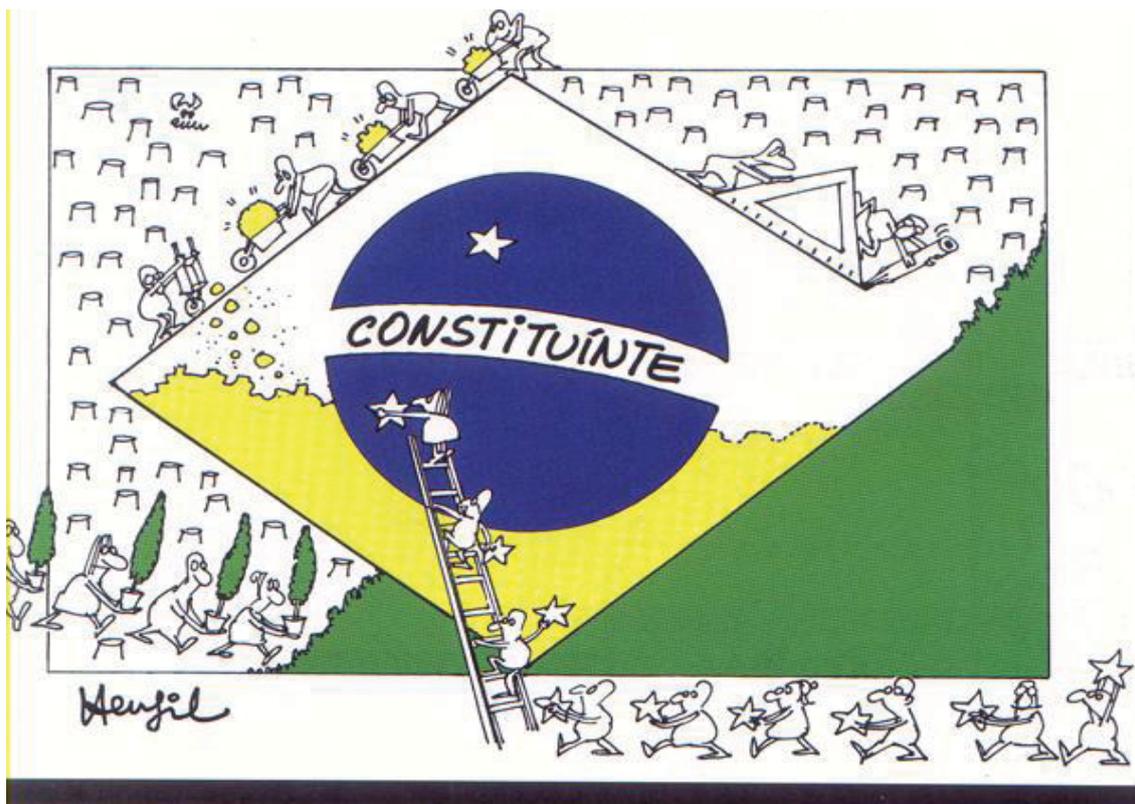
3.1.2. A Bandeira do Henfil

O uso de fontes imagéticas é de grande utilidade nas aulas de História, aqui selecionamos uma que é bastante expressiva do que a Constituinte significou naquele momento. Trata-se de um desenho produzido pelo cartunista Henfil, que assim como Ziraldo e Claudius,

Atuaram como mediadores político-culturais fundamentais, explicitando o lugar decisivo da imprensa e da linguagem artística nas estratégias de mobilização da população. Eles deram maior beleza, humor e clareza a todo o processo, com a produção de charges, caricaturas e ilustrações para cartazes e periódicos que circularam à época, ajudando a “desenhar” o clima político do momento.¹⁵⁷

¹⁵⁶ SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marilene. *Ensinar história*. SP: Scipione, 2009, p. 56

¹⁵⁷ VERSANI, Maria Helena. *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988 - 2013*. 284 f. Tese (doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Orientadora: Ângela Maria de Castro Gomes p.41



Desenho da bandeira do Henfil. Acervo privado Henfil/Ivan Cosenza, s/d.

Pede-se para os/as estudantes refletirem sobre o desenho. Fazerem apontamentos e falarem sobre o que observam. É provável que cheguem a conclusão que a Constituinte está sendo construída por várias mãos.

Importante destacar que a imagem faz alusão ao:

Lançamento, em 26 de janeiro de 1985, do Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte (MNPPC) o evento reuniu cerca de sete mil pessoas em Duque de Caxias e contou com a presença de lideranças conhecidas e reconhecidas. O MNPPC recebeu de Henfil – irmão de Betinho – o que viria a se tornar uma imagem símbolo do movimento pela participação popular na Constituinte, frequentemente vista nos grandes eventos da campanha que então se iniciava: uma imensa bandeira, que é uma inspiração livre da bandeira do Brasil sendo planejada e construída pela própria população brasileira. Em sua faixa, o lema e objetivo da bem organizada ação política¹⁵⁸.

Prepara-se o/a estudante para compreender que a Constituição recebeu contribuições de diversos setores sociais. Na sequência uma imagem é significativa sobre a participação das mulheres na Constituinte.

¹⁵⁸ Idem, p.89.

3.1.3. Encontro Nacional Mulher e Constituinte



Jacqueline Pitanguy abriu o Encontro Nacional Mulher e Constituinte. Foto de 26 de agosto de 1986. Brasília/DF. Acervo: Agência Brasil.

A fotografia deve ser analisada sem pressa. O ideal é apresentá-la sem legenda, só depois das observações feitas é que será incluída a legenda.

Observar quem compõem a mesa, ler as faixas, levantar hipóteses sobre o que estavam fazendo? Quem eram aquelas mulheres? Por que estavam lá? Como essa foto pode ser relacionada com o desenho de Henfil?

Em 26 de agosto de 1986, houve, em Brasília, o Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte, promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Contou com 1500 participantes, de variadas condições, desde trabalhadoras rurais, aposentadas, negras, posseiras e operárias até profissionais liberais e candidatas a deputada constituinte. Dada a amplitude do evento, as propostas aprovadas unificaram os anseios das mulheres do país inteiro. Praticamente todas as reivindicações levantadas foram apresentadas pelos constituintes, que as incorporaram ao texto constitucional. Feministas e grupos de mulheres exerceram pressão constante, percorrendo durante todo o processo constituinte as dependências do Congresso para debater com os políticos e tentar convencê-los.¹⁵⁹

Promover um debate com os/as estudantes sobre o significado de um “Encontro Nacional” de Mulheres.

Preparar para a próxima etapa, refletindo que estavam em um Encontro Nacional, com cerca de 1500 pessoas: Qual seria o principal objetivo desse encontro? O que estavam discutindo? De onde vinham as propostas que estavam sendo discutidas naquele

¹⁵⁹ TELES. Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. SP: Brasiliense, 1999, p. 143-144.

espaço? É provável que respondam que foram promovidos encontros menores, nos estados e municípios. E aquelas mulheres que não puderam participar em nenhum encontro presencial, será que tiveram possibilidade de contribuir de alguma forma? É importante levar os estudantes a refletir sobre a inexistência de redes sociais e da limitação da internet no período. Frente a isso, qual seria uma das possíveis formas de participação daquelas que não puderam se fazer presente?

Espera-se que elenquem uma série de veículos de comunicação, alguns inclusive sequer existentes naquela época. Cabe ao/a professor/a fazer a mediação.

Texto de apoio ao/a professor/a

A Coleção Memória da Constituinte reúne documentos produzidos entre 1985 e 1988, relativos ao processo que conduziu à elaboração da atual Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Tais documentos foram acumulados por duas diferentes instâncias da administração pública, ambas criadas durante e em razão do processo constituinte: a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CEC) – ou Comissão dos Notáveis ou Comissão Afonso Arinos – e o Centro Pró-Memória da Constituinte (CPMC), vinculado à Fundação Nacional Pró-Memória.¹⁶⁰

Elaborado em papel de carta aérea, franqueado no Correio e também em algumas Prefeituras e Câmaras Municipais, com dobraduras que lhe conferiam a forma final de um envelope, o formulário continha dizeres de incentivo ao envio de sugestões à Constituição, além de espaço para a mensagem e a identificação do destinatário e do remetente. Havia ainda campos específicos de preenchimento não obrigatório, em formato de múltipla escolha, relativos a dados pessoais do remetente, como: sexo, faixa etária, faixa de renda, grau de instrução, atividade profissional e estado civil. Os formulários preenchidos eram recolhidos e suas informações processadas por meio de um programa do PRODASEN, órgão de processamento de dados do Senado Federal. Em 4 de outubro de 1986, o jornal *Correio do Brasil* noticiaria que mais de setenta mil sugestões haviam sido encaminhadas por brasileiros de todo o país para a futura Assembleia Nacional Constituinte, por intermédio do PRODASEN, sendo mais de 50% vindas de pessoas de condições sociais desfavoráveis.¹⁶¹

¹⁶⁰ VERSANI, Op Cit, p.134.

¹⁶¹ Idem, p. 119.

Fonte do formulário encontra-se no anexo desta dissertação.
<http://museudarepublica.museus.gov.br/o-programa-pro-memoria-da-constituente-3/>

3.1.4 Cartas de mulheres aos Constituintes

Espera-se neste momento que os/as estudantes já tenham compreendido que a Constituinte contou com a participação de diversos setores da sociedade, inclusive das mulheres organizadas em torno do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. Dessa forma, selecionamos abaixo um conjunto de cartas, todas escritas por mulheres, direcionadas aos constituintes e ao presidente José Sarney. Nessas cartas, as mulheres, de próprio punho, apresentam situações relacionadas com seu cotidiano. As cartas foram digitadas, e nelas foram mantidos os erros de ortografia, concordância e acentuação. As cartas trazem elementos importantes para problematizar as desigualdades entre homens e mulheres relacionados ao acesso à educação, trabalho, saúde, etc.

Nas cartas foram observadas questões referentes ao direito ao trabalho e emprego, à moradia, aos estudos, salários justos, denúncia de maus tratos, apenas para citar os temas presentes nas cartas transcritas abaixo. As cartas foram organizadas por ordem cronológica.

Em pequenos grupos pede-se que identifiquem o que era mais sentido por essas mulheres a partir do que foi expresso nas cartas. O objetivo é que os estudantes consigam elencar um conjunto de reivindicações apresentadas por essas mulheres. Que elaborem frases, bem construídas, sobre as demandas mais sentidas por essas mulheres. É provável que tenham dificuldades para ler as cartas mais longas, com muitos erros de ortografia, concordância e acentuação. Exigirá do/a professor/a acompanhamento. Pode-se elaborar essas reivindicações em cartazes para melhorar a visualização de toda a turma.

Estou sofrendo por chegar no fim do mês não ter dinheiro pra pagar as contas, meus filhos precisando de sapato e não poder comprar, precisando de livros o dinheiro não dá, pra quem já trabalhou tantos anos, nem uma casa decente nós temos [...]. Depois de 20 anos de trabalho era pelo menos pra se ter conseguido uma casinha. [...] Hoje estamos quase a passar fome, já não podemos sonhar sequer com a casinha própria.

Trecho da carta de Maria do Carmo Rocha ao presidente da República (com anexo para o Congresso). Volta Redonda, RJ, 6/4/1986. (MC064_CECSUG 95-102) In. VERSIANI, Maria Helena. *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988* - 2013. 284 f. Tese (doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Orientadora: Ângela Maria de Castro Gomes, p. 238.

Como o Senhor sabe, a mulher, infelizmente é muito discriminada; é discriminada pela cor, pela altura, pelo seu aspecto físico, pelo rosto, pelo estado civil e principalmente pela idade. Uma mulher com mais de trinta e cinco anos, apesar de estar com todo o seu potencial, já é considerada “velha” e não consegue mais trabalhar. Pelos anúncios dos jornais, já podemos observar, pedem até 35 anos. Os concursos nas Prefeituras, também exigem 35 incompletos. Por que isso? Então depois dos 35 anos, os brasileiros não têm mais direito a nada? Sim, pois não conseguindo trabalhar, é bem difícil.

Trecho da carta de Teresinha Marli Gil da Silveira ao presidente da República. Porto Alegre, RS, 25/4/1986. (MC064_CECSUG 291-292). In. VERSIANI, Maria Helena. *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988* - 2013. 284 f. Tese (doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Orientadora: Ângela Maria de Castro Gomes, p. 229.

Todo trabalhador tem direito a uma remuneração condigna ao trabalho realizado, e um “salário família” RESPEITÁVEL. (Ex. tenho vinte (20) anos que trabalho para o governo e não tenho paga uma casa própria).

Trecho da carta de Dirce Vasconcelos Nunes ao presidente da República. Niterói, RJ, 8/5/1986. (MC065_CECSUG 248-251). In. VERSIANI, Maria Helena. *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988* - 2013. 284 f. Tese (doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Orientadora: Ângela Maria de Castro Gomes, p. 238.

Como há vários meses estou desempregada e uma das coisas que tem me dificultado à arrumar um emprego é que algumas empresas tem um limite de idade para admissão de funcionários. Sempre trabalhei em Escritórios e atendimento ao público. Está acontecendo que, passou dos 25 anos, já não se consegue mais um emprego tão facilmente. Eu acho que isso têm que acabar. Pois com 25 anos até se chegar a se aposentar, falta muito tempo. E se não se trabalha: não têm o que comer, vestir, calçar etc.... e nem futuramente a tal aposentadoria.

Trecho de carta de Sandra Carvalho ao CEC. São Paulo, SP, 10/6/1986. (MC066_CECSUG 90-92). In. VERSIANI, Maria Helena. *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988 - 2013*. 284 f. Tese (doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Orientadora: Ângela Maria de Castro Gomes, p. 229.

Eu pediria encarecidamente que fosse melhorado o ensino gratuito. Pois não tenho condições financeiras de frequentar uma escola particular e além de precisar de estudar eu gosto, é juntar o útil ao agradável. Meu pai faleceu dia 10 de março do ano corrente, minha mãe está recebendo de pensão Cr\$ 1000,00. Pocha! Meu pai pagava 3 salários e com muito sacrifício Pretendo se Deus quiser entrar, futuramente para a Faculdade e fazer Educação Física, que é o meu sonho desde criança.

“Eu confio na capacidade de vocês, e conto com a colaboração de todos”

Podem contar comigo também para alguma coisa, pois, estarei ao inteiro dispor de todos vocês.

Obrigada

Ana Claudia

Carta de Ana Claudia Macedo Leite. Destinatário não identificado. Nova Iguaçu, RJ, 02/06/1987. Acervo Museu da República. In. A Constituinte de 1987-1988 contada pela história do Programa Pró-Memória da Constituinte. RJ: 2017, p.155.

Senhor Pressidente da Republica

Envio imediatamente a minha ideia reivindicações para o Brazil melhorar de uma vez por toda.

Erguir o presso do kuilo de café + dobro do presso que esta e congelar tudo ate o ultimo dia do seu mandato. Sou agricultora. Nasci no dia 2-11-1930.

Celestina

Carta de Celestina Ribeiro Paulino. Endereçada ao presidente da República. Tapira (?), 23/06/1987. Acervo Museu da República. In. A Constituinte de 1987-1988 contada pela história do Programa Pró-Memória da Constituinte. RJ: 2017, p.162.

Nota da autora: foram preservados os erros de ortografia na digitação da carta.

Vai para a Constituinte

Quero uma informação porque os bancos do Bradesco não quer entregar os estratos do FGTS, estão com alguns abusos distratando os clientes até chegam a discutir, quero uma providência urgente. Porque que hoje ninguém tem direito no que nos pertence, á quer dizer só os que tem muito dinheiro que tem direito, os pobres são mal tratados e não pode saber de nada e quero saber como ficou a jornada de trabalho se foi aprovada por 40 horas porque os trabalhador não tem direito de reclamar são escravizados e quando vai ao ministério do trabalho não são atendidos são batidos com a porta na cara isso é um absurdo, nosso pais so tem espertalhão e a policia não pode fazer nada

Quero outra informação é sobre o INPS porque aqui em Barra do Garças tem uns funcionario que são mal educados, eu recebi o carne de pensão, e no mês 5 recebi 1.062,70. Quando foi no mês 6 recebi 820,80 e na televisão informa que nos temos que recebe 1.560 e eu foi no INPS a chefia disse para mim que o que a televisão diz e tudo mentira que é para nos tirar isso da nossa cabeça e esquecer que é ilusão, quer dizer nos não sabe em quem confiar. Não pode ficar assim.

Outra coisa que aqui precisa muito é de um dentista da previdência social as crianças que são dessas periferias das cidades de Aragarças Goias estão todas com os dentes estragados e com os salário que estão não da nem pra comer que dirá tratar os dentes com dentista particular esta um absurdo, e todos são associados da Previdencia social so vai o dinheiro e saúde nada não sei onde vai parar nosso pais com tantas coisa absurda, é uma calamidade pública, só tem o direito de pagar, mais de ser recebido o tratamento não. Aqui em Barra do Garças cidade visinha de Aragarças uma funcionária da prefeitura foi levar sua filha com o braço quebrado o médico disse que só engerçava se ela paguace 1.000 Cr\$ agora essa pobre coitada que mal ganha salário mínimo tem muitos filhos para comer ela e varredeira de rua quer dizer gari.

Aqui não existe congelamento no dia em que foi anunciou o congelamento os comerciantes remarcaram os preços, so para ter uma ideia o leite que o governo tinha que vender tabelado com o preço mais baixo esta custando antes do congelamento era 50 agora e 81 Cr\$

Assinado Maria das Graças Soares Cardoso

Carta enviada por Maria das Graças Soares Cardoso à ANC, Barra do Garças, GO, 24/06/1987. Acervo Museu da República. In. A Constituinte de 1987-1988 contada pela história do Programa Pró-Memória da Constituinte. RJ: 2017, p. 173/174.

Nota da autora: foram preservados os erros de ortografia, concordância e pontuação.

Gostaria de saber, estas mulheres que é abandonada do marido, ele some não dá pensão as crianças, deixa os filhos e vai viver numa boa. Foi criada uma lei como eles são obrigado a manter a pensão e o juiz fala que não pode fazer nada, não temos condição, como eu tenho uma filha que o marido dela deixou com ela 4 filhos, sumiu, ninguém da notícias dele, ela tem que trabalhar, pagar aluguel e dá comida os filhos e é difícil arrumar emprego para ganha o salário. Como vocês vive lutando pelas crianças abandonada, qual é a lei que vocês pode criar na ajuda da pensão das crianças?

Trecho da carta de D. Carmelita. Destinatário não identificado. Belo Horizonte, MG, 00/7/1987. (MC024_CPMCSOC 383). In. VERSIANI, Maria Helena. *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988* - 2013. 284 f. Tese (doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Orientadora: Ângela Maria de Castro Gomes, p. 203

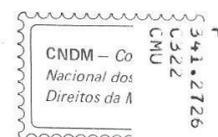
3.1.5 Carta do Movimento das Mulheres entregue aos Constituintes

Em março de 1987, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher entregou ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. O documento foi resultado de uma campanha nacional, em articulação com ativistas, movimentos feministas, e associações de todo o país durante dois anos. De acordo com levantamento do próprio conselho, 80% das reivindicações foram aprovadas.

De acordo com Celi Pinto¹⁶², o documento defendia a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o ensino público, e gratuito em todos os níveis, autonomia sindical, reforma agrária tributária, negociação da dívida externa, entre outras propostas. Na segunda parte, o documento detalhava as demandas em relação aos direitos da mulher no que se referia ao trabalho, saúde, direitos de propriedade, sociedade conjugal, entre outros.

¹⁶² PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do Feminismo no Brasil*. SP: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.75.

TE: *Maria, Ana, Joana, Amparo, Raimunda, Vera,
Sônia, Carla, Francisca, Patrícia, Márcia, Simone,
M^a de Fátima, Neusa, Teresa, Conceição, Socorro,
Paula, Angela, Cristina, Valéria, Selma, Czemilda,
Rosa, Carmem, Eliana, Marisa, Cecília, Regina...
nós, Mulheres Brasileiras.*



*As Constituintes de 1987
Assembleia Nacional Constituinte
Congresso Nacional
Brasília - DF.*

Envelope que guardava a “Carta das Mulheres aos Constituintes”, entregue ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte em 26 de março de 1987. Os nomes ali registrados como remetentes trazem consigo o simbolismo de ter sido uma carta construída por todas as mulheres brasileiras.¹⁶³

¹⁶³ O documento encontra-se disponível no site oficial da Câmara dos deputados.
https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres

Sugere-se ao/a professor/a a audição do áudio sobre o momento da entrega da Carta na sessão de 26 de março de 1987.¹⁶⁴

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=JSXgY90OOIY>

Também disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/03/foto-historia-mulheres-constituintes>



Foto de Fernando Bezerra/Arquivo BG Press. In. Site oficial do Senado/ Senado notícias: 30 Anos da Constituição¹⁶⁵

A “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes” foi fruto direto dos debates que ocorreram antes e durante o Encontro Nacional de Mulheres promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão vinculado a Câmara de Deputados, em 26 de agosto de 1986, na cidade de Brasília. A partir deste Encontro foram sistematizadas, em forma de resoluções, aquilo que se julgou imprescindível constar no texto oficial na nova Constituição. Para tanto, foi organizado um cerimonial de entrega desta carta ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulisses Guimarães. Tal ato político, aconteceu no dia 26 de março de 1987.

A íntegra da Carta, encontra-se nos anexos dessa dissertação. Foram selecionados alguns trechos que dialogam com as cartas escritas pelas mulheres e já analisadas pelos/as

¹⁶⁴ Chamamos atenção no áudio ao discurso da parlamentar Cristina Tavares, que faz referência as sufragistas. Entre 21’53” e 24’16” “A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes: Saúdo a mulher em luta, saúdo a mulher brasileira na pessoa da sufragista de 1934. Aqui estamos, Dona Carmem Portinho, aqui estamos, as mulheres brasileiras, na luta da Assembleia Nacional Constituinte consciente de que não haverá mulher livre sem haver uma sociedade livre. Portanto, a nossa luta é pela luta da liberdade e da democracia na sociedade brasileira. Saúdo a mulher brasileira no Conselho Nacional da Condição da Mulher. Saúdo as Deputadas Estaduais aqui presentes, e saúdo, sobretudo, homens e mulheres Constituintes, que temos a responsabilidade de em 1987 consignar na Carta Magna, na Lei Fundamental, a liberdade da sociedade e também a liberdade da mulher. Seremos nós, mulheres, cidadãs de primeira categoria, seremos nós, mulheres em luta, cidadãs, que haveremos de escrever na Constituinte plena liberdade e contra a discriminação. Portanto, Presidente Ulysses Guimarães, portanto, meus Companheiros da Assembleia Nacional Constituinte, temos a certeza e a segurança de que haveremos juntos de escrever na Carta Constituinte de 1987 a palavra Liberdade! (Palmas.)” In. <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/03/foto-historia-mulheres-constituintes>

¹⁶⁵ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>

estudantes. Na atividade anterior os/as estudantes retiraram do conteúdo das cartas as demandas mais sentidas por aquelas mulheres, que buscavam a partir do relato dos seus dramas cotidianos, compartilhar suas experiências, mas principalmente que os Constituintes elaborassem políticas públicas para aquelas situações cotidianas.

I - Princípios gerais

Para efetivação do princípio de igualdade é fundamental que a futura Constituição Brasileira:

- 1- Estabeleça preceito que revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatória;
- 2- Determine que a afronta ao princípio de igualdade constituirá crime inafiançável;

II – Reinvidicações específicas.

Família

A nova Constituição deverá inspirar diversas mudanças na legislação civil, estabelecendo:

- 1- A plena igualdade entre os cônjuges no que diz respeito aos direitos e deveres quanto à direção da sociedade conjugal, à administração dos bens do casal, à responsabilidade em relação aos filhos, à fixação do domicílio da família, ao pátrio poder;

Trabalho

A legislação trabalhista usando por base o princípio constitucional de isonomia deve garantir:

- 1- Salário igual para trabalho igual;
- 2- Igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional;
- 12- Direito de aposentadoria especial aos trabalhadores rurais: 50 anos de idade para as mulheres e 55 para os homens, bem com aposentadoria por tempo de serviço aos 25 anos para as mulheres e 30 para os homens, com salário integral.

Saúde

- 1- O princípio “a saúde é um direito de todos e dever do Estado” [...];
- 3- Garantia a todos os cidadãos, homens e mulheres, contribuintes ou sujeitos de direito, da igualdade de tratamento em todas as ações da Previdência Social.

Educação e Cultura

- 4- Caberá ao Estado garantir o acesso da mulher, rural e urbana, a cursos de formação, reciclagem e atualização profissional;

Violência

- 1- Criminalização de quaisquer atos que envolvam agressões físicas, psicológicas ou sexuais à mulher, fora e dentro do lar;
- 11- A mulher terá plena autonomia para registrar queixas, independentemente da autorização do marido;
- 12- Criação de Delegacias Especializadas no atendimento à mulher em todos os municípios do país, mesmo naqueles nos quais não se disponha de uma delegacia da mulher.

Seleção de artigos presentes na Carta das Mulheres aos Constituintes. (íntegra em anexo).

3.1.6 Tempo Presente: Balanço Político

O trato com as fontes jornalísticas são um instrumento eficaz no ensino de História. Sua linguagem mais acessível permite um entendimento claro da mensagem. Foi selecionado uma reportagem de 2018, que procura fazer um balanço político da Constituição de 1998, no que concerne aos avanços nos direitos das mulheres. A socióloga Jacqueline Pitanguy foi entrevistada, à época presidia Conselho Nacional dos Direitos da Mulheres (CNDM), sendo responsável por coordenar a “Campanha Nacional Mulher e Constituinte”, que uniu mulheres de diversos setores da sociedade para debater quais direitos a Constituição deveria contemplar.

Trata-se de uma fonte bastante longa, porém seu conteúdo é bastante interessante a fim de provocar nos estudantes uma reflexão sobre os limites da Constituição. Nesse momento é importante resgatar os registros que os/as estudantes fizeram no início desta aula. “São iguais em direitos e obrigações hoje? A igualdade estabelecida em lei se materializa na vida cotidiana das mulheres?”

Constituição de 1988 foi avanço nos direitos das mulheres

05/10/2018 08h14
Lais Modelli
da Deutsche Welle

Lei fundamental representou grandes progressos na igualdade de direitos e abriu caminho para legislações voltadas aos crimes contra a mulher, como a Maria da Penha. Mas para isso foram necessários pressão e empenho. "Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações", estabelece o artigo 5º da Constituição Federal, promulgada no dia 5 de outubro de 1988, há 30 anos.

Parece óbvio para os tempos atuais, mas a frase representa uma das maiores conquistas das mulheres brasileiras. "A Constituição de 1988 é a primeira a estabelecer plena igualdade jurídica entre homens e mulheres no Brasil", afirma a socióloga e feminista Jacqueline Pitanguy.

Apesar de não ser colocado em prática em sua totalidade, o atual texto constitucional trouxe importantes avanços para as mulheres, tendo mudado radicalmente o status jurídico das brasileiras, que até 1988 estavam em posição de inferioridade e submissão em relação aos homens.

"Conseguimos conquistas em várias áreas. No capítulo da família, por exemplo, conseguimos eliminar a figura do homem como chefe da relação conjugal", afirma Pitanguy. "No âmbito da violência, afirmamos que era dever do Estado coibir a violência intrafamiliar, o que forneceu a base para que se formulasse a Lei Maria da Penha."

Aprovada em 2006, a Lei Maria da Penha é considerada pelo Banco Mundial referência global no combate à violência contra a mulher no ambiente familiar e doméstico.

Pitanguy fala "conseguimos" porque foi uma das responsáveis pelas conquistas na Constituição de 1988. Como presidente do então recém-criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulheres (CNDM), ela coordenou a campanha nacional Mulher e Constituinte, que uniu mulheres de diversos setores da sociedade para debater quais direitos a Constituição deveria contemplar.

"O CNDM fez um trabalho ininterrupto de 1985, antes da eleição para a Assembleia Constituinte, até a promulgação da Constituição, em outubro de 1988. Durante quatro anos, minha vida esteve diretamente ligada ao processo constituinte", lembra a socióloga.

Por 20 meses, o CNDM pediu a mulheres de todo o país que enviassem propostas que gostariam de ver na Constituição. "Numa época sem internet, recebemos milhares de cartas e telegramas", lembra a feminista. Com a ajuda de juristas, o conselho transformou essas propostas na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, que serviu de base para o trabalho dos constituintes.

Em março de 1987, as integrantes do CNDM e deputadas entregaram a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

"Tenho várias lembranças marcantes desse período, como o sentimento de solidariedade dos mais diversos movimentos de mulheres de todo o país. Mas também lembro de sentir o peso das forças contrárias ao nosso avanço", recorda Pitanguy.

Graças à pressão das mulheres, cerca de 80% da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes foi incluída na Constituição de 1988.

Lobby do Batom

Com os slogans "Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher", "Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher" e "Constituinte sem mulher fica pela metade", a campanha Mulher e Constituinte era uma resposta à baixa representação feminina na política institucional: em 1935, a elaboração do texto constitucional teve a participação de somente uma mulher, a deputada paulista Carlota Pereira de Queiroz.

Em 1988, a situação era melhor, mas ainda muito desigual: dos 559 parlamentares da Constituinte, 26 eram mulheres.

"Quando os parlamentares iniciaram os trabalhos da Constituinte, eu e grupos de mulheres íamos diariamente ao Congresso para visitar lideranças de todos os partidos", conta Pitanguy. "Para cada capítulo que era discutido, e que era de interesse das mulheres, apresentávamos nossas propostas. Se era um tema de direitos trabalhistas e benefícios sociais, por exemplo, íamos acompanhadas de empregadas domésticas, trabalhadoras e sindicalistas."

Essa articulação do CNDM e de demais mulheres da sociedade civil em geral no Congresso ficou conhecida como Lobby do Batom. "Alguns congressistas tentaram nos diminuir e diziam pejorativamente 'lá vem as mulheres de batom'. Então decidimos assumir o título de O Lobby do Batom como uma estratégia de luta pelos direitos das mulheres e começamos a usar esse nome nos nossos materiais, campanha e publicações."

"O Lobby do Batom era uma forma irônica de as mulheres se identificarem fora da Câmara dos Deputados. Dentro da Câmara, a pauta das mulheres era representada pelas deputadas, conhecidas como Bancada Feminina", lembra a historiadora Celi Pinto. "É muito significativo que mulheres de vários partidos e ideologias tenham se unido e buscado, num ambiente tão masculino e machista como a Câmara, uma representação a partir da própria condição de ser mulher", analisa.

Os avanços de 88

Para Pitanguy, uma das maiores contribuições da Constituição de 1988 para a população feminina é que o texto serviu de base para que fossem criadas legislações que abordassem especificamente os crimes contra a mulher, tipificando esses crimes.

Antes da Lei Maria da Penha, por exemplo, era comum que os agressores fossem punidos com penas alternativas, como o pagamento de cestas básicas, e não fossem presos. Com a nova lei, penas alternativas à prisão foram proibidas, e uma série de medidas de proteção à vítima e seus filhos foram criadas.

"Avançamos em várias áreas: nos direitos reprodutivos, conseguimos que se reconhecesse o direito de a mulher decidir sem coerção sobre o número de filhos que deseja ter e que é dever do Estado fornecer meios e informações para tal decisão. Na área familiar, eliminamos a necessidade de um certificado de casamento para que se reconhecesse uma família", explica a socióloga, lembrando que, até a Constituição de 1988, vigorava o Estatuto da Mulher Casada, que previa a necessidade de autorização do marido para as mulheres poderem trabalhar.

Na área trabalhista, Pitanguy lembra que a licença maternidade foi estendida de 84 dias para 4 meses e que a licença paternidade foi instituída. "Também avançamos na afirmação de direitos trabalhistas e previdenciários para empregadas domésticas, que foram consolidados com a PEC das Domésticas de 2012."

A feminista também destaca a conquista para as mulheres rurais do direito à titularidade da terra e, para as mulheres presidiárias, o direito de amamentar os filhos.

Celi Pinto aponta, no entanto, que questões como o direito ao aborto e o reconhecimento do direito à livre expressão sexual para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros não foram contemplados até hoje.

Para a historiadora, o movimento das mulheres em 1987 e 1988 em torno da Constituinte havia sido a maior mobilização feminina na história do Brasil – até 2018. "Ou melhor, até as eleições presidenciais de 2018, já que a maior mobilização política das mulheres no Brasil está acontecendo neste momento, com o movimento #elenão."

"Mais uma vez, vemos uma mobilização de mulheres acima das diferenças de classe e de raça, pois é uma luta contra o autoritarismo", afirma Pinto. "O #elenão já mudou a relação das mulheres com a política nacional e terá efeitos muito impactantes nas próximas eleições. Acredito que a política brasileira não será mais a mesma após esta mobilização."

<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/entretenimento/2018/10/05/constituicao-de-1988-foi-avanco-nos-direitos-das-mulheres.htm>

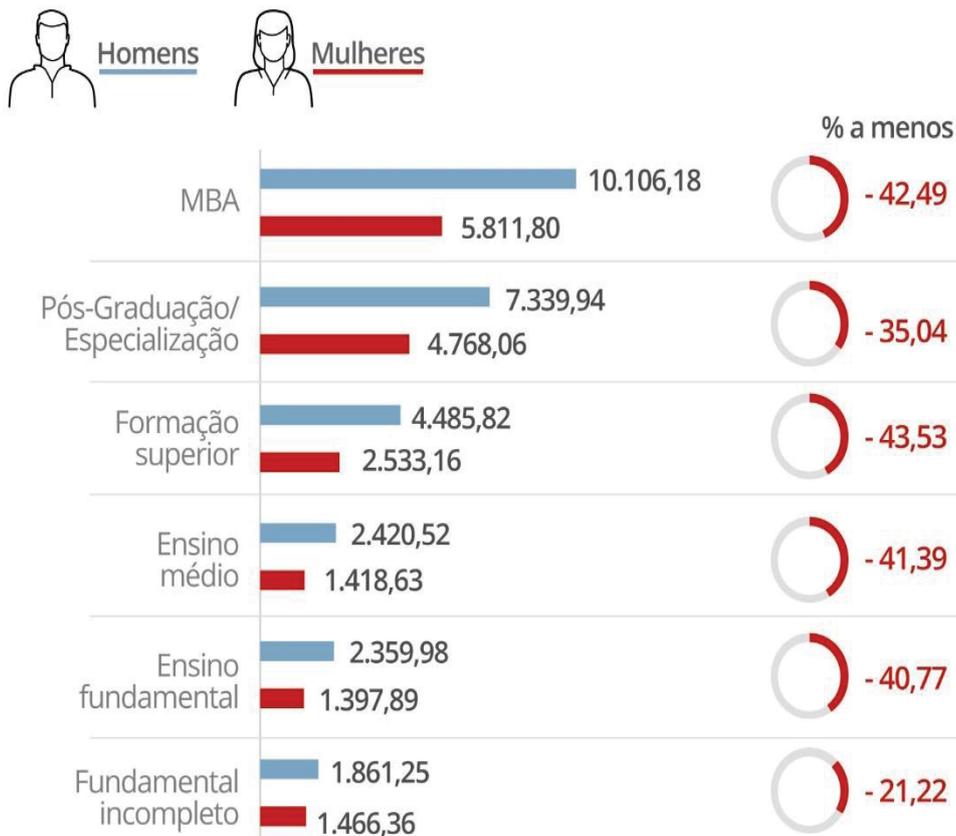
3.1.7 Tempo Presente: reportagens sobre as mulheres no mercado de trabalho, números da violência e participação política

Dos elementos presentes na reportagem acima (e aqueles que os/as estudantes elencaram na primeira aula) pode-se destacar três situações ainda hoje sensíveis à vida das mulheres: violência, desigualdade salarial e participação na política. Para refletir sobre as mudanças e permanências na história, sugere-se a apresentação de reportagens que apresentem dados sobre situações de desigualdade entre homens e mulheres, que possibilitam a percepção de que os direitos assegurados às mulheres na Constituição precisam constantemente serem problematizados. Sugerimos abaixo quatro reportagens.

* A primeira reportagem de 07/03/2018, trata sobre a diferença salarial entre homens e mulheres. Reportagem do G1, afirma que a diferença salarial chega a quase 53% e que ainda as mulheres são minoria nos cargos de gestão. Selecionamos os gráficos, pois a leitura gráfica facilita a percepção da diferença:

Diferença de salários por escolaridade

Pesquisa leva em conta a média salarial, em R\$



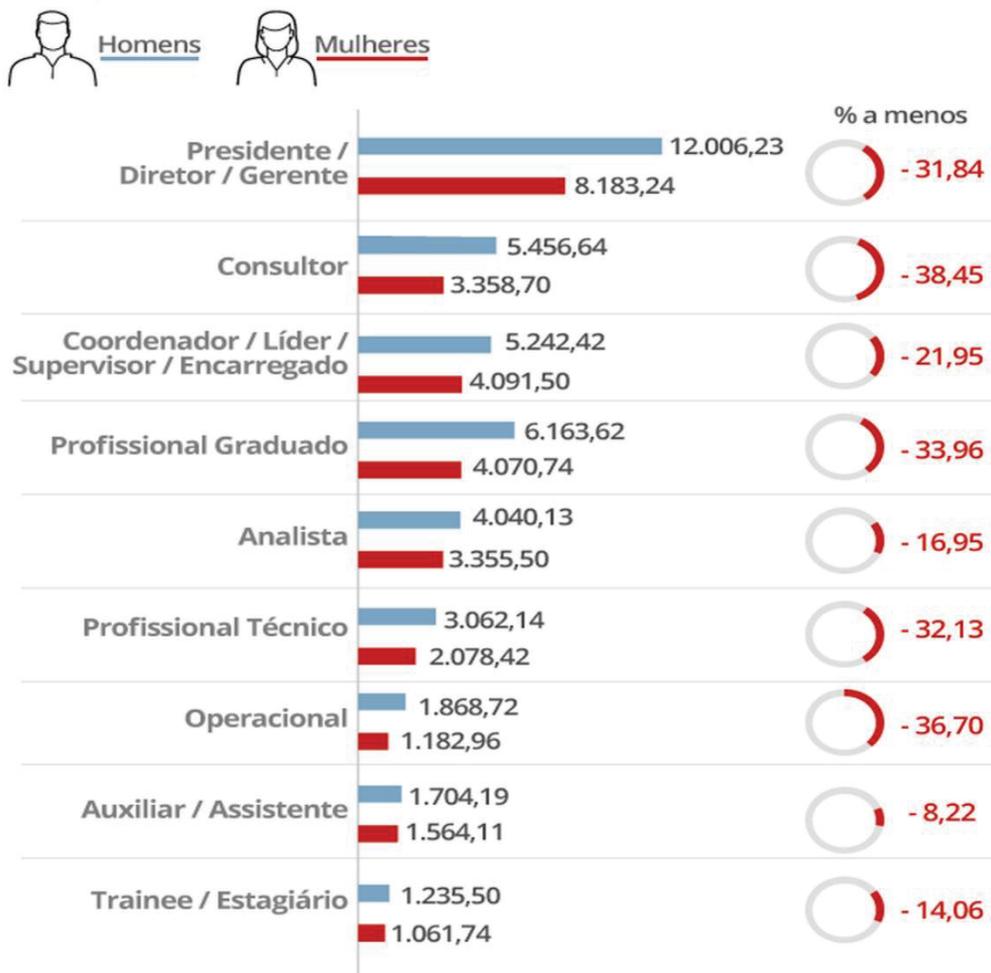
Fonte: Catho



Infográfico elaborado em: 06/03/2018

Diferença de salários por cargos

Pesquisa leva em conta a média salarial, em R\$



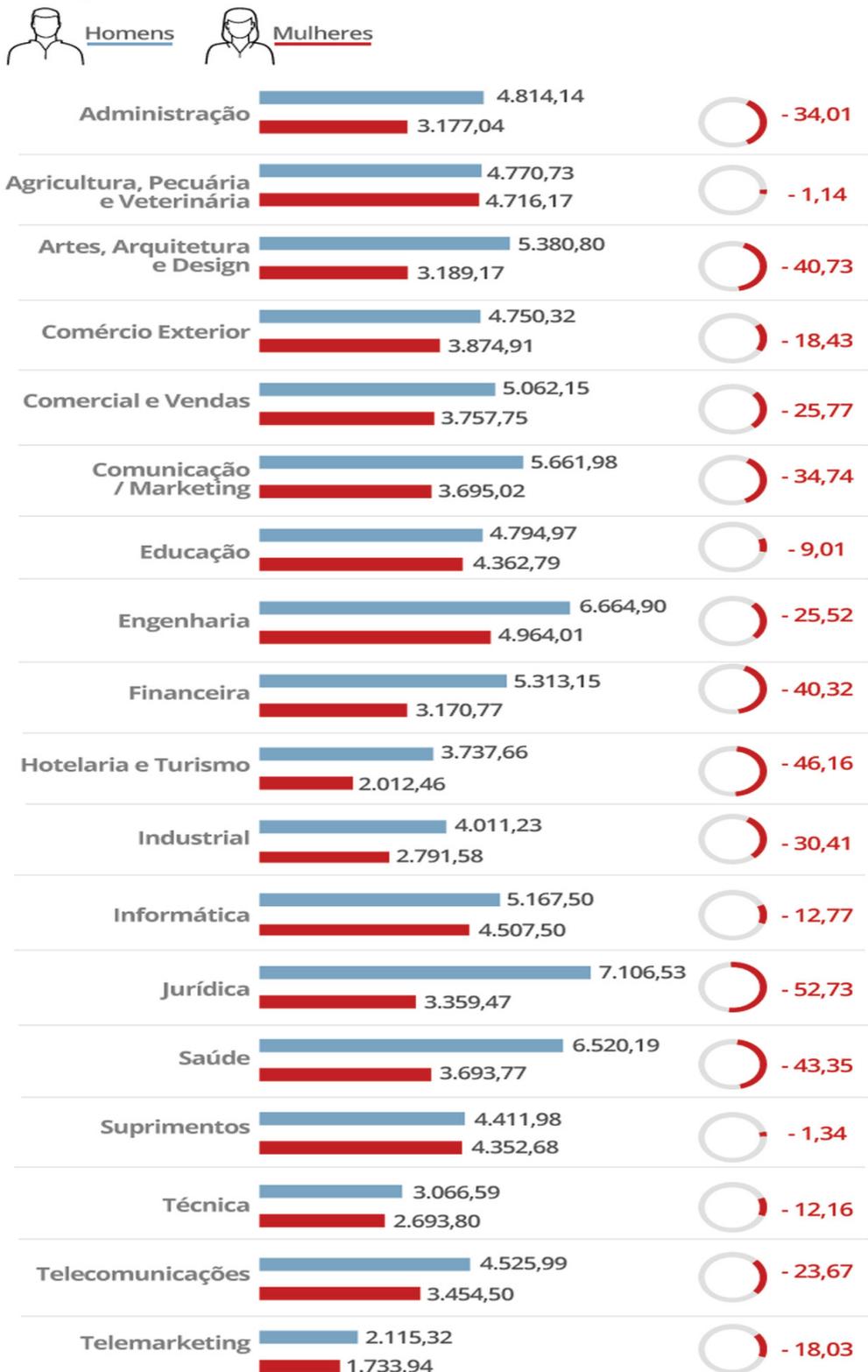
Fonte: Catho



Infográfico elaborado em: 06/03/2018

Diferença de salários por área de atuação

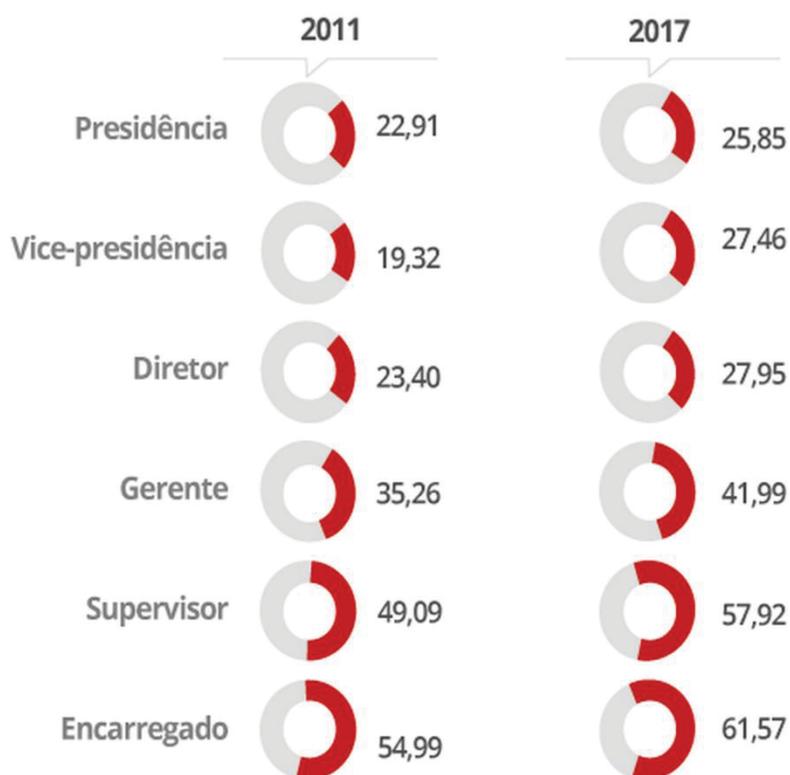
Pesquisa leva em conta a média salarial, em R\$



Fonte: Catho

Proporção de mulheres nos cargos

Progressão em 6 anos, em %



Fonte: Catho



Infográfico elaborado em: 06/03/2 018

Reportagem completa:

<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-que-os-homens-em-todos-os-cargos-e-areas-diz-pesquisa.ghtml>

Reportagem de Marta Cavallini de 07/03/2018

* A segunda reportagem da revista Exame, de 08 de março de 2017, traz números da violência contra mulheres no Brasil.

Os números da violência contra mulheres no Brasil

Pesquisa do Datafolha divulgada hoje mostra que uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência no Brasil no último ano

Por Bárbara Ferreira Santos
access_time 8 mar 2017, 13h27 –
Publicado em 8 mar 2017, 11h07

São Paulo – Uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de **violência** no último ano. Só de agressões físicas, o número é alarmante: 503 **mulheres** brasileiras vítimas a cada hora.

Esses números, que mostram o persistente problema da violência contra as mulheres no Brasil, fazem parte de uma pesquisa feita pelo **Datafolha** e encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança.

Os dados, divulgados hoje, no **Dia Internacional da Mulher**, mostram que 22% das brasileiras sofreram ofensa verbal no ano passado, um total de 12 milhões de mulheres. Além disso, 10% das mulheres sofreram ameaça de violência física, 8% sofreram ofensa sexual, 4% receberam ameaça com faca ou arma de fogo. E ainda: 3% ou 1,4 milhões de mulheres sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento e 1% levou pelo menos um tiro.

A pesquisa mostrou que, entre as mulheres que sofreram violência, 52% se calaram. Apenas 11% procuraram uma delegacia da mulher e 13% preferiram o auxílio da família.

E o agressor, na maior parte das vezes, é um conhecido (61% dos casos). Em 19% das vezes, eram companheiros atuais das vítimas e em 16% eram ex-companheiros.

As agressões mais graves ocorreram dentro da casa das vítimas, em 43% dos casos, ante 39% nas ruas.

Assédio

O levantamento do Datafolha apontou que 40% das mulheres acima de 16 anos sofreram algum tipo de assédio, o que inclui receber comentários desrespeitosos nas ruas (20,4 milhões de vítimas), sofrer assédio físico em transporte público (5,2 milhões) e ou ser beijada ou agarrada sem consentimento (2,2 milhões de mulheres).

Os assédios mais graves aconteceram entre adolescentes e jovens de 16 a 24 anos e entre mulheres negras. Só entre as vítimas de comentários desrespeitosos, 68% eram jovens e 42% mulheres negras. Já em assédio físico em transporte público, 17% eram jovens e 12% negras.

E esse tipo de violência todo mundo percebe. Cerca de 66% dos brasileiros presenciaram uma mulher sendo agredida fisicamente ou verbalmente em 2016.

E, em vez de o cenário ter melhorado, a sensação da maioria dos brasileiros (73%) é de que a violência contra a mulher aumentou ainda mais na última década. A maior parte das mulheres (76%) acreditam no mesmo.

Confira o infográfico da pesquisa, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública:

VISÍVEL E INVISÍVEL: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL

PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO

66%

dos brasileiros presenciaram uma mulher sendo agredida fisicamente ou verbalmente em 2016.

47%

dos homens viram outros homens brigando e se agredindo por causa de ciúmes de uma mulher.



73%

acreditam que a violência contra as mulheres aumentou nos últimos 10 anos. **76%** das mulheres acreditam no mesmo.

51%

viram mulheres sendo abordadas na rua de forma desrespeitosa

ASSÉDIO (mulheres acima de 16 anos no período de jan. a dez. de 2016)

40% sofreram assédio, dos mais variados tipos:

36% receberam comentários desrespeitosos ao andar na rua.

20,4 milhões de mulheres

10,4% foram assediadas fisicamente em transporte público.

5,2 milhões de mulheres

5% foram agarradas ou beijadas sem o seu consentimento.

2,2 milhões de mulheres

O assédio é mais grave entre adolescentes e jovens de 16 a 24 anos e entre mulheres pretas:

receberam comentários desrespeitosos ao andar na rua.

JOVENS

PRETAS

68%

42%

foram assediadas fisicamente em transporte público.

17%

12%

foram agarradas ou beijadas sem o seu consentimento.

11%

5%

Fonte: Datafolha/ FBSF. Metodologia: pesquisa quantitativa com abordagem pessoal em ponto de fluxo. Abordagem nacional (2.073 entrevistas) para o universo de população adulta brasileira com 16 anos ou mais. Método de autopercepção com questionários aplicados somente às mulheres (833 respondentes). Margem de erro de 2,0 pontos para mais ou para menos na amostra nacional e de 3,0 pontos para mais ou para menos na amostra do método de autopercepção. As projeções populacionais consideram os valores mínimos previstos a partir da margem de erro.

VITIMIZAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS

(acima de 16 anos no período de jan. a dez. de 2016)



503 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora em 2016 (4,4 milhões no ano)

29%

das mulheres brasileiras relatam ter sofrido **algum tipo de violência** nos últimos 12 meses

25%

Branças

31%

Pardas

32%

Pretas

Isso significa...

Projeção com base no piso do intervalo de confiança



22% (12 milhões) sofreram ofensa verbal



4% (1,9 milhões) sofreram ameaça com faca ou arma de fogo



10% (5 milhões) sofreram ameaça de violência física



3% (1,4 milhões) sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento



8% (3,9 milhões) sofreram ofensa sexual



1% (257 mil) levaram tiro

Dentre as que sofreram violência...

Quem era o agressor?

61% conhecidos
19% companheiros
16% ex-companheiros



O que você fez?

11% Procurou uma delegacia da mulher



13% Procurou ajuda da família



52% NÃO FEZ NADA



Realização:



Apoio:



<https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contras-mulheres-no-brasil/> Reportagem de Bárbara Ferreira Santos de 08 de março de 2017

* A terceira reportagem é um vídeo de pouco mais de 3 minutos, produzido pelo Bom dia Piauí (Grupo G1), em 10 de julho de 2018, que oferece alguns dados sobre a participação

da mulher na política. Afirmado que a participação ainda é pequena. Ao final tem uma análise interessante, da cientista política Bárbara Johas, sobre a necessidade de superar as barreiras culturais a fim de construir as reais possibilidades de participação das mulheres na vida política, ou seja, fora do seu âmbito privado.

<http://g1.globo.com/pi/piaui/bom-dia-piaui/videos/t/edicoes/v/participacao-das-mulheres-na-politica-ainda-e-pequena/6861308/>

Reportagem de Simplicio Junior de 10 de julho de 2018

* A última reportagem é sobre projeto de lei apresentado ao Senado Federal, que prevê o fim de cotas para mulheres nas eleições.

Projeto no Senado prevê fim de cotas para mulheres nas eleições

Senador Angelo Coronel diz que mulheres já estão fortes e ocupam cargos de relevância na política. Especialistas em direito eleitoral criticam proposta

COLUNA DO FRAGA

Paulo Lima, do R7

01/03/2019 - 17h08 (Atualizado em 01/03/2019 - 17h08)

As cotas para candidaturas nas eleições proporcionais de acordo com o sexo vão acabar se o Congresso aprovar o projeto do senador Angelo Coronel (PSD-BA). A proposta está em análise na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Para o senador, as mulheres não precisam mais de cotas.

_ As mulheres estão empoderadas, estão fortes, não precisam de cotas. As mulheres hoje preenchem cargos de relevância na política, na Justiça, no Ministério Público. Cotas são para os fracos e as mulheres são fortes, não precisam disso para ficar na vida pública.

Angelo Coronel também argumenta que alguns partidos colocam mulheres no processo eleitoral apenas para assegurar o percentual mínimo exigido de 30% de candidaturas femininas, o que resulta muitas vezes nas chamadas “candidaturas laranjas”.

_ É preciso reconhecer que desvios podem ocorrer por parte de quem só quer se beneficiar do sistema.

O senador também explica que como incentivo para a atuação das mulheres o projeto de sua autoria mantém que ao menos 5% dos recursos do Fundo Partidário serão destinados a programas de promoção e difusão da participação feminina na política.

Críticas

Para a vice-presidente do Instituto Brasiliense de Direito Eleitoral, advogada e professora Marilda Silveira, o projeto do senador Angelo Coronel é um retrocesso.

_ As mulheres foram excluídas, por razões históricas da política por muito tempo. O ideal seria cotas para as vagas no parlamento. Por exemplo, na Câmara 30% das cadeiras deveriam ser destinadas às mulheres por um período de três mandatos, tempo para obtermos a igualdade”.

Já a doutora em Direito Político e Econômico, Mônica Sapucaia Machado, defende a adoção de instrumentos para aumentar a participação das mulheres na política.

_ As mulheres estão sobrecarregadas com o acúmulo do trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. A política exige desprendimento de tempo, dinheiro, locomoção, o que torna a situação bem mais difícil para as mulheres, até mesmo as de classe média alta. O trabalho cotidiano da política exclui as mulheres, por isso as cotas são importantes.

Mônica Machado também diz que as mulheres são 52% do eleitorado, mas apenas um Estado no país é governado por uma mulher. É Fátima Bezerra (PT), governadora do Rio Grande do Norte.

Dos 81 senadores, sete são mulheres. Na Câmara, dos 513 deputados, 77 são mulheres, o equivalente a 15% de sua composição.

<https://noticias.r7.com/prisma/coluna-do-fraga/projeto-no-senado-preve-fim-de-cotas-para-mulheres-nas-eleicoes-01032019>

Reportagem de Domingos Fraga de 01 de março de 2019.

3.1.8 Produção da Narrativa Final

A partir das problemáticas do presente, evidenciadas nas reportagens, sugere-se como avaliação final, a construção de uma narrativa escrita, na qual os estudantes estabelecem uma relação entre o presente e o passado. Pode-se sugerir que redijam uma carta na qual se colocam no lugar das mulheres e reivindicam às autoridades a resolução dos seus problemas mais sentidos.

A prática da narrativa possibilita ao/a estudante a organização das ideias em torno do conhecimento histórico. Na organização da aula aqui apresentada, sugere-se a

produção de um texto, mas outras alternativas de narrativas são bastante válidas: produção de desenhos, memes de internet, histórias em quadrinhos, músicas, poemas, literatura de cordel, uma infinidade de instrumentos que auxiliam o/a estudante na compreensão do conteúdo estudado, permitindo relacioná-lo com sua vida, construindo assim, as possibilidades de pensar historicamente, calibrando suas potencialidades de elevação da sua consciência histórica.

ANEXOS

Carta das Mulheres aos Constituintes

https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituinte%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf

TE: *Maria, Ana, Joana, Amparo, Raimunda, Vera,
Sônia, Carla, Francisca, Patrícia, Márcia, Simone,
M^a de Fátima, Neusa, Teresa, Conceição, Socorro,
Paula, Angela, Cristina, Valéria, Selma, Cremilda,
Kosa, Carmem, Eliana, Marisa, Cecília, Regina...
nós, Mulheres Brasileiras.*

CNDM - Co
Nacional dos
Direitos da A

F
341.2726
C922
CMU

*Aos Constituintes de 1987
Assembleia Nacional Constituinte
Congresso Nacional
Brasília - DF.*

Carta das Mulheres

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em novembro de 1985, lançou a Campanha Mulher e Constituinte. Desde então, o CNDM percorreu o país, ouviu as mulheres brasileiras e ampliou os canais de comunicação entre o movimento social e os mecanismos de decisão política, buscando fontes de inspiração para a nova legalidade que se quer agora. Nessa Campanha, uma certeza consolidou-se: **CONSTITUINTE PRA VALER TEM QUE TER PALAVRA DE MULHER.**

Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz e à vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar, o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária.

Nós, mulheres, estamos conscientes que este país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembleias e palácios.

Nesse importante momento, em que toda a sociedade se mobiliza para uma reconstituição de seus ordenamentos, gostaríamos de lembrar, para que não se repita, o que mulheres já disseram no passado:

"Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos obrigadas a cumprir leis para as quais não tivemos voz nem representação" (Abigail Adams, 1776).

Hoje, dois séculos após estas palavras, no momento em que a sociedade brasileira se volta para a elaboração de uma nova Constituição, nós, mulheres, maioria ainda discriminada, exigimos tratamento especial à causa que defendemos.

Confiamos que os constituintes brasileiros, mulheres e homens, sobre os quais pesa a grande responsabilidade de refletir as aspirações de um povo sofrido e ansioso por melhores condições de vida, incorporem as propostas desta histórica Campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

DOAÇÃO

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
Ministério da Justiça - Edifício Sede - sala 458 - Esplanada dos Ministérios
CEP: 70064 - Brasília - DF - Tel.: (061) 226-8015, r. 122 e 224-3448

Eis o que nós, mulheres, reunidas num Encontro Nacional, no dia 26 de agosto de 1986, queremos:

I - Princípios gerais

Para a efetivação do princípio de igualdade é fundamental que a futura Constituição Brasileira:

- 1 - Estabeleça preceito que revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatórias;
- 2 - Determine que a afronta ao princípio de igualdade constituirá crime inafiançável;
- 3 - Acate, sem reservas, as convenções e tratados internacionais de que o país é signatário, no que diz respeito à eliminação de todas as formas de discriminação;
- 4 - O reconhecimento da titularidade do direito de ação aos movimentos sociais organizados, sindicatos, associações e entidades da sociedade civil, na defesa dos interesses coletivos.

Leis complementares e demais normas deverão garantir a aplicabilidade desse princípio.

II - Reivindicações específicas

Família

A nova Constituição deverá inspirar diversas mudanças na legislação civil, estabelecendo:

- 1 - A plena igualdade entre os cônjuges no que diz respeito aos direitos e deveres quanto à direção da sociedade conjugal, à administração dos bens do casal, à responsabilidade em relação aos filhos, à fixação do domicílio da família, ao pátrio poder;
- 2 - A plena igualdade entre o casal no que concerne ao registro de filhos;
- 3 - A plena igualdade entre os filhos não importando o vínculo existente entre os pais;
- 4 - A proteção da família, seja ela instituída civil ou naturalmente;
- 5 - Acesso da mulher rural à titularidade de terras em Planos de Reforma Agrária qualquer que seja seu estado civil;

6 - A maternidade e a paternidade constituem valores sociais fundamentais, devendo o Estado assegurar os mecanismos do seu desempenho;

7 - A lei coibirá a violência na constância das relações familiares, bem como o abandono dos filhos menores.

Trabalho

A legislação trabalhista usando por base o princípio constitucional de isonomia deve garantir:

- 1 - Salário igual para trabalho igual;
- 2 - Igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional;
- 3 - Extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários de forma plena às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais;
- 4 - Igualdade de tratamento previdenciário entre homens e mulheres, devendo ser princípio orientador da legislação trabalhista a proteção à maternidade e ao aleitamento através de medidas como:
 - a garantia do emprego à mulher gestante;
 - extensão do direito à creche no local de trabalho e moradia para as crianças de 0 a 6 anos, filhos de mulheres e homens trabalhadores;
- 5 - Estabilidade para a mulher gestante;
- 6 - Licença ao pai nos períodos natal e pós-natal;
- 7 - Licença especial às pessoas no momento da adoção, sem prejuízo do emprego e do salário, independentemente da idade do adotado;
- 8 - Proteção à velhice com integralidade salarial em casos de aposentadoria ou pensão por morte;
- 9 - Eliminação do limite de idade para prestação de concursos públicos;
- 10 - Direito do marido ou companheiro a usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira;
- 11 - Extensão dos direitos previdenciários dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais, homens e mulheres.

12 - Direito de aposentadoria especial aos trabalhadores rurais: 50 anos de idade para as mulheres e 55 anos para os homens, bem como aposentadoria por tempo de serviço aos 25 anos para as mulheres e 30 para os homens, com salário integral;

13 - Direito de sindicalização para os funcionários públicos;

14 - Salário família compatível com a realidade, extensivo aos menores de 18 anos.

Saúde

1 - O princípio "a saúde é um direito de todos e dever do Estado", na especificidade "mulher", deve garantir que as ações de saúde prestadas à população sejam entendidas como atos de co-participação entre todos e o Estado, envolvendo direitos e deveres de ambos.

1.1 - Criação de um Sistema Único de Saúde constituído a partir de uma nova política nacional de saúde e implementado por serviços públicos de saúde coletiva e assistência médica integrados; submetendo-se os serviços privados às diretrizes e controle do Estado;

1.2 - O Sistema Único de Saúde deve ser gerido e fiscalizado pela população organizada, que, através de Conselhos Comunitários, deverá participar das decisões sobre Programas e Financiamentos.

2 - Garantia de Assistência Integral à Saúde da Mulher em todas as fases da sua vida, independentemente de sua condição biológica de procriadora, através de programas governamentais discutidos, implementados e controlados com a participação das mulheres.

3 - Proibição de toda e qualquer experimentação com mulheres e homens de substâncias, drogas, meios anticoncepcionais que atentem contra a saúde e não sejam de pleno conhecimento dos usuários nem fiscalizados pelo poder público e a população.

3.1 - Fiscalização da produção, venda, distribuição e comercialização de meios químicos e hormonais de contracepção, proibindo a comercialização de drogas em fase de experimentação por empresas nacionais ou multinacionais.

4 - Garantia a todos os cidadãos, homens e mulheres, contribuintes ou sujeitos de direito, da igualdade de tratamento em todas as ações da Previdência Social.

5 - Será vedada ao Estado e às entidades nacionais e estrangeiras toda e qualquer ação impositiva que interfira no exercício da sexualidade. Da mesma forma, será vedada ao Estado e às entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, promover o controle da natalidade.

6 - Será garantido à mulher o direito de conhecer e decidir sobre seu próprio corpo.

7 - Será garantido à mulher o direito de amamentar seus filhos ao seio.

8 - O Estado reconhecerá à maternidade e à paternidade relevante função social, garantindo aos pais os meios necessários à educação, creche, saúde, alimentação e segurança de seus filhos.

9 - Garantia de livre opção pela maternidade, compreendendo-se tanto a assistência ao pré-natal, parto e pós-parto, como o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher.

10 - É dever do Estado oferecer condições de acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais, usando metodologia educativa para esclarecer os resultados, indicações, contra-indicações, vantagens e desvantagens, alargando a possibilidade de escolha adequada à individualidade de cada mulher e, ao momento específico, de sua história de vida.

Educação e Cultura

1 - A educação, direito de todos e dever do Estado, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, dentro dos ideais de defesa da democracia, do aprimoramento dos direitos humanos, da liberdade e da convivência solidária.

1.1 - A educação dará ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação, afirmando as características multiculturais e multirraciais do povo brasileiro;

1.2 - O ensino da história da África e da cultura afro-brasileira deverá ser obrigatório desde a educação básica.

2 - A educação é prioridade nacional e cabe ao Estado resp. nsabilizar-se para que seja universal, pública, gratuita, em todos os níveis e períodos, desde o primeiro ano da criança.

2.1 - É dever do Estado combater o analfabetismo.

3 - Os recursos públicos deverão destinar-se exclusivamente à escola pública, objetivando a qualidade do ensino, sua expansão e manutenção.

3.1 - Cabe ao Estado atenção especial à formação dos agentes da educação e às condições em que exerce o seu trabalho visando à qualidade do ensino.

4 - O Estado deverá dar atenção especial aos alunos portadores de deficiências físicas ou mentais.

5 - Caberá ao Estado garantir o acesso da mulher, rural e urbana, a cursos de formação, reciclagem e atualização profissional.

6 - É dever do Estado zelar para que a educação e os meios de comunicação estejam a serviço de uma cultura igualitária.

6.1 - O Estado garantirá perante a sociedade a imagem social da mulher, como trabalhadora, mãe e cidadã responsável pelos destinos da nação, em igualdade de condições com o homem, independentemente da origem étnico-racial.

7 - O Estado assegurará a liberdade de pensamento e expressão; a liberdade de produção, distribuição e divulgação do produto cultural pelos meios de comunicação social, desde que não veiculem preconceitos e estereótipos discriminatórios.

8 - Deverão ser incorporados aos estudos e estatísticas oficiais dados relativos a sexo, raça e cor.

Violência

1 - Criminalização de quaisquer atos que envolvam agressões físicas, psicológicas ou sexuais à mulher, fora e dentro do lar.

2 - Consideração do crime sexual como "crime contra a pessoa" e não como "crime contra os costumes", independentemente de sexo, orientação sexual, raça, idade, credo religioso, ocupação, condição física ou mental ou convicção política.

3 - Considerar como estupro qualquer ato ou relação sexual forçada, independente do relacionamento do agressor com a vítima, de ser esta última virgem ou não e do local em que ocorra.

4 - A lei não dará tratamento nem preverá penalidade diferenciados aos crimes de estupro e atentado violento ao pudor.

5 - Será eliminada da lei a expressão "mulher honesta".

6 - Será garantida pelo Estado a assistência médica, jurídica, social e psicológica a todas as vítimas de violência.

7 - Será punido o explorador ou exploradora sexual da mulher e todo aquele que a induzir à prostituição.

8 - Será retirado da lei o crime de adultério.

9 - Será responsabilidade do Estado a criação e manutenção de albergues para mulheres ameaçadas de morte, bem como o auxílio à sua subsistência e de seus filhos.

10 - A comprovação de conjunção carnal em caso de estupro poderá realizar-se mediante laudo emitido por qualquer médico, da rede pública ou privada.

11 - A mulher terá plena autonomia para registrar queixas, independentemente da autorização do marido.

12 - Criação de Delegacias Especializadas no atendimento à mulher em todos os municípios do país, mesmo naqueles nos quais não se disponha de uma delegada mulher.

Questões Nacionais e Internacionais

1 - Garantia de integração ao texto constitucional dos Tratados e Convenções Internacionais, dos quais o Brasil é subscritor, que consagrem os direitos fundamentais, humanos e sociais, entre os quais os que proíbem tratamento discriminatório, com exigibilidade do seu cumprimento.

2 - Reforma agrária com a distribuição de terra aos que nela trabalham, com a garantia de assistência técnica e crédito necessários.

3 - Soberania na negociação da dívida externa, resguardando os interesses nacionais e do povo brasileiro.

4 - Reforma tributária de forma a beneficiar os municípios.

5 - Liberdade e autonomia sindicais.

6 - Direito de greve extensivo a todas as categorias profissionais.

7 - Política responsável de proteção ao meio ambiente.

8 - Política de desenvolvimento tecnológico com a preservação do meio ambiente e da soberania nacional.

9 - Definição de uma política que mantenha a integridade das populações indígenas, impedindo o genocídio a que vêm sendo submetidas.

10 - Democratização do Estado e das instituições, mediante revogação da Lei de Segurança Nacional e de toda a legislação repressiva.

11 - Acesso às fichas de informação individual mantidas pelos órgãos de informação do governo.

12 - Paz nas relações internacionais, apoio às manifestações contra corrida armamentista e impedimento à experimentação nuclear no Brasil.

13 - Política externa baseada no princípio de autodeterminação dos povos e de não ingerência, vedada qualquer participação em agressões externas, salvo para a defesa do território nacional.

14 - Política de não relacionamento de qualquer espécie com países que praticam o preconceito racial.

15 - Respeito ao princípio de independência entre os três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, buscando-se o princípio de que todo o poder emana do povo.

CONSTITUINTE PRA VALER TEM QUE TER DIREITOS DA MULHER.

Formulário da Prodasen disponibilizado para participação da população. Frente e verso

FAÇA, VOCÊ TAMBÉM, A NOVA CONSTITUIÇÃO

A Constituinte é um momento importante na vida de todos os povos e no destino das nações democráticas. É a oportunidade em que os cidadãos, usando do seu direito de voto, escolhem aqueles que, em seu nome e reunidos em Assembleia, decidem sobre o papel do Estado, a forma de governo, a ordem econômica e a organização social. A Constituição afeta a vida de todos os cidadãos, assegura os nossos direitos, protege as nossas prerrogativas, garante a nossa segurança e define os nossos deveres.

Este ano, como em outras oportunidades na História do Brasil, você vai eleger os futuros Constituintes, para que eles votem uma nova Constituição. O seu papel e os seus direitos de cidadão não terminam, no entanto, na hora em que você coloca o seu voto na urna e escolhe quem vai representá-lo.

Pela primeira vez, em muitas gerações, você vai poder colaborar, dizendo o que pensa da Constituinte e o que espera da nova Constituição.

O Congresso dá a você a oportunidade de também participar na elaboração da nova Constituição. Para isso basta preencher o formulário que se encontra no verso. Assim você estará, democraticamente, manifestando sua opinião, para que a Assembleia Nacional Constituinte saiba o que você pensa, o que você espera e o que você deseja da futura Constituição brasileira.



VOCÊ TAMBÉM É CONSTITUINTE, PARTICIPE!



Prodasen

Centro de Informática e
Processamento de Dados do Senado Federal

Estes dados são solicitados com o objetivo de relacionar as sugestões propostas com os diversos segmentos da sociedade. Você não é obrigado a informá-los, mas, caso queira colaborar, marque com "x" em cada campo a opção em que você se encaixa.

<p>01 Sexo</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 01 - Masc.</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Fem.</p>	<p>06 Faixa Etária</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - 10 a 14 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - 15 a 19 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 03 - 20 a 24 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 04 - 25 a 29 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 05 - 30 a 39 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 06 - 40 a 49 anos</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 07 - 50 a 59 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 08 - Acima de 59 anos</p>
<p>02 Morador</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Rural</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 02 - Urbano</p>	<p>07 Faixa de Renda</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Até 1 Salário Mínimo</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Mais de 1 a 2 S.M.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 03 - Mais de 2 a 3 S.M.</p> <p><input type="checkbox"/> 04 - Mais de 3 a 5 S.M.</p> <p><input type="checkbox"/> 05 - Mais de 5 a 10 S.M.</p> <p><input type="checkbox"/> 06 - Mais de 10 a 20 S.M.</p> <p><input type="checkbox"/> 07 - Mais de 20 S.M.</p> <p><input type="checkbox"/> 08 - Sem rendimento</p>
<p>03 Estado <u>São Paulo</u></p> <p>Município <u>Capela do Alto</u></p>	<p>08 Atividade</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Agropecuária, extr. veg., pesca</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Indústria de Transformação</p> <p><input type="checkbox"/> 03 - Indústria de Construção</p> <p><input type="checkbox"/> 04 - Outras atividades industriais</p> <p><input type="checkbox"/> 05 - Comércio de mercadorias</p> <p><input type="checkbox"/> 06 - Prestação de Serviços</p> <p><input type="checkbox"/> 07 - Administração Pública</p> <p><input type="checkbox"/> 08 - Atividades Sociais</p> <p><input type="checkbox"/> 09 - Transportes</p> <p><input type="checkbox"/> 10 - Comunicação</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 11 - Outras Atividades</p>
<p>04 Grau de Instrução</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Analfabeto</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Primeiro grau incompleto</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 03 - Primeiro grau completo</p> <p><input type="checkbox"/> 04 - Segundo grau incompleto</p> <p><input type="checkbox"/> 05 - Segundo grau completo</p> <p><input type="checkbox"/> 06 - Superior incompleto</p> <p><input type="checkbox"/> 07 - Superior completo</p> <p><input type="checkbox"/> 08 - Pós-graduação</p>	<p>05 Estado Civil</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Solteiro</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 02 - Casado</p> <p><input type="checkbox"/> 03 - Viúvo</p> <p><input type="checkbox"/> 04 - Divorciado</p>

Formulário de participação. Prodasen: banco de dados do Senado Federal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Durante muito tempo as mulheres não foram consideradas sujeitos da história e, portanto, estiveram excluídas das narrativas dos historiadores”¹⁶⁶. Esse quadro mudou significativamente na historiografia brasileira atual, “demonstrando a presença desses novos sujeitos, adensando as discussões teóricas e sugerindo a inserção de novos conceitos bem como de outras abordagens”¹⁶⁷. Muitas tem sido as pesquisas no meio acadêmico apresentadas em simpósios, congressos, seminários. Muitos tem sido os artigos e livros publicados. De fato, os estudos sobre as mulheres têm sido muito significativos.

As abordagens incluindo a perspectiva de gênero possibilitaram ultrapassar os primeiros objetivos das pesquisadoras precursoras, que impulsionaram o estudo sobre as mulheres querendo dar-lhes visibilidade. Hoje, com os estudos de gênero, é possível “[problematizar] as hierarquias, as relações de poder, as sexualidades, os corpos, a educação, o trabalho de mulheres e homens”¹⁶⁸. O arcabouço teórico se expandiu significativamente.

O desafio, colocado neste trabalho, refere-se a incluir toda essa gama de pesquisa e abordagem, também na realidade da escola de educação básica. Nos concentramos na categoria mulheres por entender que ainda, no campo escolar, temos muito a avançar. Estamos na “pré-história” dos estudos sobre as mulheres e o gênero, a julgar pelo material didático que temos disponível em sala de aula. Não se trata de demonizar o livro didático. Reconhecemos que este muito avançou nos últimos anos e serve de forte suporte às aulas de História. Porém, a mulheres pouco aparecem nas páginas dos livros didáticos.

Essa ausência tem um significado importante na formação das crianças e jovens. Temos uma realidade, que segundo dados, mais de 50% dos estudantes são meninas¹⁶⁹. E essas meninas não se veem representadas na história ensinada. Não são raras as indagações, como: aonde estão as mulheres? E essas perguntas raramente são feitas por meninos. Se um dos objetivos do ensino de História se refere a formação de identidades,

¹⁶⁶ WOLFF, Cristina, S e POSSAS, Lidia M. Viana. *Escrevendo a história no feminino*. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3):320, set/dez 2005, p.585.

¹⁶⁷ Idem

¹⁶⁸ Idem

¹⁶⁹ http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-no-ensino-medio-em-73-dos-municipios-brasileiros/21206
<https://novaescola.org.br/conteudo/10272/mulheres-na-educacao>

como contribuir na formação de uma estudante, falando que ela, como mulher, pode fazer o que quiser e não precisa de autorização masculina para isso, se sequer seu gênero aparece como participante (sujeito) da história?

Cabe as professoras e professores se indagarem sobre isso. Cabe às mantenedoras de ensino provocarem essas reflexões nas suas formações em serviço, oferecidas durante praticamente todo o ano letivo. Se as Universidades têm discutido desde a formação inicial dos/as professores/as esses temas, será preciso um forte movimento de pressão para que o debate saia dos muros da academia.

Ressaltamos aqui que o reconhecimento das mulheres como sujeitos da história foi consequência direta da luta das próprias mulheres, que impuseram e defenderam com ardor a inclusão das pautas femininas nas reuniões de departamentos nas Universidades, em um momento em que o direito das mulheres estava em pauta na sociedade como um todo. As mulheres estavam nas ruas, lutando por direitos sociais, civis, políticos e por direito a memória.

Precisamos construir um movimento nas escolas, que seja capaz de mostrar a história no feminino. Que tenha voz e corpo. E isso não será feito se não tiver um movimento social forte capaz de impulsionar este debate em todas as instâncias da sociedade. Talvez não estejamos em um momento propício para avanços políticos, no entanto, nos cabe discutir, amadurecer e acumular forças para que em uma conjuntura mais favorável possamos avançar.

A produção, em forma de aula-oficina, é dirigida aos/as professores/as de História. Procurou disponibilizar o passo a passo, para facilitar o entendimento e o objetivo da aula, com o tema: Participação das Mulheres na Constituinte de 1985- 1988. Entendemos que no acúmulo de trabalho nem sempre é possível preparar aulas para além do livro didático. Por isso partimos do próprio livro didático para problematizar a ausência das mulheres no próprio material didático disponível.

O uso das fontes históricas em sala de aula, são um recurso largamente incentivado e que contribuem – com o auxílio e mediação do/a professor/a – na capacidade dos/as estudantes ampliarem seus conhecimentos sobre o passado, analisarem material produzido em outro tempo, ampliarem seu vocabulário, bem como exercitarem suas capacidades na produção de narrativas.

A fim de relacionar com as questões do passado foram disponibilizadas, a fim de possibilitar análise sobre permanências e rupturas na história, reportagens atuais sobre temas ainda bastante sensíveis nas lutas das mulheres pela emancipação.

FONTES

Texto sobre Constituição de 1988. PROJETO ARARIBÁ: História. Organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Maria Raquel Apolinário. 4ª ed. SP: Moderna, 2014, p. 220

Desenho bandeira nacional, produzida pelo artista Henfil. Acervo privado Henfil/Ivan Cosenza, s/d. In. VERSANI, Maria Helena. *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988* – 2013, P.41

Foto: Encontro Nacional Mulher e Constituinte. Brasília, 26/08/1986. Acervo: Agência Brasil. Disponível: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres

Cartas enviadas por mulheres aos Constituintes. Disponível: VERSANI, Maria Helena. *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988* – 2013.

- Maria do Carmo Rocha, de 06/04/1986.
- Teresinha Marli Gil da Silveira, de 24/04/1986.
- Dirce Vasconcelos Nunes, de 08/05/1986.
- Sandra Carvalho, de 10/06/1986.
- Ana Claudia Macedo Leite, de 02/06/1987.
- Celestina Ribeiro Paulino, de 23/06/1987.
- Maria das Graças Soares Cardoso, de 24/06/1987.
- Dona Carmelita, de 00/07/1987.

Envelope que continha a Carta das Mulheres aos Constituintes, 26/03/1987. Disponível: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres

Áudio do momento de entrega da Carta das Mulheres, com falas das deputadas Constituintes. 26/03/1987. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=JSXgY90OOIY>

Foto das deputadas Constituintes no dia da entrega da Carta. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>

Carta das Mulheres aos Constituintes. Disponível: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf

Reportagem Noticias Uol, de 05/10/2018, “Constituição de 1988 foi avanço nos direitos das mulheres”. Disponível: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/entretenimento/2018/10/05/constituicao-de-1988-foi-avanco-nos-direitos-das-mulheres.htm>

Reportagem G1, de 07/03/2018, “Mulheres ganham menos que os homens em todos os cargos e áreas”. Disponível: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-que-os-homens-em-todos-os-cargos-e-areas-diz-pesquisa.ghtml>

Reportagem Revista Exame, de 08/03/2017, “Os números da violência contra as mulheres no Brasil”. Disponível: <https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/>

Vídeo Bom dia Piauí, de 10/07/2018, “Participação das mulheres na política ainda é pequena”. Disponível: <http://g1.globo.com/pi/piaui/bom-dia-piaui/videos/t/edicoes/v/participacao-das-mulheres-na-politica-ainda-e-pequena/6861308/>

Reportagem R7, de 01/03/2019, “Projeto no Senado prevê fim de cotas para mulheres nas eleições.” Disponível: <https://noticias.r7.com/prisma/coluna-do-fraga/projeto-no-senado-preve-fim-de-cotas-para-mulheres-nas-eleicoes-01032019>

Formulário de participação popular na Constituinte. Prodasem, Senado Federal. Disponível: <http://museudarepublica.museus.gov.br/o-programa-pro-memoria-da-constituente-3/>

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino – uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920-1940)*. Maceió: Catavento, 2003.

BARCA, Isabel. *O pensamento histórico dos jovens: ideias dos adolescentes acerca da provisoriedade da explicação histórica*. Braga: Universidade do Minho, 2000.

_____. *Pensamento histórico e consciência histórica: teoria e prática*. Curitiba: W.A. editores, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana*. In Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. FFLCH, USP. 1993.

BESSA, Karla M. *O crime de sedução e as relações de gênero*, 1994. In: CUNHA, Maria de Fátima. *Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença*. História Ensino: Londrina, v.6, p.141-161, out 2000.

BEZERRA, Elaine. *A originalidade do pensamento de Heleieth Saffioti na análise crítica sobre a condição da mulher na sociedade capitalista*. Lutas Sociais, São Paulo, v.17, nº31, p.170-173.

BOSCHILIA, Roseli. *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba: Artes e Textos, 2010.

_____. *As mulheres imigrantes portuguesas sob o véu da invisibilidade: um balanço historiográfico*. Diaspore 7: Mobilidade humana e circularidade de ideia. Diálogos entre a América Latina e a Europa. p.41-54, 2017.

BUENO, Wilma de Lara. *Curitiba, uma cidade bem amanhecida: vivência e trabalho das mulheres polonesas no final do século XX*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1996

BRASIL, Constituição da República Federativa do. 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei 9.394/1996.

BRASIL. PCNS, 1997.

CAINELLI, Marlene. *O que se ensina e o que se aprende em História*. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. *Memórias do sótão: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2015.

CUNHA, M. C. P. *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986;

CUNHA, Maria de Fátima. *Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença*. História Ensino: Londrina, v.6, p.141-161, out 2000.

DIAS, Maria Odila L.S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Maria Odila L.S. *Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano*.

ENGEL, M. *Meretrizes e doutores. O saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ESTEVES, M. de A. *Meninas perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro de Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas. Contradições, ambivalências e violências*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

FAVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC; Itajaí (SC): Univali, 2004.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In. *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República*. RJ: Civilização Brasileira, 2018.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Brasília: José Olympio; DF, EDUNB, 1993.

GANZ, Ana Maria. *Vivências e falas. Trabalho feminino em Curitiba, 1925-45*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1994.

GANZ, Ângela Lúcia. *Vozes do diálogo: mães e médicos de Curitiba de 1910-1935*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1996.

GEVAERD, Rosi Terezinha Ferrarini. *A narrativa histórica como uma maneira de ensinar e aprender história: o caso da história do Paraná*. Tese de doutorado em Educação. UFPR: Curitiba, 2009.

GINITY, Eliane Goulart Mac. *Imagens de mulheres nos livros didáticos de História*. Revista do Lhiste, Porto Alegre, n.3, vol.2, jul/dez.2015.

GRAHAM, Sandra. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GUARIZA, Nádya Maria. *As guardiãs do lar: a valorização materna no discurso ultramontano*. Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 2003.

_____. *Incorporação e (re)criação nas margens: trajetórias femininas no catolicismo nas décadas de 1960 e 1970*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2009.

- HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LEITE, M. M. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petropolis, RJ: Vozes, 1997.
- MARCH, Kety Carla de. *Entre promessas e reparações: processos-crime de defloração em Guarapuava (1932-1941)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2010.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. *Um lar em terra estranha. A aventura da individualização feminina. A casa da estudante universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1992.
- MARTINS, Maria do Carmo. *A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* Bragança Paulista: Edusc, 2002.
- MATOS, Maria Izilda. *Trama e poder, trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café*. Brasília: SESI, 1994.
- _____. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2001.
- _____. *História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas*. Mandrágora, v.19, n.19, 2013.
- MIRANDA, Anadir dos Reis. Reflexões sobre mulheres, gênero e aprendizagem histórica. *História*, Rio Grande, v.4, n.2: 103-114, 2013.
- MISTURA, Letícia; CAIMI, Flávia Eloisa. *O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010)*. Aedos: Porto Alegre, v.7, n. 16, p.229-246, jul.2015.
- MELO e SOUZA, L. de. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MEZAN, L. *Honradas e devotas; Mulheres da colônia: estudos sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do Sudeste*. São Paulo, 1992. Tese (Doutoramento) - Universidade de São Paulo.
- NAVARRO-SWAIN, Tania. *Entre a vida e a morte, o sexo*. Labrys – Études féministes/Estudos feministas, Brasília, Montréal, Paris, v.10, jul.-dez., 2006.
- NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. Tese (Doutorado em História) – PUC/SP, São Paulo, 2004.

NEVES, Ozias Paese. *Imaginários e utopias na passagem entre ditadura e redemocratização: o momento constituinte em cartilhas (1985-1988)* - 2017. 301 f. Tese (doutorado) – Setor de Ciências Humanas UFPR. Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *História: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed UFSC, 1994.

PENA, Maria Valéria Juno. *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. RJ: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETERSEN, Aurea Tomatis. *Trabalhando no banco: trajetória de mulheres gaúchas desde 1929*. Tese (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Virando as páginas, revendo as mulheres: relações homem-mulher e revistas femininas, 1945-64*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Feminismo, História e Poder*. Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PRIORE, M. del. *No sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colonial*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo

PRIORI, Claudia. *Mulheres fora da lei e da norma: controle e cotidiano na Penitenciária feminina do Paraná (1970-1995)*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2012.

RAGO, M. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

_____. *As mulheres na historiografia brasileira. Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

RAMALDI, Amália Kelly. PROBST, Melissa. *As mulheres representadas nos livros didáticos: História do Brasil*. Interfaces Científicas – Educação: Aracaju, v.5, n.3, p123-136, jun/2017.

RAMOS, Maria Bernardete. *O Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt*. Estudos Feministas, v.10, n.1, p.11-37, 2002.

RONCAGLIO, Cynthia. *Pedidos e recusas: mulheres, espaço público e cidadania (1890-1934)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1994.

RÜSEN, Jorn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência Histórica*. Ed. Universidade de Brasília, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAMARA, E. de M. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo - século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, 1988.

SANCHEZ, Giovana Romano. *Mulheres são menos de 10% dos personagens em livro de história usado em escolas públicas*. In: <http://www.generonumero.media/no-rodape-da-historia-mulheres-sao-menos-de-10-de-personagens-em-livro-didatico-usado-nas-escolas-publicas/> em 06/10/2017.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004

SCHPUN, Mônica Raisa. *Les années folles à São Paulo: hommes et femmes au temps de l'explosion urbaine (1920-1929)*. Paris: L'Harmattan, 1997.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise*. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, v.6, nº2, 1990.

SILVA, Edlene Oliveira. *Relações entre imagens e textos no ensino de História*. Saeculum – Revista de História [22]; João Pessoa, jan/jun2010.

SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

SILVA, Tania Maria Gomes da. *Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil*. Politeia: Vitória da conquista, BA, v.8, nº1.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Maria Joana. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Revista brasileira de história. São Paulo, v.27. nº54, p.281-300.

SOIHET, R. *Condição feminina formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. *Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica*. Temporalis, Brasília, ano 15, n.30, jul/dez 2015.

SWAIN, Tânia Navarro. *História: construção e limites da memória social*. In RAGO, Margareth (org). Subjetividades antigas e modernas. SP: Annablume, 2008.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. SP: Brasiliense, 1999.

TILLY, Louise A. *Gênero, história das mulheres e história social*. Cadernos Pagu (3), 1994.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VERSANI, Maria Helena. *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988 - 2013*. 284 f. Tese (doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Orientadora: Ângela Maria de Castro Gomes

_____. *Correio político: os brasileiros escrevem a democracia (1985-1988)*. RJ: Contra Capa, 2014.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história do Alto Juruá – Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

WOLFF, Cristina, S e POSSAS, Lidia M. Viana. *Escrevendo a história no feminino*. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3):320, set/dez 2005.